



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ARTHUR DA COSTA E SILVA

PRONUNCIAMENTOS
DO
PRESIDENTE

TOMO II

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

ARTHUR DA COSTA E SILVA

PRONUNCIAMENTOS

(Discursos, Mensagens e Entrevistas)

III PARTE

O Pensamento do Presidente

TOMO II

ÍNDICE

	Págs.
47. Solução de Problemas com Realidade e Sem Demagogia — 5-4-1968	377
48. Missão Diplomática da Imprensa — 7-4-1968	379
49. Para Tornar Mais Sólida e Efetiva a União Continental — 14-4-1968	333
50. Pela Restauração do Brasil em Seu Destino de Grandeza — 9-5-1968	385
51. As Forças Armadas e a Consolidação da Democracia Brasilei- ra — 24-5-1968	389
52. O Governo Federal na Região Amazônica: — Início de uma Nova Fase — 6-8-1968	393
53. Confiança no Trabalho Construtivo das Classes Produtoras — 12-8-1968	395
54. Prestação de Contas dos Trabalhos Realizados — 13-8-1968 .	399
55. Chile e Brasil Irmanados por um Desafio Comum — Sauda- ção ao Presidente Eduardo Frei — 5-9-1968	401
56. Apoio Certo no Momento Mais Decisivo para a Nação — 14-9-1968	405
57. Integração da Economia para Aproveitamento do Mercado Interno — 14-9-1968	409
58. Demonstração Cabal de Fé e Confiança — 2-10-1968	413
59. Os Extremos da Pobreza são Incompatíveis com a Democra- cia — 2-10-1958	417
60. Governo do Povo: — Trabalha, Vive e se Fortalece pelo Povo — 3-10-1968	423
61. Nova Esperança no Futuro do Brasil — 11-10-1968	427
62. A Reforma Administrativa e Seus Aspectos Principais — 18-10-1968	429
63. Missão e Responsabilidade da Juventude Universitária — 22-10-1968	433

	Págs.
64. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — 24-10-1968	439
65. Página de Honra na História Diplomática Brasileira — Saudação à Rainha Elizabeth II — 5-11-1968	443
66. Na Democracia de Verdade a Solução de Todos os Problemas — 30-11-1968	447
67. Garantia de Estabilidade do Governo e do Regime — 5-12-1968	449
68. Respeito e Simpatia entre Estudantes e Chefe-de-Estado — 5-12-1968	451
69. Características da Estrutura Básica da Reforma Universitária — 9-12-1968	455
70. Dever de Lutar pela Defesa Espiritual da Pátria — 12-12-1968	459
71. O Brasil Acima de Tudo no Mundo — 16-12-1968	463
72. Contra Tentativas de Impedir a Ordem e Derrubar a Democracia — 16-12-1968	465
73. O Sistema Educacional e as Exigências do Desenvolvimento — 18-12-1968	471
74. Governo Não Almeja e Não Tolerar a Ditadura — Votos de Paz e Felicidade aos Camaradas das Forças Armadas — 26-12-1968	475
75. Síntese da Atuação do Governo em Mensagem de Ano Novo — 31-12-1968	479
76. A Importância da Educação no Processo do Desenvolvimento — 10-1-1969	485
77. Comunicações — Obra de Dimensões Continentais — 28-2-1969	489
78. Brinde pela Fraternidade Luso-Brasileira — 14-3-1969	491
79. Balanço Sucinto de Dois Anos de Governo — 15-3-1969	495
80. O Governo Federal no Paraná: — Universidade Rica de Tradições Cívicas, Culturais e Científicas — 25-3-1969	501
81. Exemplo de Progresso e Desenvolvimento Acelerado — 25-3-1969	505
82. Nos Municípios, a Base da Estrutura Administrativa do País — 26-3-1969	507
83. Consolidação e Ampliação das Relações Paraguaio-Brasileiras — 27-3-1969	509
84. Dificuldades Superadas com Abnegação, Energia e Humildade — 31-3-1969	511
85. Aspectos do Processo do Desenvolvimento — 31-3-1969	517
86. Potencial de Força e Idealismo — 21-5-1969	553

	Págs.
87. Contribuição Decisiva para a Valorização do Homem e da Terra — 22-5-1969	557
88. Segurança e Estabilidade para o Progresso do Brasil — 24-5-1969	561
89. Paz e Tranquilidade para o Trabalho — 19-6-1969	565
90. Vigor, Dinamismo e Estabilidade às Instituições — 19-6-1969	567
91. Rio Grande do Sul na Retomada da Expansão Industrial — 3-7-1969	571
92. Brasil e Portugal Unidos na Defesa dos Valores Comuns — Saudação ao Professor Doutor Marcelo Caetano — 8-7-1969	575
93. Paz e Tranquilidade para Produzir e Prosperar — 10-7-1969	579
94. Em Homenagem ao Dia da Pátria — 6-9-1969	581

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM REALIDADE E SEM DEMAGOGIA

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO PIRATINI, EM
PORTO ALEGRE, A 5 DE ABRIL DE 1968, QUANDO DO EN-
CERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO FEDERAL
NO RIO GRANDE DO SUL.

Depois das palavras do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que esteve presente a todos os atos do Governo Federal neste Estado e, inclusive, prestando testemunho real da acolhida que nos foi dispensada pelo magnífico povo gaúcho, num momento em que, realmente, o homem público do Brasil precisa sentir essa manifestação de carinho e de confiança, nós voltamos com a certeza de termos procurado dentro das possibilidades e dos recursos de que dispõe a União, atender, com realidade, sem artifícios e sem demagogia, aos principais problemas desse Estado.

Queremos acentuar que, no campo da energia, nós envidaremos todos os esforços para que, durante este Governo, ainda, possamos resolver definitivamente o magno problema da energia elétrica no Rio Grande do Sul.

O meu Ministro de Coordenação e Planejamento fez repetidas referências ao problema da exportação dos produtos do Rio Grande; é necessário que não exportemos, todo o ano, apenas os excedentes, porque então não teremos um mercado fixo, um mercado seguro.

É preciso que se estabeleça um planejamento de exportação para garantir o mercado por que o comprador que um ano recebe o produto e outro ano não recebe, por deficiência de produção do País que quer exportar, é um freguês que foge, é um comprador que desaparece e vai procurar produtores, fornecedores que mantenham o ritmo de fornecimento e exportação de material seja ele qual for.

Eu quero chamar a atenção para este ponto, para que se estabeleça a mentalidade, justamente da produção para o consumo interno e a produção para exportação, mas uma exportação real, fixa, que ga-

ranta o freguês sempre, porque do contrário nós viveremos assim ao léu, à vontade, ou então, nessa falta de planejamento que não se justifica.

Já acredito que o Rio Grande, num ponto no campo internacional, é o arroz, a soja, a carne, principalmente que devemos afirmar no mercado externo capaz de garantir ao Rio Grande um progresso extraordinário, uma riqueza real, que é finalmente da terra, e desses campos magníficos, e da alma mesmo do gaúcho que é um grande criador.

Se todos esses problemas dentro de uma realidade, com uma infra-estrutura capaz de atender a produção desse Grande Estado ao remanejamento da produção, nós devemos esperar, não digo que um ano, dois ou três, mas uma sequência de dois ou três governos, para o Rio Grande voltar àquela situação privilegiada que se apresentava no conceito nacional e que hoje, por circunstâncias várias, que não vale a pena aqui detalhar, nós vemos que ele precisa se recompor e retomar a marcha e avançar para ajudar, também, o Brasil a crescer, a desenvolver-se e a vencer a sua grande batalha contra o subdesenvolvimento.

Meus Senhores, eu declaro encerrada a nossa atuação nesse Estado, apresentando os meus agradecimentos, de meus ministros, não só ao Governador do Estado, que foi de uma atenção extraordinária, mas de todos aqueles seus auxiliares, que num entrosamento muito perfeito mantiveram-se sempre em um contato colaborando eficientemente com os nossos Ministros.

A todos, principalmente à área militar desse Estado, que sempre nos assistiu em todos os momentos, Marinha, Exército e Aeronáutica, proporcionando todas as facilidades, todas as garantias para o trabalho. Quero mesmo destacar que, em todos os pontos onde tocávamos, encontrávamos os chefes militares já nos esperando, prontos, para nos dar todo atendimento que fosse necessário ao Governo da República.

À Imprensa, quero acentuar os meus agradecimentos à imprensa, principalmente a esse enxame de repórteres fotográficos que não pararam de trabalhar e que, creio, tiveram ampla liberdade de trabalho, como era de nosso dever, e assim por que há um documento que ficará na História, como demonstração de nosso trabalho, do trabalho de todos nós. A todos, à imprensa falada, escrita, televisionada, aos secretários de Estado, a todo o povo do Rio Grande os nossos agradecimentos. Declaro encerrada a nossa sessão.

MISSÃO DIPLOMÁTICA DA IMPRENSA

DISCURSO PROFERIDO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, NO RIO DE JANEIRO, A 7 DE ABRIL DE 1968, DURANTE ALMOÇO COMEMORATIVO DO 60º ANIVERSÁRIO DA ENTIDADE DOS JORNALISTAS.

Senhores:

Gratíssima para mim é esta oportunidade de conviver algumas horas com os homens que fazem e comandam a Imprensa livre do nosso País.

Entre fazer e comandar há alguma distância; e se a ela me refiro é para assinalar a circunstância de me encontrar diante de profissionais autênticos, que não encaram a imprensa como indústria — embora da natureza do empreendimento industrial ela se revista cada vez mais o nosso tempo — mas principalmente como uma forma de participação na vida pública e até na missão de legislar, aplicar as leis na distribuição da justiça, e governar, no sentido mais amplo desta palavra.

Já entre comando e liberdade não há distância, pois aludo a noções que se completam e integram, entre vós e de um modo geral, pela necessidade de se distinguir o livre do arbitrário.

Dizem-me que restabeleço, com minha presença nesta Casa, a tradição do comparecimento de Chefes-de-Estado à ABI. Ainda que não estivesse arrimado no exemplo de antecessores meus, que trouxeram à Associação Brasileira de Imprensa o testemunho do apreço ao duro trabalho dos homens de jornal, aqui estaria para começar a tradição e bendizer o ensejo deste convívio, que me permitiu ouvir o belo discurso do vosso Presidente ⁽¹⁾ e me permitirá dizer-vos como prezo e como entendo a vossa missão, fundada na primeira das quatro liberdades de Roosevelt: a liberdade de palavra e expressão.

Entendo-a como complemento da missão de governar. Pelas grandes vozes do nosso passado, como pelos acontecimentos mais impor-

(1) Jornalista Danton Jobim.

tantes de nossa História moderna e recente, tomamos a decisão de ser uma Nação livre e de viver em democracia. A imprensa nos ajudou nessa determinação e nos ajuda ainda hoje a não abandoná-la, na medida em que nos traz, dia a dia, os ecos, os anseios, os temores e as aspirações da opinião nacional. Não nos enganamos quanto às dificuldades de captar a opinião, para conhecê-la em sua expressão verdadeira e por ela orientar a nossa obra de governo. Há muitas formas de mistificá-la e distorcê-la, para induzir a erro o governante. Na era da comunicação de massas, não ignoramos haver até uma ou várias técnicas de «fazer» a opinião, de formá-la e deformá-la, de simular estar sendo ela refletida quando às vezes está sendo apenas traída e violentada por meios poderosos de manipulação. Mas é preciso buscá-la com paciência, pertinácia e fervor, procurando distinguir a mistificação da verdade, desprezando as nuances para melhor identificar o que de fato é nela fundamental e, ao mesmo tempo, trabalhando para informá-la e esclarecê-la, com boa-fé e lealdade.

Para isto, é indispensável que haja liberdade. Até por ser difícil discernir, de imediato, entre a malícia e a notícia, entre a verdade nua e a mentira bem vestida pelas técnicas modernas do jornalismo escrito e falado, o governante não se arrogará o direito de calar pela violência o órgão que lhe pareça estar fugindo a nobreza do seu papel. É difícil, por vezes, escapar aos movimentos de impaciência e inconformismo ante as formas ostensivas de falseamento da verdade, mas é preciso pagar esse tributo para colher os benefícios gerais da existência de uma Imprensa livre no País. O Presidente Kennedy costumava, em tais situações, deixar simplesmente de ler o jornal que enveredava pelo caminho da mentira e da campanha pessoal. Ao representante do New York Herald Tribune, que passara a atacá-lo injusta e sistematicamente, quando lhe perguntou «como estava» em relação a esse jornal, respondeu o grande democrata, na Casa Branca:

— Lendo menos e gostando mais ⁽¹⁾...

E há o caso do Papa Adriano, desaconselhado sabiamente a submergir no Tibre um pasquim. Segundo o Padre Manuel Bernardes, ⁽²⁾ houve em Roma antigamente um alfaiate, chamado Pasquilo ou Pasquino. Irreverente e talentoso, e como tinha acesso às casas dos Príncipes e Cardeais, do muito que chegava a saber fazia epigramas que circulavam rapidamente, fustigando maus costumes ou simplesmente ferindo pessoas importantes pelo gosto de frase espirituosa. Sua morte foi um alívio para as vítimas de sua mordacidade, que, no entanto não sossegaram completamente, pois nos jardins da casa de Pasquino foi desenterrada uma estátua de gladiador, em cujas costas passaram outros críticos, anônimos, a afixar novos epigramas, logo cha-

⁽¹⁾ Kennedy chegou a cancelar a assinatura do «New York Herald Tribune» restabelecendo-a dois ou três meses depois. (Nota do Editor).

⁽²⁾ «Nova Floresta», Confiança em Deus.

mados «pasquins». Como a maioria deles se dirigia contra Adriano, o Papa manifestou a intenção de mandar remover a estátua e lançá-la no Tibre. Mas um certo Luiz Suesseno demoveu-o, com este Conselho sábio:

— Senhor, o Pasquim é da espécie de rãs, que debaixo da água coaxam mais.

Pasquins existem e creio que existirão sempre, mas nem a respeito deles se pode pensar que suprimi-los ou silenciá-los pela força constitua solução para o problema das distorções a que se submeta a liberdade de Imprensa. Estão sujeitos a dois tipos de sanções: aquelas determinadas claramente pela lei e a mais severa de todas, que é a da própria opinião pública, cuja tendência entre nós é desprezá-los e deixá-los morrer de morte natural.

Grandes e pequenos jornais respeitáveis, que tenham noção exata da importância de sua missão na democracia moderna, hão de estar atentos, contudo, à íntima conexão existente entre o direito à liberdade o dever da responsabilidade. Embora a Imprensa, no dizer de Machado de Assis, seja como a lança de Têlêfo e cure as feridas que faz, ela não pode ferir indistintamente, como espada em mão de bêbado, pois acabaria golpeando-se a si mesma. Assim como a força exercida sem as limitações da lei, a liberdade praticada sem o dignificante contrapeso da responsabilidade acaba desencaminhando-se para os desvãos do banditismo e do crime.

Não vos falo de assunto estranho às vossas cogitações pessoais, muito menos à vossa história. Emito conceitos que poderiam ser repetidos pelo ilustre Presidente desta Casa, Professor de Ética e Jornalista dos mais notáveis que já apareceram em nossa Imprensa. A Assembleia Geral da ONU, reunida em Paris em 1948 para aprovar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrou o princípio segundo o qual «todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica o direito de não ser perseguido pelas suas opiniões e de buscar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e as idéias, por qualquer meio de expressão que seja». Mas em Genebra, no mesmo ano, uma Conferência das Nações Unidas, sobre a liberdade de expressão e informação, completou aquele princípio com este outro: «O direito à liberdade de expressão inclui deveres e responsabilidades e pode, em consequência, ser submetido a sanções, condições ou restrições claramente definidas por lei, no que concerne à difusão sistemática de notícias falsas ou deformadas, que prejudiquem as relações amistosas entre povos e Estados».

Dificuldades de natureza técnica impediram a aplicação deste princípio no plano internacional, sem que sua força e validade possam ser postas em dúvida no plano interno de cada país. A responsabilidade é a outra face da liberdade. Não somente a completa, como lhe dá beleza e condições de perpetuidade. A Associação de Imprensa do Es-

tado de Washington inscreveu em seu Código de Ética, redigido em 1923, esta bela sentença, que explica a vitalidade e a força moral da imprensa norte-americana: «O jornalista deve ser leal à comunidade, ao Estado e à Nação».

O crescimento dos meios técnicos e a própria evolução do jornal como veículo, de eficácia cada vez maior, da comunicação social, tiveram como contrapartida o agigantamento da responsabilidade do jornalista. Acentuar esse fenômeno de ocorrência indiscutível é comentar convosco um dos vossos problemas internos e também reconhecer e louvar a importância do vosso papel na sociedade contemporânea, de vossa missão na democracia do nosso tempo. A maneira como se comporta a Imprensa, de um modo geral, em face das tentativas que se fazem nestes últimos dias para utilizar a impetuosidade ingênua da juventude e lançar o País na desordem é a prova mais recente de que estais de fato preparados para corresponder à grandeza dessa missão. E acentua em mim a fé que deposito, não apenas na Imprensa, mas na perenidade do sistema democrático entre nós.

Sim, Senhores, creio na imprensa livre, porque ela nos ajudou a conquistar a Independência, a fazer a Abolição, a realizar o sonho republicano e a completá-lo em 1964, quando esteve ameaçada a nossa República em seus fundamentos políticos e morais.

Creio na imprensa livre, porque creio na liberdade em si mesma, como o maior de todos os bens concedidos ao homem na Terra.

Creio na imprensa livre, porque não creio haver entre os homens força maior que o pensamento em sua ânsia de manifestação, quando procede das fontes do bem e da necessidade de progresso do espírito.

Creio na imprensa livre, porque confio na Opinião Pública — por ela refletida — como vetor de orientação dos homens que governam, sinceramente empenhados na promoção do bem comum.

Creio na imprensa livre, porque também creio que a liberdade seja capaz de gerar, naqueles que a desfrutam, o sentimento da responsabilidade, sem o qual seria, ela própria, aviltada na prática dos abusos e comprometida no cometimentos dos desatinos contrários à paz, à estabilidade e ao progresso moral da sociedade.

Creio na imprensa livre, porque acredito no império da lei, da justiça e da ordem, dentro de cujas fronteiras cada cidadão há-de regular a sua liberdade pelos limites da liberdade dos demais cidadãos.

Creio na imprensa livre, na mesma medida em que não creio se deixa ela dominar pelos interesses de pessoas e de grupos, colocados acima dos interesses da Pátria.

Creio na imprensa livre, em suma, porque não vacilo em minha fé na democracia, da qual nos dá ela o sinal mais característico de presença, funcionamento, superioridade e afirmação.

PARA TORNAR MAIS SÓLIDA E EFETIVA A UNIÃO CONTINENTAL

PRONUNCIAMENTO FEITO, A 14 DE ABRIL DE 1968, A
PROPÓSITO DA PASSAGEM DO «DIA PAN-AMERICANO».

A comemoração do *Dia Pan-Americano* aviva em todos nós, Chefes-de-Estado das Américas, a consciência da responsabilidade que nos cabe na missão de promover o progresso de nossos países e o bem-estar dos povos que temos a honra de governar.

Na medida em que formos bem sucedidos, estaremos contribuindo para tornar mais sólida e efetiva a união continental, que desejamos cimentada pelo consenso dos cidadãos de cada uma de nossas Repúblicas, e não, apenas, formulada em termos teóricos, como idéia generosa que não correspondesse à realidade política, econômica e social do Continente.

Pressinto que nos aproximamos rapidamente de uma era em que o Dia das Américas será data festiva também para os outros Continentes, que terão aprendido de nós uma alta lição de solidariedade humana, como já recolheram daqui, no passado, o ensinamento supremo de que a liberdade é o maior dos bens a serem preservados pelo homem, em qualquer latitude.

PELA RESTAURAÇÃO DO BRASIL EM SEU DESTINO DE GRANDEZA

DISCURSO PROFERIDO NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO, A 9 DE MAIO DE 1968, POR OCASIÃO DE VISITA AO SISTEMA HIDRELÉTRICO DE PAULO AFONSO.

Estou voltando ao Nordeste para manifestar, mais uma vez, a preocupação do Governo Federal com os diferentes problemas desta Região e, uma vez mais, demonstrar que essa preocupação se traduz por trabalho constante em favor dos nordestinos.

Quando transferei a cúpula do Poder Central para Recife, evidenciei por atos concretos o nosso empenho em dar solução a questões básicas de desenvolvimento industrial. Pouco depois, comparecia a Mossoró para entregar à população daquela generosa cidade do Rio Grande do Norte uma obra pública pela qual ela esperava através de muitos decênios e de cuja natureza participa o empreendimento que me traz agora a Petrolina.

Nesta Cidade, situada em região árida, conquistada e mantida pela pertinácia que caracteriza o homem do Nordeste, estamos demonstrando que o nosso Governo resolveu enfrentar, de modo sistemático, um dos problemas que vinham sendo descurados entre nós, a despeito de já haver sido elevado, em tantos outros países, ao nível das principais questões da nossa era: o uso racional da água, em suas múltiplas utilizações, como elemento indispensável à vida humana e como fator preponderante ao desenvolvimento dos povos.

Em Mossoró, mencionei o caso do Kuwait, que possui poços riquíssimos de petróleo, mas até 1950 era obrigado a buscar água, em navios, a centenas de quilômetros. Poderia ter citado o exemplo de Israel, em cuja consolidação como Estado de estrutura moderna e como nação de vigor impressionante a água representou o papel mais notável, emergindo do subsolo, pela mão sábia do homem, para transformar desertos em terras capazes de suprir generosamente as necessidades vitais do povo israelense. O símbolo da vara de Moisés convertia-

se no milagre moderno da ciência e da tecnologia, reproduzível onde quer que a vontade e a energia de uma nação encontrem no Governo aliado responsável e capaz.

Em épocas primitivas ou recuadas, o uso da água limitava-se ao consumo humano, aos cuidados de higiene e ao preparo dos alimentos. Nos tempos atuais, passou ela a ser indispensável à instalação das grandes indústrias, à produção de energia elétrica, ao desenvolvimento da agricultura através dos processos de irrigação, além de ser especificamente tratada para o abastecimento regular das cidades. O Brasil, com imensos potenciais, não poderia deixar de acompanhar os países mais desenvolvidos no aproveitamento de recursos técnicos que corrijam a dissipação de tão valiosa dádiva da Natureza.

Dentre as utilizações apontadas, avulta, sobretudo, no caso particular do Nordeste, a destinação da água para a irrigação, levada a efeito sob critérios apurados e em bases científicas. Já neste ponto, falo da água como elemento vital do trabalho de conservação do solo, que nos Estados Unidos teve em Hugh Hammond Bennett, verdadeiro apóstolo, um de cujos seguidores, o Dr. Walter Lewdermil, inscreveu o seguinte dever entre os mandamentos de seu apostolado:

«Protegerás teus campos contra a erosão e tuas florestas contra a fúria devastadora, impedindo que tuas fontes sequem e que tuas terras sejam destruídas pelo fogo, para que teus descendentes tenham abundância para sempre. Se falhares, ou alguém depois de ti, na eterna vigilância de teus campos, eles serão transformados em solo estéril e pedregoso, ou em grotões áridos. Teus descendentes serão cada vez menos numerosos, viverão miseravelmente e serão eliminados da face da Terra.»

O Brasil, embora reconhecendo a necessidade de se lançar nesse terreno, nada conseguira, em termo de real utilidade, continuando insignificantes nossas áreas irrigadas, em relação às nossas possibilidades. Mas, neste momento, segundo diretrizes adotadas pelo Governo o Ministério do Interior desenvolve enorme esforço, no sentido de elaborar projetos que permitam, em várias áreas do País, uma significativa mudança de orientação.

Advertido da oportunidade e da importância extraordinária de assunto, e tomando conhecimento de estudos realizados no âmbito desse Ministério, preconizei a obediência às seguintes normas, com vistas ao estabelecimento de uma Política Nacional de Irrigação:

1. Incremento dos estudos e das investigações de caráter nacional, para melhor conhecimento dos recursos hidráulicos, quer de superfície, quer de subsolo;

2. Utilização e distribuição racional das águas da superfície e do subsolo, para que sejam usadas em regiões onde se obtenham maior benefício social, levado sempre em conta o sentido econômico;

3. Preparação de recursos humanos para os trabalhos de irrigação, desde o planejamento inicial até o uso final da água;

4. Obtenção de financiamentos internos ou externos para atender à implantação dos sistemas de irrigação, com prioridade;

5. Elaboração de legislação adequada e criação de um organismo federal próprio à Política Nacional de Irrigação, para dar continuidade à ação governamental, no sentido de incrementar o aproveitamento correto das águas disponíveis em atividades produtivas, tanto nos grandes e médios sistemas como na pequena irrigação, de forma a atender a determinados grupos populacionais rurais, economicamente débeis e carentes de trabalho para ocupação da mão-de-obra local;

6. Concessão de estímulos à agricultura, de modo a dar-lhe tratamento semelhante ao que é dispensado à indústria, mediante facilidades bancárias e outros incentivos, estimulando-se a mecanização de suas ferramentas de trabalho.

Com essa decisão está seguro o Governo de que os objetivos em mira serão atingidos: satisfazendo-se, em maior escala e a menor custo, as necessidades de produtos alimentícios, oriundos do setor agrícola, em benefício dos demais setores; criando-se novas fontes de trabalho, com o aproveitamento da mão de obra rural; reduzindo-se o fluxo populacional do interior para os centros urbanos; obtendo-se um desenvolvimento mais equilibrado, em benefício do setor rural; e capacitando-se o País para ser um gerador e exportador permanente de produtos agrícolas, como esforço coadjuvante da entrada de divisas estrangeiras.

Considero oportuno, para concluir, ressaltar que a presente deliberação governamental marca o início de uma nova era para a vida rural do homem brasileiro, através do incremento e de uma maior racionalização da produção agrícola.

Estas obras iniciais constituem o marco de uma nova experiência para capacitar a técnica nacional e estabelecer novos projetos de irrigação, cada vez mais amplos e mais perfeitos, eliminando-se as deficiências iniciais e criando-se nova mentalidade, quer para governantes, quer para governados.

Essa a decisão que considero indispensável trazer hoje ao conhecimento do povo brasileiro, para que, devidamente motivado e preparado, possa participar dos empreendimentos que serão levados a termo, pelo Brasil afora, e ampliar cada vez mais a nossa capacidade de contribuir ativamente para a solução dos problemas resultantes da crescente expansão demográfica.

Que o homem do campo, pela ação de Governo e pela correta atuação dos órgãos federais, seja despertado na esperança por melhores dias, e o Brasil se restaure em seu verdadeiro destino de grandeza, pelo trabalho conjunto de todos os brasileiros.»

AS FORÇAS ARMADAS E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

DISCURSO PROFERIDO NA VILA MILITAR, RIO DE JANEIRO, A 24 DE MAIO DE 1968, NAS COMEMORAÇÕES À PASSAGEM DA DATA DA BATALHA DE TUIUTI.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Oficiais,

Meus Amigos:

Ainda sob a vibração emocional dos momentos que acabamos de viver em tão notável campo de instrução, onde assistimos à impressionante homenagem prestada aos grandes chefes militares que souberam honrar, na guerra, a bravura e energia do soldado brasileiro, eu me declaro feliz por haver recebido de nossos antepassados essa herança magnífica de patriotismo e espírito de sacrifício.

Como soldado e, hoje, como Chefe-de-Estado, bem compreendo a responsabilidade — a enorme responsabilidade — que nos cabe neste instante, em que o Mundo conturbado impõe que tenhamos, todos nós, o máximo de serenidade, energia e compreensão necessárias à solução dos problemas nacionais.

Quero dizer que, no complexo contexto em que se insere o Governo da República, papel maravilhoso e missão maravilhosa cabem às nossas Forças Armadas e, especialmente, ao Exército, que a vem cumprindo de modo a demonstrar a consciência mais aguda de sua responsabilidade no processo de consolidação da democracia brasileira, tão negada por uma minoria que continua a tentar a camuflagem impossível da verdade, para nos apresentar como uma ditadura militarista.

Para essa minoria, as Forças Armadas são «culpadas» destes quatro anos de tranquilidade que o Brasil vem desfrutando e durante os quais, por isso mesmo, pode retomar o caminho do desenvolvimento. São «culpadas» de terem dado a este País — como hão de dar, com cer-

teza, para o futuro — a base indispensável para que se imponham através dos anos os princípios democráticos da Revolução que fizemos e que saberemos defender.

Meus amigos, não venho aqui fazer demagogia, porque conheço bem esta gente que veste a farda de soldado brasileiro, seja na Marinha, seja no Exército ou na Aeronáutica. Aqui não há subterfúgios, mentira ou hipocrisia. Sei quantas sofre com seu povo e, por essa mesma razão, tem uma capacidade incalculável de resistência, para servir de exemplo aos que do Governo reclamam que dê aquilo que ainda não pode dar.

Este é o momento oportuno para dizer a todos aqueles que vivem na caserna, que vivem nos navios e nos campos de aviação, que vivem nos Estados-Maiores, trabalhando e sofrendo as dificuldades da vida, que nós não desconhecemos essas dificuldades, mas preferimos atacá-las pela base e não, insensatamente, pelos métodos que conduziam às soluções de aparência e superfície, agravadoras da situação geral do País e do povo brasileiro. O período da irresponsabilidade, encerrado pela mesma Revolução, passou definitivamente. O representante do Exército terminou sua oração com a palavra *esperança*. Sim, nós temos esperança, temos a firme convicção de que este País, dentro em pouco, partirá para o desenvolvimento baseado em condições econômicas estáveis, para que tenhamos estabilidade política e social.

Meus amigos, jamais, nesta República, foi mais expressivo dos anseios populares o lema de nossa Bandeira «Ordem e Progresso». Nós estamos, neste momento, agradecendo às Forças Armadas a ordem que elas nos asseguram para que tenhamos progresso. O panorama universal demonstra, mais que qualquer palavra ou discurso, que o Brasil goza de uma situação privilegiada, graças à dedicação, à lealdade, ao sofrimento e à abnegação de nossas Forças Armadas. Quer queiram quer não, esta é uma verdade que se impõe, porque é uma verdade axiomática, que não precisa demonstração. Ai estão os quatro anos de paz que a Revolução proporcionou ao Brasil, depois de longo e intenso período de insubordinação, intranquilidade e demagogia criminosa.

Teremos neste País, daqui para muitos anos, cada vez mais progresso, cada vez mais liberdade e, conforme os princípios democráticos, manteremos a autoridade; autoridade que não se funda apenas na Força, mas na substância moral identificável nos atos dos homens públicos.

Ironicamente, maliciosamente, houve um arenista que informou haver declarado o Presidente que nunca houve, na História da República, um governo melhor que este. Ressaltou, na invencionice, que o Presidente teria excluído a sua pessoa, porque viu que era demais atribuir-lhe uma falta de modéstia contrária à sua personalidade. A

afirmação foi irônica, pois jamais poderia um homem sensato, um homem com a vivência e responsabilidade de atual Presidente, dizer que era o seu o melhor dos governos. Mas assevero que este, sem pretender ser «o melhor», é um bom Governo, porque é um Governo honesto e trabalhador, que tem sofrido os maiores embates, mas tem mantido a sua conduta responsável e serena, certo de que dispõe de força material, moral e política para promover, dentro de nossas limitações, o bem do povo brasileiro.

Pela intriga, pela promoção de discórdia e pela injustiça na apreciação dos atos governamentais, pretende-se mudar o Ministério, como se isto fosse uma casa de brinquedos em que a criança muda daqui para ali os seus bonecos. Não, o Governo sabe o que está fazendo. O Governo sabe inclusive o que não pode fazer. O Governo sabe inclusive o que não deve fazer. O Governo sabe que, apesar das insinuações e das intrigas, merece a confiança do povo e, por sua vez, confia no discernimento dos governados. A um povo honesto, perspicaz e bom como o nosso, não se ilude com facilidade.

Meus amigos, eu não poderia escolher lugar melhor para uma declaração como esta. Mas, ao mesmo tempo em que atendo à esperança expressa no discurso do Comandante do I Exército, meu amigo e companheiro de várias jornadas, quero dizer-lhes que também confio nos Senhores. Quero também assegurar-lhes que também confio nos Senhores. Quero também assegurar-lhes que, tão logo o permitam as condições gerais do País e tão logo aumentem as nossas possibilidades, haveremos de melhorar a vida dos que trabalham nos quartéis para manter a paz, a ordem e a tranquilidade da família brasileira. Não queremos nada para nós. Queremos tudo para o Brasil e tudo para o povo brasileiro. E haveremos de consegui-los.

O GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Início de uma nova fase

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO NO PALÁCIO LAURO SODRÉ, EM BELÉM, ESTADO DO PARÁ, A 6 DE AGOSTO DE 1968, QUANDO DA INSTALAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA.

Senhor Governador do Estado do Pará, Senhores Ministros de Estado, Senhores Comandantes Militares, Exmo. Senhor Arcebispo desta Diocese, Senhor Governador do Estado do Maranhão, Senhores Membros do Legislativo e do Judiciário Estadual, meus Senhores.

Estamos iniciando hoje uma fase do Governo da República na Região Amazônica, que abrange mais da metade do território nacional. Cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados na grande bacia amazônica, que por si só constitui quase um Continente. Não podíamos deixar de vir trazer a afirmação do Governo da República, de seu interesse por esta região, que dentro de alguns anos será, sem dúvida, o celeiro do Mundo. Região imensa, com pequena população, mas com uma decisão, com uma deliberação extraordinária de garantir a posse desta terra a qualquer custo. Já governamos de São Paulo, Minas, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, representando, portando, o extremo-sul do País, o centro do País, a região talvez mais rica e mais desenvolvida, o Nordeste, brasileiro e, agora, o Norte, este imenso e futuramente poderoso Norte. Com a graça de Deus, havemos de deixar plantada, delineada a estrutura que garantirá num futuro não muito remoto, um desenvolvimento seguro para esta região. Tal é o problema máximo da integração nacional, que se fará através de órgãos especialmente criados para ligar, para acabar com o arquipélago brasileiro e estabelecer em conjunto um Continente sem solução de continuidade, desde o Norte até o Sul. Hoje já há promissora realidade para o Nordeste e essa promissora realidade nós também teremos para o Norte. É bem verdade que o programa é de magnitude tal que exige um esforço de gerações, mas havemos de dar início a uma operação coordenada, planejada, concentrando em torno desta área todos os esforços do Governo Federal, que encontra aqui, nos Governos Es-

taduais, neste Estado particularmente na pessoa de seu jovem governador, que sucedeu a outro jovem governador, idealistas que deram nova mentalidade a esta região. Aqui agora há esperança. Há uma esperança viva desse povo, que por certo muito ajudará ao trabalho para o desenvolvimento. Ao atravessar as ruas da cidade, do aeroporto até aqui, chamei a atenção do Governador para o grande número de meninos, de crianças arregimentadas em escolas, quase todas uniformizadas, espetáculo que se aprecia e se observa freqüentemente no Sul do País, no Paraná, no Rio Grande, em São Paulo. Pode-se dizer que a rapaziada, a meninada toda é assistida pelo colégio, pela escola. Agora aqui também tivemos esta demonstração magnífica, sobretudo dos colégios de ensino técnico e profissional, grandes colégios, um estadual e outro federal, preparando essa mocidade para o trabalho, para profissões que fazem progresso. Quero apenas assinalar aos Senhores desta região que o Governo aqui está presente não só agora, durante estes dias, mas tem estado sempre e estará presente até o fim do mandato, para dar a esta região tudo aquilo que ela merece o que nós poderemos dar dentro das nossas possibilidades, que não são muitas em relação a imensidade do que se precisa. Mas, cada um deverá fazer aquilo que o dever impõe para que a região se desenvolva e o brasileiro que receba também aquele quinhão grande de educação, de alimentação, de riqueza que o Brasil tem condições para dar. Tudo depende da boa-vontade, do interesse dos administradores e da confiança do povo. Sentimos ao atravessar as ruas desta cidade, que o povo confia no seu Governo, que espera do seu Governo. E nós não desiludiremos este povo. É o que eu tinha a dizer para início do trabalho de instalação do Governo.

O GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Confiança no trabalho construtivo das classes produtoras

DISCURSO PROFERIDO NO CLUB DA ASSEMBLÉIA PARAENSE, NA CIDADE DE BELÉM, A 12 DE AGOSTO DE 1968, AGRADECENDO HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DO ESTADO DO PARÁ.

Ao expressar o meu reconhecimento às classes produtoras do Pará por essa significativa homenagem, após a oportunidade feliz de visitar os principais pólos de desenvolvimento da Amazônia, o faço com o espírito pleno de confiança e com renovadas esperanças. Tudo que vi e senti é uma convocação ao Chefe-de-Estado para acelerar o processo desenvolvimentista desencadeado nessa vasta região pela Revolução de 1964, rigorosamente intensificado no meu Governo. Mais do que nunca é forçoso reconhecer que o processo econômico é o elemento predominante no jogo de poderes que compõem as sociedades. Quanto mais difíceis e complexas se apresentam as situações sociais, tanto mais viva a veemência com que se afirmam as necessidades que têm núcleo de natureza econômica. Este é o quadro social que nos desafia e no fundo do qual, Governo e classes produtoras situam-se com suas responsabilidades acrescidas, tendo-se em vista os demais fatores que, atuantes e reprimidos, sem qualquer atributo material, *escapam à categoria de fato econômico*. Para esses, o Governo volta as suas vistas, certo de que, com o apoio das forças morais e intelectuais desta Nação, há de encontrar o componente necessário à harmonia de todas as forças vivas, construtoras do desenvolvimento social do País.

Quanto à classe empresarial, consciente de seus deveres e responsabilidades, sua posição há de ser cada vez mais de entendimento e colaboração. Na minha opinião, que põe em linha de conta a conjuntura nacional em suas dificuldades especiais e as reivindicações quanto à saúde, educação, habitação, esse entendimento e essa colaboração devem ter por finalidade o melhor equilíbrio entre o poder do capital e o poder do trabalho.

O pensamento que deve nortear nossa conduta diante da realidade social brasileira e do sentimento cristão de nosso povo é que esses dois poderes devem operar harmonicamente, devem comportar-se como duas metades de um só e mesmo todo. Trabalho e capital não se excluem, completam-se. Todos vós estais, portanto, investidos em grave «munus» público, tanto mais grave quanto mais é urgente a vossa cooperação na obra desmedida da reconstrução nacional.

Essa obra tem de completar-se com desdobramento do processo revolucionário iniciado em 1964 por todos nós, processo que inclui necessariamente o regime democrático, que dele constitui a inspiração mais profunda e continua sendo o seu norte claro e definido.

Mas a democracia não é apenas uma ordem jurídica ou a forma de um processo político: é, por igual, o sistema econômico em que as relações entre a economia e a natureza humana, isto é, as necessidades do homem, têm de ser consideradas e obedecidas.

É claro que uma redistribuição da riqueza, ainda que exequível, não resolveria, só por si, o problema econômico brasileiro, cuja solução requer, ao mesmo tempo, melhor produtividade e a criação de novas riquezas.

Entretanto, as relações entre o trabalhador e o empregador não podem deixar de ser melhoradas na exata medida das necessidades do primeiro e das possibilidades do segundo, com o que se revigorará todo o processo econômico.

A intervenção do Estado, havida por inconveniente e até odiosa, é uma contingência do mundo moderno, que criou a necessidade de alargar a margem do sentido social das atividades econômicas e impor um processo de disciplinamento para defendê-la.

Nada disso, porém, quer dizer que o Estado aspire a substituir, pelas suas, as atividades das classes produtoras.

A aspiração do meu governo é, por um lado, reduzir ao mínimo a intervenção estatal e, por outro, aumentar ao máximo as condições propícias a uma integração dos esforços de empregados e patrões, visando ao entendimento cada vez mais íntimo entre as duas classes.

Não há dúvida de que o lucro é estímulo natural de toda a empresa, qualquer que seja a sua índole ou categoria, mas não é o único. Já foi assinalado por eminentes economistas que o desejo de tudo fazer para ser útil à sociedade, o prestígio que se origina de fato de cada qual realizar-se em benefício, não só de si próprio, mas também de seu país e dos mais humildes, sem os quais o processo econômico estaria truncado e irremediavelmente comprometido, são fatores da mais alta eficácia no trabalho das classes produtoras.

Tenho a segurança de que é nesse espírito que vindes trabalhando e continuareis a trabalhar. As perspectivas que enfrentais e que,

juntos, enfrentamos, constituem o desafio dos duros serviços que têm de ser prestados ao País.

Trabalho, capital e Governo devem agora, mais do que em qualquer outro momento, dar-se as mãos e estreitá-las vivamente no mesmo esforço construtor.

Eu vos estendo cordialmente a minha mão, em penhor de confiança no vosso espírito cívico, no poder de vosso esforço construtor, na vossa fé inflexível no Brasil.

O GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Prestação de conta dos trabalhos realizados

DISCURSO PROFERIDO NO TEATRO DA PAZ, NA CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, A 13 DE AGOSTO DE 1968, NO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA.

Senhor Governador do Estado do Pará, ilustres Governadores dos Estados do Maranhão, Amazonas e Goiás e Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, Senhores Ministros, autoridades civis, militares e eclesiásticas que nos honram com as suas presenças neste momento.

Eu nada mais tenho a dizer. Tudo que era preciso já foi dito em palavras magníficas como as do Governador do Estado do Pará, num entusiasmo próprio de um homem jovem, de estadista que se afirma no comando de uma área importante como esta do território brasileiro. Não há mais lugar para discurso. Quero, apenas, assinalar que a nossa presença aqui não foi uma visita. Aqui viemos e aqui estamos, após alguns meses de preparação para esta visita. No dia 2 de agosto, no Rio de Janeiro, realizamos uma reunião ministerial para o estabelecimento do plano de trabalho. Cada Ministro estabeleceu a rota a seguir, o empreendimento a realizar ou aumentar, no momento em que o Governo estivesse instalado na Região Amazônica. Ao chegar a esta Cidade, o Governo se instalou em Belém do Pará e na mesma hora todos os Ministros saíram em diversas direções, para trabalhar de acordo com o plano pré-estabelecido. Estabeleceram contatos, pesquisaram, analisaram, discutiram e resolveram o que acaba de ser explanado, aqui. Em Manaus, a mesma coisa. O Governo lá se instalou e os Ministros, após uma reunião preliminar, saíram pelos diversos pontos para os entendimentos com secretários correspondentes à Pasta de cada um. Assim foi em Roraima, assim foi no Acre, assim foi em Porto Velho e assim foi no Amapá. Tudo de acordo com o plano e como acabam de ouvir todos, o Presidente da República colheu agora o relato de cada um, porque só agora tivemos oportunidade de um outro encontro, encontro final de prestação de contas. Cada Ministro disse ao Presidente o que fez, o que realizou, o que projetou e o que pretende realizar nesta área extraordinária que é a Amazônia brasileira. É com muita satisfação que nós verificamos a compreensão, o interesse, a verdadeira ânsia de progresso dos Governadores e de seus governa-

dos. Sentimos que não nos instalamos aqui em vão porque em todos os setores encontramos idéias modernas da realização programada, tendo como exemplo os projetos apresentados por intermédio desta grande organização que é a Superintendência da Amazônia — SU-DAM — onde se faz um trabalho racional, moderno e onde não se desperdiça dinheiro, porque o dinheiro é fator primordial para o desenvolvimento. Tivemos, também, assistência muito afetuosa, muito gentil mesmo, dos Senhores Governadores e respectivas famílias que nos cumularam de atenções, não só ao Presidente e sua esposa, mas, também, a todos os Ministros — o que é motivo de agradecimento da nossa parte. Queremos destacar a ação também daqueles homens que lá em Brasília, no Congresso Nacional, representam este povo, seja do Pará, do Amazonas, do Acre, e dos Territórios, pelo interesse e pelo devotamento à causa dos eleitores de seus Estados. E todos — digo e reafirmo — são homens que permanentemente cogitam dos interesses dos seus representados. Isso constitui para nós mais do que um auxílio valioso, porque eles nos põe a par do que acontece em defesa do povo que eles representam seja no Senado, seja na Câmara, sempre que estamos em contato com os representantes desta Região e em todas as regiões do Brasil. Devo destacar, também, a presença daqueles auxiliares imediatos aos Senhores Ministros, das autarquias que aqui fizeram representar e que também desenvolveram um digníssimo trabalho. A presença dos Governadores, a assistência dos Governadores ao Governo da República durante essa fase, a assistência e a presença de congressistas aqui nesta Região, que vieram dar à nossa atuação, nesta área, uma significação muito grande, uma grande importância, demonstrando o interesse de cada um por todos os seus representados. Eu bem sei que não conseguimos e não conseguiremos jamais atender a todas as necessidades desta Região, porque ela é tão gigantesca. Aqui se passa algo que dá ao homem aquela noção de humildade imposta pela imensidão do território, pela imensidão da floresta e, sobretudo, pela magnífica predisposição desse povo extraordinário, tostado pelo sol, que, sofrendo e vivendo uma vida difícil, ainda se apresenta alegre, cumprimentando aqueles homens que têm a responsabilidade de educá-los, alimentá-los e projetá-los na vida pública. Só isto constitui um estímulo inolvidável para o homem público, porque, se pudéssemos dar tudo o que desejamos, se pudéssemos dar tudo que esse povo necessita, nós sairíamos daqui plenos de felicidade. Faremos o que pudermos agora, amanhã e sempre até o final do nosso mandato, contando com essa plêiade magnífica de Ministros, que sempre aqui esteve, uns ontem, outros hoje, tratando dos interesses da Região, através dos órgãos dos seus Ministérios. Essa plêiade de homens dedicados, vivendo, sofrendo incompreensões, às vezes, malevolências, outras vezes, não desanima, porque sabe que está cumprindo o sagrado dever que é o de dar ao povo brasileiro a prosperidade necessária, com a tranquilidade e a paz indispensáveis ao seu progresso, ao seu grande futuro. Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

CHILE E BRASIL IRMANADOS POR UM DESAFIO COMUM

Saudação ao Presidente Eduardo Frei

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO ITAMARATI, EM
BRASÍLIA, A 5 DE SETEMBRO DE 1968, DE SAUDAÇÃO AO
DOUTOR EDUARDO FREI, PRESIDENTE DO CHILE, EM VI-
SITA AO BRASIL.

Senhor Presidente:

A visita de Vossa Excelência ao nosso País transcende o âmbito da cortesia internacional, em cujos limites se costuma traduzir, às vezes liricamente, o grau de intensidade das relações amistosas entre Nações e Chefes-de-Estado. Para nós significa muito mais que a reafirmação de uma amizade secular, que entre chilenos e brasileiros não precisaria ser enfatizada, e adquire a expressão de um ato de boa-vontade que passa a interessar, igualmente, a todos os povos do Continente.

Sua presença no Brasil, Senhor Presidente, demonstra que a semente lançada por nós há pouco mais de um ano em Punta del Este encontrou solo fértil e que estamos a caminho da colheita dos primeiros frutos. Lembro-me bem de que, na sessão inaugural da memorável Conferência de Chefes-de-Estado Americanos, pedimos a atenção dos demais participantes para a necessidade de provarmos que não era aquela uma simples manifestação esporádica de boa-vontade, nem o coroamento de um processo histórico, mas, apenas o início de um período decisivo em nossas relações.

Em nosso caso, não é apenas o passado que nos aproxima, pela história e pela cultura. Nem é só o presente que nos une, pelo calor da amizade e pelo propósito de superarmos juntos as dificuldades que defrontamos no rumo do progresso. A identidade que nos aproxima gera compromissos para o futuro, onde vamos identificar a meta de nossas aspirações.

Chile e Brasil estão irmanados por um desafio comum e, também, pela resposta que a ele deverão dar os nossos povos.

O alargamento das bases e a evolução dos métodos da política internacional impõe aos governantes latino-americanos um novo esforço de reflexão. Coincide a presença de Vossa Excelência no Brasil com essa tomada de consciência, que sugere objetivamente a grandeza para um programa de cooperação capaz de corresponder ao nível da ansiedade de nossos povos. Na América Latina — permita-me recordar ainda palavras de Punta del Este — a cooperação é tanto mais necessária quanto é certo que nossos países devem completar, a um só tempo, a revolução institucional, a revolução industrial, a revolução educacional e tecnológica que outras nações puderam realizar paulatinamente em etapas separadas.

Para isto, é indispensável que se traduza em atos e em procedimentos eficazes nas relações entre os nossos Estados a idéia — força da unidade latino-americana, revigorada neste encontro, de que ficará em nossos anais lembrança inapagável. Sabemos ambos que nossos problemas exigem soluções peculiares ao temperamento, ao gênio e à natureza das necessidades dos nossos povos. Mas, sabemos também que não estamos sozinhos.

Reconhecemos que hoje, ao lado da comunidade de propósitos que forma o sistema interamericano, há, igualmente o sistema latino-americano, com uma definição própria de objetivos. A nossa unidade decorre da consciência de interesses comuns e da condição de países em desenvolvimento. Não podemos admitir, por omissão ou inércia, que o presente comprometa o futuro de nossa comunidade.

Vemos com ansiedade os riscos de um alargamento da distância entre o Norte, cada vez mais industrializado, e o Sul, ainda, em grande parte, subdesenvolvido. A consciência de nossa unidade regional não nos deve esmaecer uma outra consciência; a consciência de identidade de aspirações que nos integra espontaneamente na comunidade democrática do Ocidente. A única solução válida para a eliminação daquele desnível progressivo, que a longo prazo poderia ameaçar a própria paz mundial, está na cooperação decidida, intensa, sincera e fraternal entre nossos povos. Tenhamos, porém, a coragem de reconhecer que incumbe precipuamente a nós, latino-americanos, encontrar o caminho de tal cooperação dentro do Continente.

Senhor Presidente Eduardo Frei,

Tomemos, pois, a nossa unidade como fonte inesgotável de inspiração. Exploremos juntos os terrenos abertos pela revolução científica e tecnológica, nos quais se torna especialmente necessária a conjugação vigorosa de esforços entre os países da América Latina. Prossigamos, firme e realisticamente, na política de integração econômica, de acordo com formas e ritmos acertados entre as nações interessadas.

O Brasil está preparado para colaborar nessa direção, sem se opor, obviamente, a que grupos de países encetem um processo de in-

tegração mais acelerado. Estamos preparados, em particular, para o aperfeiçoamento da ALALC, etapa preliminar e indispensável em todo esse processo.

Este é o momento de declarar efetiva a era da cooperação latino-americana. E é, sobretudo, o momento de lhe dar forma. Não importa que os frutos sejam, de início, modestos. Importam sua validade histórica e sua força política.

Ao afirmar a unidade latino-americana, estamos afirmando a autenticidade de cada um dos nossos países. O esforço de cooperação mútua, entre nações irmãs nas necessidades e nas aspirações mais generosas, há de repousar na base de uma permanente solidariedade. Quero assegurar a Vossa Excelência que o Brasil não se poupará no empenho de contribuir para que essa base se torne cada vez maior e mais sólida, e para que nossa família continental seja, não apenas pacificada, mas pacífica no desenvolvimento seguro e pleno de suas potencialidades. Não é tarefa para um dia. Talvez não o seja para uma geração. O que nos cabe é lançar desde já os alicerces e dar, resolutamente, os primeiros passos. Esta a nossa responsabilidade.

Em Vossa Excelência, Senhor Presidente, vemos a imagem viva do nobre povo chileno, de sua coragem para a luta, de sua energia e confiança no futuro.

APOIO CERTO NO MOMENTO MAIS DECISIVO PARA A NAÇÃO

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, NO QUARTEL GENERAL DO III EXÉRCITO, EM PORTO ALEGRE, A 14 DE SETEMBRO DE 1968, EM AGRADECIMENTO À HOMENAGEM DAS FORÇAS TERRESTRES DO EXTREMO-SUL E DEPOIS DA SAUDAÇÃO DO RESPECTIVO COMANDANTE, GENERAL-DE-EXÉRCITO ÁLVARO ALVES DA SILVA BRAGA.

Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor Comandante do III Exército, Senhores Governadores, Senhores Ministros de Estado, Senhores generais, meu caro e querido amigo Arcebispo Metropolitano, dom Vicente Scherer, autoridades civis e militares aqui presentes, meus camaradas:

É sempre motivo de intenso júbilo e de gratas recordações penetrar neste Quartel General. Aqui fui Chefe do Estado-Maior, aqui fui comandante da 3ª Região Militar, e aqui hoje, sou comandante na categoria de Comandante Supremo das Forças Armadas.

Esta reunião, abrangendo Exército, Marinha e Aeronáutica, é um tanto para mim muito simbólica. Representa aquilo que o homem público mais necessita para cumprir seu dever, é a tranqüilidade, é a certeza do apoio certo no momento mais decisivo para a Nação. Atravessamos, Senhores, uma época em que o Mundo se apresenta conturbado; em que o Mundo se apresenta numa agitação original e difícil, porque conseguiram lançar sementes naquilo de mais caro que existe para uma Nação, que é a sua juventude; distorceram os princípios, procurando corrompê-la pela mentira.

É por isso que este momento é de alto simbolismo para quem governa um país, com a extensão continental do Brasil. E, com a graça de Deus, nós vemos, em comparando com o que se passa em outras nações, que o problema aqui até se encaminha de uma forma um tanto tolerável, com uma certa compreensão entre os homens públicos e a juventude que se agita.

Reconhecemos, evidentemente que há no fundo alguma coisa que se deve fazer, porque não é só pela infiltração e pela insinuação que essa mocidade se agita. Algo sobrou das guerras, algo de mas sobrou da agitação humana e da luta dos homens. É possível, portanto, que nós estejamos recebendo agora, justamente os efeitos de uma rejeição de uma geração que se habituou ou que viu os resultados das lutas entre os homens.

Compete, portanto, a nós, homens de governo, homens de fé, e homens de responsabilidade, como são os homens das Forças Armadas procurar conter essa invasão, essa exacerbação, dentro dos limites possíveis e humanos, mas com aquela energia necessária para conduzir a juventude a seus caminhos, orientando-a, comandando-a, se for preciso, para que o País não se subverta, não naufrague numa agitação que se apresentou a pouco na França, e que se tem apresentado noutros países.

Eu bem sei que para governar não me basta esse apoio, essa demonstração que eu considero simbólica e importante, daquilo que representa a força. Eu preciso, também, da área política, aqui tão bem representada na pessoa do Chefe do Partido do Governo, eminente Senador Daniel Krieger, que tem sabido conduzir com aquela sua sabedoria de político experimentado e homem de alta compreensão. Ele tem sabido unir em torno do Governo a área política para que possamos nos encaminhar decididamente para a normalização de uma situação que tivemos, pela força, de mudar neste País, na Revolução que, até hoje consideramos redentora, a de 31 de março de 1964.

Esta Revolução continua e continuará dentro de seus princípios fundamentais. Não pensem que os inimigos da República, que se manifestam de quando em quando como inimigos da Revolução, que ela vai parar. Ela continuará dentro das normas políticas e dentro de um sistema de moralidade e de austeridade e de dignidade.

Isto eu lhes posso assegurar, será ponto de honra no cumprimento do dever do Governo, de que eu tenho a honra de ser o chefe; porque até este momento, meus amigos, eu não tive qualquer decepção.

Falam mal do Governo, devem falar, porque o Governo não transige, não corrompe e não aceita corrupção, porque seria muito fácil ganhar elogios, ganhar esta tranquilidade de espírito que só iria acontecer quando o Governo despacha, desmancha e distribui a mão cheia de dinheiro, «benesses», tudo aquilo que capta simpatia, mas afunda o País; de um lado salários maiores, de outro lado transigências aqui e acolá.

Esse Governo pode serenamente garantir, dispondo de uma equipe de ministros honrados e honestos, trabalhadores e dignos, vai tocando para a frente o barco do Governo porque tem certeza que atin-

girá a meta final, com a noção, com a tranqüilidade daqueles, que podem dormir, como dizia Roosevelt, «já fiz o que pude, e durmo tranqüilo».

Assim será este Governo, havemos de chegar ao fim, se Deus quiser tranqüilos pela certeza de haver cumprido dignamente o seu dever, sem transigências, sem radicalismo e sem ódios.

E assim levaremos, Senhores, dentro deste quadro que eu desenho aqui rapidamente, o apoio político certo de um lado, de outro lado essa magnífica demonstração que dia a dia mais me comove como velho soldado, com o apoio dos camaradas — do Exército, da Marinha e da Aeronáutica — que eu sei que sofrem dificuldades, mas sempre se apresentam com a mesma dignidade, com o mesmo espírito de sacrifício e com o mesmo patriotismo.

Pretendia passar um fim-de-semana de descanso, evitando apelos. Mas sinto que era uma obrigação expandir, perante todos aqui presentes, os meus sentimentos mais gratos, a minha satisfação porque a par das recordações que me vem dos belos dias que vivi neste Estado, como oficial superior, como general, como comandante de unidade, como major, como tenente, eu devia dizer-lhes quanto me é grata esta reunião, o quanto ela para nós significa, como homem de governo — paisano hoje à frente do Governo — mas eternamente soldado no cumprimento do dever.

Muito obrigado Senhores, comovidamente, os meus agradecimentos.

INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA PARA APROVEITAMENTO DO MERCADO INTERNO

DISCURSO PROFERIDO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DO
MENINO DEUS, EM PORTO ALEGRE, A 14 DE SETEMBRO
DE 1968, QUANDO DA INAUGURAÇÃO DA XXXI EXPOSI-
ÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS.

Compareço à solenidade de abertura desta Exposição na dupla qualidade de Presidente da República e de gaúcho. Sinto-me, portanto, duas vezes interessado nela. Interessado, como Presidente, em avaliar a importância desta mostra, que se impõe pela alta qualidade dos produtos expostos e pelo exemplo que se oferece aqui aos criadores de todo o País; e interessado, como gaúcho que sou, em verificar a frutificação dos esforços de quantos contribuíram, através dos anos, para assegurar ao nosso Rio Grande as esplêndidas condições de sua produção animal.

Cresceu a economia gaúcha, historicamente, como supridora do mercado nacional. Seus produtos agropecuários, durante quase dois séculos, foram a grande fonte de alimentos em que se abasteceram especialmente as regiões onde se instalava o processo de industrialização, com maior intensidade. Esse esquema de crescimento permitiu ao Estado granjear expressivos benefícios sociais.

Grande parte do esforço de desenvolvimento gaúcho foi realizado através da ocupação de terras, na medida em que se elevava o nível do consumo global da economia brasileira. Tais métodos extensivos haveriam de esbarrar no esgotamento das fronteiras agrárias. A partir desse limite, passou a decrescer a produtividade do setor primário. Ao mesmo tempo, a agropecuária ia incorporando novas áreas na Região Centro-oeste, hoje concorrente da produção rio-grandense.

Em face da maior estabilidade de sua economia, comparada às oscilações que caracterizavam a produção nas áreas conquistadas, continuou o Rio Grande do Sul a desempenhar papel fundamental no abastecimento do País. A cultura que mais rapidamente se desenvolveu no Estado — todos nós o sabemos — foi, porém, a da soja, esti-

mulada por um mercado externo em expansão. A pecuária tem sido atingida pelas modificações do mercado nacional. E os problemas ultimamente enfrentados, que chegaram a apresentar sintomas de crise e se refletiram no conjunto da economia do Estado, também se relacionam com o esgotamento das fronteiras agrárias e com o aumento dos custos fixos da atividade pecuária em decorrência da valorização das áreas disponíveis.

Os exemplares aqui expostos atestam, pela sua qualidade, que os produtos gaúchos, em termos de média, não encontram similares em outras regiões brasileiras. E este é o fator mais importante da recuperação e do desenvolvimento da mais tradicional atividade econômica do Rio Grande. Cumpre, entretanto, melhorar os níveis de produtividade da nossa criação. O aumento da eficiência na exploração pecuária não apenas permitirá elevar os índices de remuneração dos produtos, mas facultará ao Estado participar ativamente dos mercados externos, que este ano absorveram, até agosto, cinquenta mil toneladas, das quais trinta e cinco mil originárias do Rio Grande do Sul. O Estado contribuiu, assim, com 70 por cento para as nossas exportações de carnes.

Para que possa o Rio Grande desenvolver solidamente o seu fluxo de exportação, uma série de providências já foi tomada pelos Governos Federal e Estadual. No campo da infra-estrutura, cabe destacar o ramal ferroviário Hulha Negra-Erval, que melhorou substancialmente as condições de tração no trecho em que é mais denso o transporte de produtos animais, da região da fronteira para o Porto do Rio Grande. Aí se encontra em operação o entreposto frigorífico João Mascarenhas, que contribui decisivamente para melhorar as condições de estocagem e embarque para o Exterior. Quanto às medidas relacionadas com as operações financeiras de exportação, vale realçar a adoção do sistema de Taxa flexível de câmbio, o qual assegurará, permanentemente, taxas adequadas para as divisas. Destaca-se, ainda, a simplificação do processo de exportações, com o objetivo de facilitar a tramitação e a expedição das respectivas licenças.

A participação recente do Rio Grande do Sul na Feira de Santa-rém, em Portugal, teve o efeito altamente positivo de promover as nossas possibilidades de fornecimento de carnes aos mercados europeus. Como providência de maior importância, para acelerar a modernização da pecuária de corte, prepara o CONDESP medidas para o início de operação do «Projeto de Pecuária de Corte», que já conta com financiamento de 40 milhões de dólares do Banco Mundial, objetivando recursos de crédito com prazos para resgate de até onze meses.

Dificuldades que vêm experimentando vários pecuaristas rio-grandenses devem servir de exemplo e motivação para a necessidade de um esforço concentrado, no sentido do aumento progressivo das exportações e da produtividade dos rebanhos.

No que toca à produção ovina, em vista do continuado processo de substituição da lã pelas fibras sintéticas, julgo oportuno reafirmar a conveniência de se estimular o consumo de carne ovina, com o fito de aumentar a rentabilidade do respectivo rebanho. Estou certo de que a presente fase de transição oferece perspectivas grandemente favoráveis, conduzindo a um aumento acelerado da tecnologia da produção primária.

Uma das características da política geral de meu Governo é o esforço realizado para reduzir as disparidades do nível de desenvolvimento econômico das diferentes regiões do País. No Nordeste e na Amazônia, intensifica-se o trabalho para melhorar de fato as condições da infra-estrutura econômico-social, com a criação de novas oportunidades de emprego. Com a ampliação de mercados, decorrente dos aumentos da renda de cada uma dessas regiões (superiores a 10 por cento ao ano), abrem-se também para o Rio Grande do Sul horizontes novos. A tese da integração latino-americana, ainda agora revigorada com a grata visita do Presidente Frei ao Brasil, traz em si mesma, quase expressa, a idéia de que é preciso igualmente promover a integração da economia de nosso País, de modo que seu crescimento homogêneo permita à pecuária gaúcha, como à indústria paulista, o pleno aproveitamento do maior dos trunfos do nosso desenvolvimento global: o mercado interno.

O alargamento desse mercado é um dos objetivos do Governo. Com ele, conjugado a uma agressividade maior dos métodos de conquista do mercado externo, terá o Rio Grande do Sul assegurado à sua produção as condições de que precisa para explorar suas potencialidades incalculáveis e, ao mesmo tempo, contribuir para a prosperidade geral de nosso País.

DEMONSTRAÇÃO CABAL DE FÉ E CONFIANÇA

DISCURSO PROFERIDO NO QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO, EM SÃO PAULO, A 2 DE OUTUBRO DE 1968, EM AGRADECIMENTO À HOMENAGEM RECEBIDA E DEPOIS DA SAUDAÇÃO DO GENERAL-DE-EXÉRCITO JOSÉ RODRIGUES CARVALHO LISBOA, COMANDANTE DAQUELA GRANDE UNIDADE MILITAR.

É sempre muito confortador para um chefe, que foi convocado pela Pátria para prestar serviços de outra natureza, o convívio com os seus camaradas de armas. Assim, sinto-me imensamente satisfeito em retornar, mesmo que apenas por uns momentos, às minhas queridas origens.

Tudo o que fui e tudo o que sou, devo ao Exército. Desde a educação na juventude e minha formação profissional até aos bons hábitos intelectuais que ele me incutiu; desde a minha modesta, porém honesta, vida privada, até aos mais altos postos hierárquicos e da vida pública, após quase meio século de serviços; desde o respeito, quase sagrado, pelas tradições brasileiras, até o cultivo daquelas qualidades que são o apanágio das Forças Armadas, como a camaradagem, a desambição e o patriotismo acendrado.

Meus camaradas,

Governar um país como o nosso, na difícil quadra histórica, de incertezas, de inquietações e de desconfianças, que toda a Humanidade atravessa, é um desafio gigantesco que decidi enfrentar e que enfrentarei, até o fim, com firmeza e persistência.

Para a solução dos nossos problemas, que não são poucos nem pequenos, precisa o Governo sustentar-se na compreensão da opinião pública, no suporte e no estímulo da base política e no apoio das forças Armadas.

E porque assim é, forças que aí estão — conhecidas, visíveis, definidas — procuram solapar esses esteios e estabelecer separação entre eles, para enfraquecer toda a estrutura.

Usando de todos os ardis, conseguindo, inclusive, infiltrar-se dentro daquilo que a Nação tem de mais caro, de melhor e de mais puro

— a sua mocidade — intentam fazer voltar tudo quanto a Revolução redentora de março de 1964 tem procurado banir de nossa terra — o caos; a exploração demagógica da miséria, da fome e da doença; a inoculação de idéias e doutrinas na escola, na fábrica e no campo; a comunização da cultura e do terrorismo intelectual; o enriquecimento ilícito, a corrupção desbragada, a inflação desenfreada e, sobretudo, no que nos diz respeito mais de perto, o enfraquecimento da disciplina e da hierarquia.

Embora estes sejam conceitos, já anteriormente afirmados, deliberadamente desejei relembra-los para reafirmar, também, que a Revolução, irreversível em seus propósitos e ideais, estará sempre vigilante para conter e derrotar essas forças malsãs.

Para a opinião pública, procuram apresentar uma imagem falsa do Governo, tachando-o de imobilista e de insensível aos problemas nacionais. O povo, porém, que normalmente é sábio e justo, não acredita nessas mentiras, pela evidência dos numerosos empreendimentos em todos os campos. Diante das reformas objetivas que aí estão em curso, como a universitária, como a da agricultura, como a administrativa. Diante das realizações concretas em rodovias, aquavias, em pontes, em reequipamento de nossa Marinha Mercante e na batalha dos fretes. Diante do nosso esforço extraordinário no Nordeste e na Amazônia. Diante da impressionante ampliação de nossa capacidade energética e da implantação de um amplo sistema de comunicações.

Procuram conturbar o nosso processo político. Mas, não terão sucesso. O nosso Partido — a ARENA — poderosamente majoritário, consciente de seus deveres para com o povo brasileiro, tem proporcionado ao Governo a base sólida de que precisa para a obtenção das leis capazes de dinamizar a vida do País.

Nem a magnífica instituição das Forças Armadas foi poupada. As Forças Armadas que têm dado admirável exemplo de seu espírito democrático, de disciplina, de civismo e desprendimento.

São as Forças Armadas de um povo que adora a liberdade e que repele o arbítrio e a violência. São as Forças Armadas de um povo que odeia os preconceitos e os privilégios, que ama a Deus e sua Pátria, mas que preza, sobretudo, a sua maneira de ser e de viver absolutamente autênticas.

Elas que participaram, ativa e ponderavelmente, dos grandes episódios da vida brasileira. Elas que sempre estiveram presentes, jamais se omitiram e nunca deixaram de cumprir com o seu dever para com a Pátria.

A Nação toda é testemunha das ofensas e das provocações irresponsáveis, já intoleráveis, que lhes são freqüentemente dirigidas pelos que parecem ignorar que elas constituem, exatamente, a garantia

maior do regime de liberdade em que vivemos, *graças, principalmente, à proteção das suas armas e da sua vocação antitotalitária.*

Essa atitude de serenidade, resultante da consciência que elas mostram ter do seu próprio dever e da sua própria força, posta a serviço da democracia, nem sempre é bem compreendido, pelos que pregam a desordem e insuflam a subversão, invocando, para isso, a proteção da própria lei, feita para defender os interesses da comunidade nacional, que deseja ordem e tranqüilidade, como fatores essenciais, ao progresso nacional.

Já disse, mais de uma vez, mas nunca será demais repeti-lo: «As Forças Armadas constituem uma das nossas classes produtoras. Produzem aquilo que mais vale, pois é a base sem a qual nada se poderia fazer de útil, ordenado e permanente — a segurança nacional. Com a segurança nacional garantida, temos a estabilidade política e social, que garantirá ao Brasil a continuidade do esforço em favor de seu desenvolvimento».

De nada valeria o trabalho dos técnicos e a nada serviriam os planos, nem o próprio esforço dos governantes se o País não estivesse tranqüilo e firme, como agora se encontra, permitindo que também trabalhem em tranqüilidade, apoiados pelos diferentes setores em que se divide e pelos quais se exprime a opinião nacional.

Na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas e de velho soldado, que bem conhece e respeita a dignidade dos seus sentimentos cívicos, eu me orgulho de testemunhar o seu espírito democrático, a sua unidade de vistas, a sua *inabalável coesão na defesa das instituições e o seu entusiasmo no trabalho silencioso para a construção de um Brasil melhor e maior.*

Essa atitude das Forças Armadas é tanto mais respeitável e merecedora do apreço da Nação quanto é certo que a vida do militar é sujeita às servidões da carreira, agravadas, até agora, com as restrições do orçamento doméstico, que atingem, também, o funcionário civil, motivando a preocupação e os estudos do Governo para considerá-las, no quadro e sem prejuízo da sua orientação econômico-financeira, de modo a não colocar o problema em termos demagógicos, que o comprometam.

Mas estejam certos os nossos camaradas das Três Forças que o Governo acompanha, atentamente, a situação em que todos se encontram e sabe valorizar os sacrifícios que estão sendo feitos e tudo fará no sentido de minimizá-los.

Agradeço a solidariedade que os meus camaradas me apresentaram e a aceito, não como uma homenagem pessoal, porém uma demonstração cabal de fé e de confiança.

Senhores,

Quanto maior a confiança depositada nos chefes, maiores as responsabilidades que se lhes atribuem. Estou ciente e consciente dessa delegação.

Retribuindo à confiança e à fé que elas nos têm demonstrado, tenho fé e confiança nas Forças Armadas, que estiveram, que estão e que estarão sempre garantindo ao País os dias de segurança, condições para conquistar seus altos destinos.

Não me atemorizam as eventuais brumas que possam toldar os céus brasileiros, circunstancial e episodicamente. Creio em nossas Forças Armadas creio em nossa gente; creio no nosso amanhã.

OS EXTREMOS DA POBREZA SÃO INCOMPATÍVEIS COM A DEMOCRACIA

DISCURSO PROFERIDO NO CIRCULO MILITAR DA CAPITAL BANDEIRANTE, A 2 DE OUTUBRO DE 1968, EM AGRADECIMENTO A HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O fundo de cordialidade e compreensão deste encontro, como acabais de ver pelo sério pronunciamento do vosso orador, não exclui o tom de franqueza, sem o qual nenhum diálogo teria substância nem contribuiria para a exata avaliação dos nossos problemas, esforços e dificuldades.

DESAFIOS AO GOVERNO

Sempre pensei — e vejo com satisfação que o reconheceis — que a aceleração do desenvolvimento do Brasil constitui desafio para todos nós. Em um de meus discursos de candidato, afirmei que o desenvolvimento, destinando-se a promover o bem-estar de todos, era por isso mesmo tarefa para todos. Mais que tarefa, repito, um desafio. Desafio para o Governo, ao qual compete a realização planejada de investimentos de infra-estrutura, essenciais ao incremento da atividade produtora nacional, bem como a ordenação da vida econômica e financeira que assegure aos setores produtivos condições satisfatórias de operação e de crescimento. Mas desafio também para o setor privado, ao qual incumbe reagir aos estímulos recebidos e superar corajosamente deficiências básicas de uma economia em desenvolvimento ou distorções acumuladas no passado.

Estou certo de que enfrentamos todos com decisão este desafio, procurando vencer as limitações ao desenvolvimento brasileiro. O Governo segue uma linha firme de política econômica, através de um conjunto de medidas coerentes e coordenadas. Todos estão informados da prioridade que atribuímos e reclamamos para aceleração do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, concentramos grandes esforços à adequada execução de um programa de investimentos em setores essenciais ao progresso do País, mobilizando-se a maior soma possível

de recursos para o fortalecimento da infra-estrutura e das atividades que incumbe ao Estado promover. Bem conheceis a magnitude dos programas governamentais nos setores de transportes, energia, petróleo, siderurgia, habitação e telecomunicações, entre outros, cujos índices superam tudo quanto se vinha registrando e já propiciam o aceleração da expansão de uma economia cada vez mais sólida e integrada. Além disso, e o que é mais importante, a política de desenvolvimento do Governo se traduz de forma evidente na condução dos instrumentos da política monetária, fiscal e de crédito, de maneira a assegurar o aumento continuado da produção nacional e da capacidade produtiva. Em sintonia, funciona uma política adequada de crédito e de preços mínimos ao setor agrícola, cujo desenvolvimento, no sentido de uma produção maior, virá ao encontro das necessidades de abastecimento das massas urbanas, e cujo aumento de renda amplia consideravelmente o mercado interno para a produção industrial. Também nessa direção tem sido orientada a política de incentivos e estímulos ao investimento e à produtividade do parque industrial, aliada a uma política flexível de crédito.

PRODUÇÃO

Essa política voltada para o desenvolvimento, ensejou ascensão contínua da produção desde o início de meu Governo, traduzindo-se, já em 1967, na taxa de crescimento do produto de 5%, nível que não era alcançado desde 1962. O comportamento da economia nos nove primeiros meses do corrente ano comprova de maneira indiscutível o acerto de nossa política econômica.

Conheceis de perto o expressivo crescimento da produção industrial, cujo índice de rendas em São Paulo já apresenta um aumento real de 27% em relação a 1967. O magnífico comportamento desse setor nos permitirá, sem dúvida, concluir o ano de 1968 com uma taxa de aumento do produto nacional bruto bem superior à registrada em 1967.

Tem o Governo, contudo, na execução de sua política econômica, um outro importante propósito, que persegue com igual pertinácia — o controle da inflação. Este é um imperativo da conjuntura encontrada pela Revolução, com a economia nacional minada e o aparelho produtivo destróado pela inflação galopante. Combatemos com rigor a inflação, não como objetivo em si, mas como condição necessária à boa execução da política de desenvolvimento.

Por isso, não faz o Governo concessões às facilidades que, a pretexto de incentivar o desenvolvimento ou atenuar as desigualdades sociais, comprometeriam as bases do progresso econômico, indispensável ao alcance da própria justiça social.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL

Não assumo, neste domínio, uma posição de oportunismo, porque oportunista não sou. Assim penso desde que, simples candidato à Magistratura Suprema, comecei a delinear perante as classes assalariadas, e diante das classes produtoras, a política a ser executada nos dois setores mais sensíveis da vida nacional. Lembro-me de haver advertido, em discurso que proferi na Guanabara em 1966, que a economia brasileira não poderia continuar desligada artificialmente da realidade natural, continuando a encarar o homem como um instrumento físico e não como um ser dotado também da dimensão psicológica. Recordo-me de que, no mesmo ano, em Niterói, fiz o apelo a trabalhadores e empresários para que se unissem ao futuro Governo da República numa «associação nacional» — expressão feliz empregada pelo Presidente Kennedy em pronunciamento ao mundo econômico dos Estados Unidos. E deve-se reconhecer agora que nenhuma classe compreendeu tanto as dificuldades gerais do País, nem correspondeu àquele apelo com maior soma de sentimento patriótico, do que a classe dos trabalhadores. Quero exaltar-lhe o comportamento exemplar e reconhecer-lhe o inestimável concurso ao processo de desenvolvimento do País. Seu sacrifício temporário não será em vão, porque para ela hão-de reverter os benefícios de uma economia vigorosa e estável, propiciadora de condições mais humanas de vida para os que não têm como compensar as oscilações violentas de preço das utilidades essenciais pelo aviltamento constante de vencimentos e salários.

Os extremos da pobreza são incompatíveis com a democracia.

«Governo, homem de empresa e massas trabalhistas em ascensão — dizia eu no discurso de Niterói — não podem desconhecer-se, esquivar-se e opor-se uns aos outros, como adversários. Devem unir-se, aglutinar-se e compor-se num só pensamento, num só sentimento, numa só força».

DESENVOLVIMENTO E INFLAÇÃO

Os instrumentos de política monetária, de crédito e salarial serão orientados, com vêm sendo, no sentido de harmonizar o objetivo do desenvolvimento, com a necessidade de reduzir as taxas de inflação e mantê-las sob estrito controle.

A sensível redução do ritmo inflacionário, que caiu de 41%, em 1966, para 24,5%, em 1967, aliada à recuperação dos altos níveis de atividade econômica, encoraja o Governo a prosseguir com firmeza em sua política que propiciará o fortalecimento da economia nacional e a ampliação do mercado para a produção, favorecendo o nível de emprego e a absorção de mão-de-obra exigidos pelo crescimento da população.

O desafio do desenvolvimento nacional, requer não apenas a superação de distorções, hábitos e critérios desgastados na prolongada vivência inflacionária, mas também a satisfação das necessidades de modernização e avanço tecnológico.

As dificuldades em que se encontram, no momento, certas “empresas industriais do País são em grande parte consequência da incapacidade revelada na modernização de suas técnicas de produção. A importância do trabalho que está sendo desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio reside na solução desses problemas que deverá processar-se dentro de uma visão conjunta das repercussões em todo o sistema econômico. Sabendo-se que uma política de renovação do equipamento industrial resultará em redução do contingente de mão-de-obra empregada, a aquisição, tanto quanto possível, de equipamento produzido no País funcionará como fator compensatório. A Comissão de Desenvolvimento Industrial aprovou projetos, na vigência do atual Governo, que totalizam um bilhão, quatrocentos e quinze milhões de cruzeiros novos. A maior parte encontra-se em fase de acelerada execução, o que traduz a confiança dos empresários na recuperação do mercado.

EMPRESARIADO

Desejo assinalar a ação que vimos desenvolvendo no sentido de fortalecer a empresa nacional, conferindo-lhe melhores condições de competição e acesso ao crédito interno e externo. As relações financeiras com o Exterior e o aperfeiçoamento do sistema cambial se aliam às políticas de crédito, de desenvolvimento regional e de estímulo de natureza diversa, para o fortalecimento da empresa nacional.

É indiscutível que o Governo tem realizado esforço ingente objetivando assegurar à economia brasileira as condições para o seu funcionamento a plena carga; mas é igualmente inquestionável que o resultado dessa política depende, basicamente, do comportamento dos empresários.

O Governo tem declarado, reiteradamente, que é a favor da iniciativa privada e não tem qualquer tipo de preconceito contra o lucro, indispensável aos investimentos e, portanto, ao crescimento econômico. Esse conceito está ligado, entretanto, à função social da empresa em face do aprimoramento da comunidade e daqueles que a integram.

Tão logo desapareçam as dificuldades criadas pela demanda deficiente, diminuam os estímulos à contenção dos custos e ao aumento da produtividade. Não é possível, entretanto, admitir que um País como o nosso, ainda carente de quase tudo, tenha de restringir a utilização de seus poucos recursos, para harmonizar a política de desenvolvimento acelerado com a política de combate à inflação.

PESQUISAS

Não será possível a uma nação desenvolvimento industrial autônomo e permanente se não criar um sistema de pesquisa próprio, capaz de estabelecer técnicas compatíveis com as peculiaridades do País e as diferentes relações de custo de seus fatores de produção. Sem isso estará, inclusive desarmado das vantagens relativas que são essenciais à convivência com um mundo de competição generalizada.

Embora não se disponha de levantamento completo a respeito do que se gasta em pesquisa, é possível concluir que as somas representam proporção mínima da renda nacional, provavelmente menos de 1%, o que significa dizer que, mesmo dentro de nossas possibilidades, o esforço relativo é muito menor que o de outros Países.

O Estado ainda é, no Brasil, quase que o único financiador de pesquisas. Um levantamento realizado no ano passado, pelo Instituto Roberto Simonsen, no Estado de São Paulo, indicou que, das 1.887 maiores empresas industriais consultadas, apenas 168, isto é, menos de 10%, declararam fazer pesquisas. É verdade que a própria característica do desenvolvimento industrial do País não motivava o interesse por esse tipo de atividade. Trata-se de implantar rapidamente, um parque industrial destinado a atender ao consumo de um mercado quase exclusivo, antes suprido por importações, o que minimizava a questão dos custos relativos.

DESPESAS GOVERNAMENTAIS

Quero, também, retificar o errôneo conceito de que o Governo não se esforça para conter os seus gastos de custeio. Estamos limitando esses gastos e estabelecemos rigoroso controle sobre as despesas com pessoal e outras. Alguns aumentos têm sido originados por leis e vantagens anteriores ao meu governo.

É preciso que os empresários redobrem sua vigilância e não se deixem seduzir pelo caminho fácil do aumento dos preços. Todos aqui são testemunhas da forma cuidadosa com que temos tratado este problema, procurando auxiliá-los na análise de seus custos e restringindo, dentro do possível, o encarecimento dos insumos básicos. Este objetivo, fixado no «Programa Estratégico,» pretende dar à economia brasileira o máximo de compatibilização entre aumento de preços e desenvolvimento.

VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Tenho a assinalar, infelizmente, que a despeito de nosso esforço, certas empresas persistem em aproveitar a expansão da demanda — e, utilizando sua posição quase monopolística, aumentam desabusadamente seus preços. Contra elas temos agido e continuaremos a agir duramente, fechando-lhes as portas do Banco do Brasil.

Não posso encarar o desenvolvimento — como reiteradamente tenho dito e muito bem acaba de observar o vosso orador — como um processo de produção de bens exclusivamente materiais destinados a uma minoria, senão como recurso para promover o bem-estar geral da população e o florescimento da personalidade humana, impossível em regime de restrição sistemática dos anseios da maioria.

Desejo, finalmente, dizer-vos do enorme esforço que meu governo está desenvolvendo para sanear o mercado de capitais e instituir uma verdadeira justiça fiscal em nosso País. Temos agido e continuaremos a agir com todo o rigor neste campo para obter dois resultados fundamentais. Em primeiro lugar, desejamos que o investimento em papéis de qualquer natureza esteja sujeito apenas às contingências do próprio mercado, sem agravar-lhe o risco pela administração temerária, dolosa ou corrupta. Este saneamento é condição básica para ampliação do mercado de capitais. Em segundo lugar, desejamos que todos os cidadãos e todas as empresas, independentemente de sua nacionalidade ou de sua importância para o mercado, paguem rigorosamente os tributos devidos. Sem este requisito elementar, não será possível coibir a concorrência desleal, que enfraquece a moralidade do mercado e, mais importante ainda, não será possível reduzir paulatinamente a carga tributária que, infelizmente, ainda pesa sobre a massa de contribuintes honestos e dos consumidores.

O empresário nacional compreenderá a profundidade dessa política e das medidas governamentais, e verá seu alcance para o esforço de construção do Brasil moderno, economicamente forte e socialmente justo, que é o sonho e o objetivo de todos nós.

CONSOLIDAÇÃO

Nosso País está em processo de consolidação industrial; deverá concluí-lo em duas ou três décadas. E o fará dentro de uma nova estrutura jurídica, social e econômica que começa a se delinear com as reformas que vêm sendo implantadas desde o Governo passado, entre as quais incluo, na primeira linha, a reforma do sistema educacional, que vamos empreender. A sociedade tecnológica exige um rompimento com os quadros tradicionais, pois pressupõe rendimentos crescentes destinados a atender às pesquisas, à renovação de máquinas e à difusão acelerada dos resultados. Em consequência, torna-se necessário superar a rotina e a burocracia administrativa. Problema difícil para um País subdesenvolvido não é apenas adquirir equipamentos para industrializar-se e modernizar sua agricultura, absorvendo «Know-how» e importando especialistas, quando necessários, mas transformar sua estrutura administrativa e sua infra-estrutura educacional, e de serviços públicos, para passar da era pré-industrial à industrial. Essa é a dura tarefa a que se propõe o atual Governo e para a qual estou certo de contar com o vosso apoio. Muito Obrigado.

GOVERNO DO POVO: TRABALHA, VIVE E SE FORTALECE PELO POVO

DISCURSO PROFERIDO EM SÃO PAULO, A 3 DE OUTUBRO DE 1968, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO DIRETÓRIO REGIONAL DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA).

A reunião de tantos companheiros — pois é nesta qualidade principal que me encontro aqui — traz-me irresistivelmente à memória a nossa convenção de 25 de maio de 1966, quando defini, muitos meses antes de ser eleito, a linha política de que me serviria para orientar a ação do nosso governo.

«Não vos prometo milagres» — disse eu aos Convencionais, naquele dia memorável — «Nada tenho de carismático. Prometo, sim, a vós e à Nação, trabalhar incessantemente, corajosamente, pelo bem comum, pela regeneração de nossos costumes políticos, pelo restabelecimento da ordem constitucional e democrática, de modo a não tolerar a corrupção, a não permitir a subversão, a armar as nossas instituições livres e cristãs dos meios necessários à sua defesa, de modo a permitir a reorganização da vida nacional.»

Tendo proferido estas palavras perante a ARENA, quero agora dizer que, sem o apoio da Aliança Renovadora Nacional, não me seria possível repeti-las, como quem não teme reler um termo de compromisso, fielmente cumprido.

Milagres, não fiz até aqui e se a política é arte do possível, milagres continuo a não esperar no caminho difícil que ainda resta a percorrer. Mas, no domínio do possível, há coisas que se nos afiguram milagrosas, se as medimos pela altura dos obstáculos que delas nos separavam e pela magnitude do esforço despendido para alcançá-las.

Ainda ontem, num encontro com a classe industrial, recordávamos, a impressão de incompatibilidade, recolhida de muitos, às vésperas da instalação do Governo, entre a contenção do ciclone inflacionário e a retomada do desenvolvimento, em ritmo compatível com as aspirações do País. Aquele «Trabalhar incessantemente, corajosamente», que vos prometi, já produziu a esta altura alguns resultados posi-

tivos, suficientes para permitir-nos visualizar a meta plenamente atingida em 1970.

Na esfera política, o restabelecimento da ordem constitucional e democrática está assegurado, de tal modo que os mais acirrados dos nossos adversários têm que recorrer à imaginação e ao subterfúgio; têm que comprometer-se perante a opinião pública na deformação mais grosseira da realidade, para negar que a Constituição funciona, que o Congresso exerce livremente o seu alto papel de representante do povo e da Federação, que as liberdades fundamentais estão protegidas pelo Poder Executivo e pela livre manifestação do Judiciário. A Imprensa trabalha, opina e circula, resguardada de qualquer tipo de constrangimento. E a Oposição atua, na Câmara e no Senado, limitada apenas pela ausência de um corpo de idéias ou de um programa que lhe permita criticar os atos do Governo e as posições do nosso Partido, com mais coerência, objetividade, eficiência e verdade.

Só não toleramos, nem toleraremos, que floresça livremente entre nós aquilo que um ilustre homem de Estado da Alemanha identificou recentemente como o mais novo elemento do jogo político universal: a atividade de grupos extremistas que, à margem dos movimentos de oposição, rondam e ameaçam, de vez em quando, o edifício da democracia. E ainda assim estou e estarei cumprindo uma daquelas promessas à convenção de 1966, não permitindo a subversão sob qualquer das formas que possa comprometer o trabalho de reorganização da vida nacional.

A democracia não teme os extremistas, de esquerda ou de direita; mas, não os teme porque está armada dos meios de defesa, o mais poderoso dos quais é a nítida e indiscutível preferência que lhe dá o nosso povo, por temperamento, formação e destinação histórica.

Nem tudo se vence pela força. Um grande partido democrático, unido, vigoroso e identificado com as mais profundas tendências do espírito popular é a vanguarda e o sustentáculo maior do regime, que somente por exceção indesejável há de apelar para o recurso às armas.

Um dos melhores sintomas de que marcharemos para a consolidação completa das instituições livres é a rapidez com que a nossa ARENA supera o saudosismo provinciano das velhas legendas, para se afirmar como organização partidária dotada de unidades, de personalidade própria e de um espírito de luta que já lhe deu esplêndidas vitórias no Congresso e a fará vitoriosa nas próximas eleições municipais.

Como Presidente da República, em nosso sistema constitucional, cabe-me a liderança da vida política do País e pretendo continuar a exercê-la sem qualquer desvio sectário. Mas, não posso deixar de orgulhar-me de pertencer a este Partido, cuja solidez e lealdade tem sido a base de toda a obra administrativa que o Governo vem realizando, e me ajudam a repetir a palavra estimulante de São Bernardo: «Não é forte o espírito que não cresce à vista da dificuldade.»

O mesmo São Bernardo observou certa vez que se faz discípulo de um néscio quem a si mesmo se toma por mestre. O chefe de um governo democrático não pode julgar-se dono da verdade, pois só o povo a possui e comunica aos governantes através dos partidos que o representam. Por isso coloquei nas mãos da ARENA o nosso «Programa Estratégico de Desenvolvimento», para que ela o levasse ao povo e não-lo devolvesse enriquecido pela sua experiência política e vivificado pela opinião pública.

Muito já devo à Aliança Renovadora Nacional. Fico lhe devendo hoje mais esta manifestação desvanecedora de apoio, a que se associam tantas altas figuras da vida pública de São Paulo e do País. Mas, ousou dizer que ainda muito mais espero de sua união, de sua pujança, de sua capacidade política. Espero, sobretudo, que, sob a direção de líderes autênticos como Daniel Krieger ela continue a crescer e a vencer como partido, pois, na medida em que vença e cresça a ARENA, estará vitoriosa em nossa terra a bandeira da democracia, do desenvolvimento, do bem-estar do povo, da paz política e da harmonia social.

Fala-se em radicalismo. Diz-se que há elementos «radicais», pressionando o Presidente da República, para induzi-lo a tomar medidas discricionárias contra aqueles que fazem oposição ao Governo.

O passado do velho soldado, hoje à testa do Governo desta grande República, mais do que palavras, mais do que argumentos e muito mais do que falsas interpretações dos fatos, indicaria claramente que ao Presidente da República se pode aplicar a legenda deste magnífico Estado da Federação: «non ducor, duco».

Estejam tranqüilos aqueles que pensam — e, às vezes, apregoam — que o Chefe do Governo possa ser compelido a tomar atitudes que não as ditadas pelas suas próprias convicções e a praticar atos que não sejam de sua própria determinação.

Há radicais, sim, mas há radicais e radicais. Há os que se extremam, gratuitamente, em posições condenáveis, ou exacerbam um sentimento de má-vontade, alimentado por cálculo para efeitos predeterminados. E há os que, de boa-vontade e guiados pela razão, precisam ir às raízes das questões para bem resolvê-las. Neste sentido, Presidente da República e chefe de uma Revolução que ainda está em marcha neste País, não recuso para mim mesmo a qualificação de radical. Radical, porque «radicalmente» contrário a todos aqueles que pretendem destruir o já valioso patrimônio moral, cívico, social e político, construído pela Revolução de Março de 1964, que, dia a dia, mais se afirma e revigora.

Radical, por ser radicalmente contra tudo o que aí se apresenta com os laivos, de um passado torpe e vilipendioso, que os revolucionários apagaram naquele memorável 31 de Março, data que permanecerá nos anais da Pátria como de salvação nacional.

Radicais, sim, Senhores: somos todos aqueles que nos antepomos, vigorosa, destemida e patrioticamente, aos que querem, por meios sotílicos e aviltantes, fazer o País retornar ao caos em que se afundava naqueles ominosos dias de 1963, e princípios de 64.

Aos saudosistas das bacanais da desordem e da corrupção; aos apátridas e quintacolunas do comunismo, queremos deixar bem claro que a Revolução não está finda, nem morta, nem foi abrogada; ela está viva, em plena vigência e continua intacta nos ideais e princípios que a motivaram e que a sustentam ainda. Continuará, para dar ao Brasil a tranquilidade, a segurança política e social de que tanto necessita este magnífico povo brasileiro, para a execução de um trabalho profícuo e fecundo, em prol da paz e do desenvolvimento nacional.

Não mais permitiremos — o povo, a ARENA e as Forças Armadas Nacionais (Marinha, Exército, Aeronáutica, e Forças Auxiliares) que a degradação política, a subversão oficializada, o negociismo, a exploração ideológica dos trabalhadores e dos estudantes, a indisciplina e a quebra de todos os padrões hierárquicos nas Forças Armadas se venham a repetir neste País, culminando em episódios como aqueles, ainda bem vivos na memória popular, dos dias de março de 1964.

Marchamos para o coroamento da obra revolucionária, dentro de um processo evolutivo, para restabelecimento dos métodos e sistemas prevalentes numa sã e real democracia; num regime sério, respeitador dos princípios fundamentais da liberdade, da justiça, da dignidade humana e submisso aos imperativos da Lei e da Carta Magna, que nos orienta e conduz no trato da coisa pública.

Lei e Liberdade!

Liberdade e Autoridade!

Autoridade e Ordem!

Ordem e Progresso, vale dizer: desenvolvimento, independência política, econômica e social.

Ordem e progresso não são e não serão palavras vãs, nem apenas dístico decorativo do Pavilhão Nacional. Serão, sim, palavras sagradas, expressando a firme determinação de um povo que abomina a anarquia, a desordem, a violência, a escravidão política ou a opressão social; que despreza a ditadura e os ditadores e, por isso mesmo, sabe impor sua vontade apoiando este Governo, que é o «seu» Governo, é o Governo do povo, é o Governo que trabalha para o povo, e que vive, sobrevive e se fortalece pelo povo.

Ordem e progresso, liberdade de pensar e de dizer, liberdade até de mentir, e de ofender, mas sem extrapolação para a subversão e para a desordem, porque a isto se opõe este povo sábio e sagaz, que se mantém firme na aspiração e na determinação de crescer, prosperar, educar-se, enriquecer, fruir os benefícios de uma paz duradoura, de um clima de trabalho, de austeridade e de honradez.

NOVA ESPERANÇA NO FUTURO DO BRASIL

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, NO PALÁCIO ANCHIETA, EM VITÓRIA (ESPÍRITO SANTO), A 11 DE OUTUBRO DE 1968, EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO DO SENHOR CRISTIANO DIAS LOPES FILHO, GOVERNADOR DO ESTADO.

O Presidente Costa e Silva iniciou seu discurso de agradecimento, e falando de improviso por exaltar o valor da gente capixaba e manifestou a satisfação que experimentara em seu contato direto com o homem simples do povo, em cujas palavras sentira a vontade de trabalhar e produzir. Estado que tem uma população como essa — disse — não pode desesperar, não pode jamais desanimar, porque haverá de vencer. Haverá de vencer as dificuldades presentes, apenas transitórias, porque é do elemento humano que depende a vitória. O que deve prevalecer — continuou — é a esperança de vencer. E esta ele pudera bem sentir durante sua visita ao Espírito Santo, no trato com pessoas de todas as categorias sociais, das autoridades aos operários.

Após acentuar que o principal objetivo de sua visita fora observar os problemas da região, que possui condições excepcionais para crescer e prosperar, disse o Presidente que cada vez mais se convence do acerto de sua deliberação de governar de diferentes pontos do País, pois somente ouvindo o homem do Interior, sentindo-lhe o pensamento, conhecendo-lhe os pequenos problemas — que se tornam grandes em termos nacionais — é que o governante pode orientar com segurança suas decisões.

O Governo — disse adiante o Presidente Costa e Silva — procura vencer as dificuldades que o País enfrenta, mas tem surgido incompreensões, «traduzidas em palavras injustas e intempestivas. Mas — acrescentou — não podemos administrar para os frustrados, para os que desanimaram e os que apontam erros e não indicam os meios de corrigi-los. O necessário é mostrar os erros e indicar como corrigi-los.»

Desde há muito — prosseguiu o Presidente — penso em estabelecer no Espírito Santo o Governo da República. Sua visita estava coincidindo com a realização do Simpósio Sobre Problemas do Estado.

Para aqui trouxera seus Ministros, que participaram dos estudos então realizados, interessados que estão em encontrar soluções para os problemas focalizados. O Governo aqui se encontrava para isso. Deseja atender ao homem trabalhador, «aquele homem que nos vem dizer que estamos pagando demais pelo café que nos arrancam; que não estamos recebendo o que devíamos receber — e que expõe o problema pormenorizadamente, às vezes com detalhes que o Chefe do Governo não conhecia e que continuaria a ignorar se aqui não viesse». E prosseguiu:

«Reencetamos a marcha com uma nova esperança. Abre-se uma nova era para nosso País, baseada na moderna administração, na pesquisa, no estudo, no levantamento dos problemas e no planejamento. Devemos projetar para o futuro, para os nossos filhos, para os nossos netos, o que até hoje não acontecera, num país em que se chegou a construir uma capital transportando de avião o material. Erros como esse possivelmente concorreram para agravar a situação. Mas haveremos de, tenaz, persistentemente, restabelecer a estrutura desta Nação.»

Acentuou, então, o Presidente, que vencemos a batalha do frete, haveremos de vencer o problema do café e de salvaguardar os interesses nacionais. Haveremos de vencer no que diz respeito à energia atômica, porque temos o direito, como todos os demais povos, de explorar aquilo que é de todos e não é de ninguém.

Finalizando, disse o Chefe da Nação desejar que todos, ao se findar aquela reunião, dali saíssem com uma nova esperança no futuro, não só do Espírito Santo, mas do Brasil.

A REFORMA ADMINISTRATIVA E SEUS ASPECTOS PRINCIPAIS

DISCURSO PROFERIDO NO MUSEU DE ARTE MODERNA,
RIO DE JANEIRO, A 18 DE OUTUBRO DE 1968, AO ENCER-
RAR A «SEMANA DA REFORMA ADMINISTRATIVA».

Entre as reformas que a Revolução de 1964 encontrou por fazer, a mais difícil de todas é, sem dúvida, a reforma administrativa, que envolve uma verdadeira revolução da mentalidade vigorante no Serviço Público Brasileiro.

Durante anos e anos, praticou-se no Brasil um tipo de administração baseada na centralização executiva, no empreguismo e na complicação crescente do mecanismo burocrático.

Em consequência de erros, vícios e hábitos acumulados a administração federal, além de se ter transformado em máquina gigantesca, acabou por ter o seu dinamismo comprometido e, em certos casos, a sua eficiência reduzida a níveis incompatíveis com as mínimas exigências de produtividade.

A Reforma Administrativa, tornada possível a partir da expedição do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, deflagrou-se com intensidade, desde o início do meu governo. E começou por onde devia começar: atacando a centralização burocrática principal responsável pelo emperramento da máquina administrativa.

A Semana da Reforma Administrativa, empreendida em boa hora pelo Ministério do Planejamento, ofereceu-nos a oportunidade de levar ao conhecimento da opinião pública o extraordinário avanço realizado nestes dezoito meses, como primeira etapa de uma longa caminhada, que não se completará, por certo, no período de um só governo.

Para evidenciar o progresso registrado, bastaria mencionar que, em consequência da chamada operação desemperramento, foram feitas 3.900 delegações de atribuições, o que resultou em acelerar a decisão de cerca de dois e meio milhões de processos ou documentos por ano.

O passo inicial dessa operação foi dado pelo próprio Presidente da República que, logo no início de sua gestão, delegou amplas atribuições aos Ministros de Estado, do que decorreu a desnecessidade de subirem ao Planalto milhares de processos por ano, cuja decisão dependia anteriormente da assinatura do Presidente.

Paralelamente a esse ataque à causa fundamental do emperramento administrativo, operou-se nesse período a montagem de importantes mecanismos básicos que permitirão acelerar a implementação dos demais aspectos da Reforma Administrativa, compreendendo:

— A instalação, em cada Ministério, de uma Secretaria Geral, o que, além de significar a consolidação do sistema de planejamento em toda a área da administração pública, está permitindo que cada Ministro delegando competência ao Secretário-Geral, possa liberar-se da decisão de assuntos de rotina e exercer efetivamente as suas atribuições, voltando-se para os problemas mais importantes de sua Pasta, onde e quando quer que se apresentem.

— A instalação, também em cada Ministério, de uma Inspeção de Finanças, o que lhes vai permitir maior autonomia de ação, libertando-os da dependência excessiva de decisões do Ministério da Fazenda, desde que observadas, evidentemente, as limitações constantes do orçamento e da programação financeira global;

— A montagem de mecanismos de treinamento em toda a área da administração, tendo como núcleo de apoio o Centro de Aperfeiçoamento do DASP;

— A aprovação, pelo Congresso, do Orçamento Plurianual de Investimentos, além da difusão e consolidação da técnica de orçamento-programa em todos os setores da administração;

— A instalação de um mecanismo administrativo capaz de permitir a realização coordenada de encontros regionais, com a transferência temporária do Governo para os Estados;

— A elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento, que, além de constituir completo e pormenorizado plano de governo, define uma política econômico-financeira e uma nova estratégia para o nosso desenvolvimento, projetando-se, assim, sobre o futuro;

— A expedição de 160 decretos e mais de 600 portarias ministeriais dispondo especificamente sobre reforma administrativa;

— A organização e instalação dos Ministérios das Comunicações, Transportes, Interior e Planejamento e Coordenação Geral, criados pela Lei da Reforma, além da instalação da Justiça Federal;

— A vinculação aos Ministérios, de mais de uma centena de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que estavam diretamente subordinadas à Presidência da República ou tinham subordinação indefinida;

— O exame, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, de todos os atos ou projetos de reorganização de estrutura, a fim de compatibilizá-los com os princípios da Reforma.

— E, como medida da mais alta importância, o aceleração das providências, para a consolidação da Capital Federal, através da construção, em grande escala, de novas unidades residenciais e a definição dos núcleos centrais dos Ministérios, ora em fase de realização.

A Semana que hoje se encerra, pelo interesse que despertou na opinião pública, constituirá, sem dúvida, poderoso instrumento de motivação e apoio para a dinamização dos trabalhos da Reforma.

As conferências dos Ministros de Estado, prestando conta do trabalho feito, os seminários e debates realizados e, finalmente, a participação dos Senhores Governadores, demonstrando a integração dos vários níveis do Governo em torno de um problema comum, consagram esta Semana como passo decisivo no processo de modernização do setor público, objetivo expresso do Programa Estratégico e fator essencial para o nosso desenvolvimento.

MISSÃO E RESPONSABILIDADE DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA

DISCURSO PROFERIDO NO COLÉGIO TÉCNICO UNIVERSITÁRIO, EM JUIZ DE FORA (MINAS GERAIS), A 22 DE OUTUBRO DE 1968, COMO PARANINHO DA TURMA DE FORMANDOS NOS CURSOS DE ELETROTÉCNICA, MÁQUINAS E MOTORES.

Meus Afilhados:

Estudante fui a vida toda, enquanto estive ligado à carreira iniciada no Colégio Militar. Professor também fui, durante largos anos dessa mesma carreira, tão vinculada sempre ao trabalho estimulante da aprendizagem sistemática e à nobreza sem par do magistério. Mas não há de ter sido por estas duas condições, das quais recolho ainda os ecos próximos da saudade, que me elegestes para a honra deste ato de Paraninfo.

Aqui estou como Chefe-de-Estado, terceira condição em que o velho soldado convertido à vida civil, o antigo estudante e o professor confundem-se no cidadão incumbido de governar transitoriamente o País, como se soldado ainda fosse, para mais severamente entregar-se ao cumprimento do dever; como se tivesse sido apenas civil, para melhor abarcar a natureza do poder que exerce em nome da Constituição; e como se nunca houvesse deixado de ser professor e estudante, para dar aos impacientes a lição desprestenciosa da serenidade e do bom-senso, e para continuar a aprender com o nosso povo a suprema lição da generosidade, da energia, da perseverança e do otimismo criador.

Foram estas mesmas qualidades que se evidenciaram em vosso espírito, no movimento de que resultou a escolha de meu nome para servir de padrinho à vossa turma, como já haviam impulsionado a população desta Cidade para lhe dar, em Minas e no Brasil, a posição de pioneirismo que conquistou no processo de desenvolvimento industrial do País e também, em consequência, no processo de implantação de

um sistema universitário adequado às necessidades de expansão de nossa vida econômica e cultural. O Magnífico Reitor de vossa Universidade lembrou recentemente, a propósito do cinquentenário da Escola de Engenharia, que Juiz de Fora se antecipara não apenas ao Brasil, mas a toda a América do Sul, na instalação de uma usina geradora de energia elétrica. A indústria brasileira amanheceu aqui; e aqui haveria de amanhecer a idéia de abrir estradas para o escoamento do produto do vosso trabalho.

Não seria de surpreender que igualmente aqui o ensino universitário encontrasse um dos seus campos pioneiros da experimentação vitoriosa, coroada com a fundação relativamente recente da Escola Técnica, de que nasceu o Colégio que vos confere hoje diploma de conclusão dos Cursos de Eletrotécnica, Máquinas e Motores.

Bem sabeis a atenção especial que dedico a este ramo de ensino, desde que comecei a dimensionar, antes mesmo de eleito, as dificuldades do desenvolvimento brasileiro, para mais racionalmente afastá-los, atacando-os pela base. Uma das falhas mais graves do nosso sistema educacional pode ser apontada, sem temor de erro, na persistência com que mantivemos os moldes europeus, para cá transplantados quando na Europa a revolução industrial já fazia cair o prestígio dos Cursos de Letras, formadores de bacharéis, que entre nós ainda atraíam irresistivelmente os que buscavam as escolas superiores para de lá sair com um passaporte para os salões e para o serviço público.

Tal desajustamento, entre a pressão crescente das necessidades reais do País e um sistema formador de elites alienadas, não é fenómeno puramente brasileiro. Mas no Brasil, por circunstâncias peculiares, a defasagem foi mais larga e violenta. Os franceses cuidam de ajustar as suas instituições culturais e universitárias às novas aspirações da juventude e às novas exigências da França. Nos Estados Unidos, o Professor Clark Kerr, que presidiu durante alguns anos à Universidade da Califórnia — tida como a maior do Mundo, com seus 95 mil estudantes matriculados — publicou há pouco um pequeno e notável trabalho, em que reconhece, também lá, a necessidade de uma «mudança de ênfase no ensino», para levar a juventude a uma participação ativa e sadia na vida da sociedade industrial.

É preciso distinguir, no fenómeno universal da fermentação estudantil, aquilo que constitui a soma de reivindicações legítimas dos moços, para não correremos o risco de confundir a ação destrutiva de ativistas com as aspirações profundas e sinceras da maioria. A propósito das pequenas vanguardas agressivas, que desfraldam confusamente a bandeira da justiça social (como se ela não estivesse também em nossas mãos), um estudante da Universidade de Harvard, Steven Welman, escreveu recentemente estas palavras admiravelmente maduras: «Os estudantes não são, embora muitos queiram iludir-se pensando assim, os desgraçados da terra. Se eles se identificam ou simpatizam

com os verdadeiros deserdados da sorte, sua tarefa na Universidade deve ser, como intelectuais, aprender a arte de atacar a pobreza e o atraso, e desenvolver estratégias capazes de promover reformas sociais pacíficas, que envolvam a população em geral. A pobreza não se elimina por si mesma, ainda que haja vontade política mobilizada para tal fim. É preciso talento profissional — econômico, técnico, sociológico — para que se elaborem políticas visando ao pleno emprego, à saúde, à construção de moradias.»

Como Presidente da República, em peregrinação através do País, posso testemunhar que a maioria dos nossos estudantes — da Amazônia ao Rio Grande do Sul, da Universidade do Pará à de Santa Maria — compreende exatamente assim a missão e a responsabilidade da juventude universitária. A fermentação entre nós se processa em uma minoria inquieta, constituída de moços mais sujeitos, por ingenuidade ou excesso de boa-fé, aos apelos de ativistas ideologicamente preparados para transformar reivindicações muitas vezes justas em movimentos freqüentemente destituídos de justiça e muitas vezes animados de propósitos anarquistas, que não são os propósitos da juventude.

Não desdenho essa minoria, pois não sou o Presidente de um certo número de brasileiros, mas de todos os brasileiros. Com paciência e energia, usando cada qual em seu momento próprio, tenho como certo que a ajudarei a identificar os falsos líderes, na mesma medida em que o Governo demonstrar a boa-fé e a firmeza com que trabalho para dar ao problema universitário a solução esperada pela juventude e pela Nação.

Não existe no Brasil, a meu ver, outro problema que se afigure mais importante e urgente do que este. Dei-lhe prioridade absoluta nas preocupações cotidianas e nas atividades do Governo. Há cerca de três meses, anunciei em Brasília a Reforma Universitária. E há muitos dias já assinei os atos que estavam na minha alçada praticar, para torná-la, realidade, encaminhando à sabedoria do Congresso os que deviam emanar do Poder Legislativo. Antes de findar o ano, poderemos anunciar a estrutura completa da Reforma, em tempo recorde e com algumas características que lhe vão dar, nos próximos dois anos, as dimensões de uma revolução no ensino e também nos métodos administrativos de atacar o problema.

Assegura-se, por exemplo, ao ensino superior, um regime jurídico e administrativo concebido em termos flexíveis, para permitir, principalmente às Universidades, alternativas e opções diversas, tendo-se em vista as adaptações que se operarão no panorama econômico e social do País.

Mas, ao lado disso, assegura-se a preservação do montante de recursos destinados à educação, excluindo-se as rubricas orçamentárias do programa de contenção de despesas.

Os dispêndios públicos, nesse domínio, serão elevados, a preços de 1968, de 810 milhões de cruzeiros novos para 1 bilhão, 234 milhões em 1970, o que representará um aumento de 52 por cento, excluídos os recursos externos.

O montante previsto de aplicação, no período 1968/70, será de 3 bilhões, 549 milhões de cruzeiros novos, representando aumentos de 56 e 130 por cento, em relação aos dois triênios anteriores.

Concede-se, ainda neste ano, um orçamento suplementar de 25 milhões de cruzeiros novos à educação, para permitir o início da execução de programa de contratação de monitores e implantação do regime de tempo integral nas universidades.

Institui-se um incentivo fiscal para o setor, com autorização para desconto de até 2 por cento no valor do imposto de renda devido por pessoa física ou jurídica, para constituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Reserva-se, por lei, parcela correspondente a 5 por cento de todos os mecanismos de incentivos fiscais já estabelecidos, para aplicação obrigatória em projetos de educação e treinamento de mão-de-obra.

Destina-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação um montante de 20 por cento do Fundo Especial da Loteria Federal.

As transferências da União, para Estados e Municípios, destinadas ao ensino primário e médio, são condicionadas a uma contrapartida, por parte dos Governos estaduais e municipais, a ser realizada através do Fundo de Participação de Estados e Municípios, que já em 1969 deverá alcançar a soma de 1 bilhão e 784 milhões de cruzeiros novos.

Com os recursos externos que estão sendo simultaneamente atraídas para o setor da Educação, será ampliada ainda mais a garantia de que a reforma universitária não ficará no papel e terá rápida e eficaz implantação.

O que posso assegurar aos estudantes do Brasil é a minha profunda fé na juventude estudiosa de meu País, no seu idealismo, no sentimento de Pátria, na sua inteligência e na sua cultura; e, por igual, asseguro-lhes o meu firme propósito de tudo fazer para dar a forma concreta às suas nobres e justas aspirações, que terão em mim um defensor dedicado, firme e leal.

Meus Afilhados,

Seria talvez fastidioso, apesar da importância do assunto, alongar este discurso na enumeração das medidas e na previsão das consequências próximas e remotas da reforma. Julguei oportuno anunciar-vos diretamente o que fizemos e o que vamos fazer, para corresponder melhor ao vosso convite e até para justificá-lo, perante mim mesmo, buscando a razão pela qual me fizestes o vosso Parainfo.

O que acabo de anunciar, entretanto, nada mais é que o dever do Chefe-de-Estado, empenhado em promover o bem-estar de seu povo e o progresso de seu País, como a única maneira de se elevar à altura da honra de governá-los. Devo atribuir, portanto, o vosso gesto à generosidade que caracteriza a juventude e cuja largueza dispensa explicação.

Sede felizes. Muito obrigado.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

DISCURSO PROFERIDO EM BRASÍLIA, A 24 DE OUTUBRO DE 1968, NA CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA.

Quando me cabe o honroso privilégio de instalar o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o primeiro pensamento que me acode é o da luta constante do homem pela liberdade. De fato, o homem, na longa fase de seu processo evolutivo, tem atravessado difíceis e penosas fases em que muitas vezes promove os meios de sua própria destruição.

O desenvolvimento histórico da Humanidade assinala, porém ao lado dessas forças negativas, que em todos os tempos a ameaçam, o universo da criação e da realização, a chama superior da razão e do espírito. É o instante em que a consciência moral e a reflexão procuram as verdades máximas da vida, formulando princípios de ação conjunta, pois o essencial de toda sociedade humana é a procura de um ideal comum.

A sabedoria bíblica, através da palavra de Isaías, já nos ensina que os lugares por muitos séculos desolados podem ser por nós mesmos edificadas. Está dentro de nós o poder de levantar fundamentos, de geração em geração. E a estas cabe o papel de restauradoras das fontes de compreensão e dos caminhos da permanência integral dos direitos intrínsecos ao ser humano.

Esse instante a que acabo de me referir marcou na História Contemporânea uma nobre resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, a 10 de dezembro de 1948. É a Declaração Universal dos Direitos do Homem que, dentro do sentido da parábola de Isaías, procura restaurar, depois da hecatombe de 1939, o progresso interno da vida humana, através do «reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana, de seus direitos iguais e inalienáveis», como «fundamento da liberdade, da justiça e da paz no Mundo», assim estão escritas as palavras iniciais do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A IX Conferência Internacional Americana, realizada na Cidade de Bogotá, aprovou outro documento de relevante importância histórica e moral, tornando-se uma autêntica ata cívica dos cidadãos do novo Mundo. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem define os grandes princípios inerentes à pessoa humana em sua experiência individual e social. «Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, como são dotados pela natureza de razão — e consciência, devem proceder fraternalmente uns para com os outros» — diz o preâmbulo da Declaração, seguindo o ensinamento dos Evangelhos.

Já o notável Papa João XXIII, na encíclica *Mater Et Magistra*, empresta relevo ao princípio fundamental que afirma e defende a «sagrada dignidade da pessoa humana». Lembra o grande Pontífice que a Igreja, sobretudo a partir da última passagem do século, formulou uma doutrina social que se constituiu em fonte inspiradora das relações humanas.

Mas, como acentua o Santo Padre, se à pessoa humana assiste uma legítima tutela de seus direitos, respeitando as normas objetivas da justiça, há, por outro lado, vinculação a deveres imprescindíveis. A Encíclica de João XXIII estabelece o dever do reconhecimento e respeito do direito natural, ao mesmo tempo que impõe deveres correspondentes, pois o homem é, simultaneamente, um indivíduo e um ser social.

O ideário contido nos documentos de defesa do homem, elaborados pelas Assembléias Internacionais, e que inspirou a Lei Brasileira nº 4.319, de 16 de março de 1964, criadora do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mergulha suas raízes na profundidade dos tempos, na aspiração eterna da liberdade, na crença do bem-comum que nos vem da antiguidade clássica, passando pelos apóstolos do Cristianismo, pelos juristas da Idade Média, pelos doutores da Igreja. É a eterna lei natural, aquela que no dizer de um poeta da Grécia antiga não se prende às contingências do hoje ou do ontem, «mas vive sempre e para sempre, e nenhum homem sabe de onde provém».

Nos grandes acontecimentos históricos, marcando o destino de povos, como na Revolução Inglesa de 1668, na Declaração da Independência dos Estados Unidos, nos princípios filosóficos da Revolução Francesa, nas liberdades fundamentais de Roosevelt e, mais recentemente, nos propósitos da revolução democrática brasileira, está delineada a crescente afirmação dos direitos do homem, que constituem, desse modo, uma das características mais frisantes do aparecimento e evolução do estado moderno.

Para o Chefe da Nação este é um momento muito especial de regozijo cívico. Declarar instalado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana não constitui um ato de rotina administrativa. Possui uma transcendência, no tempo e no espaço, que nos pode recordar o

movimento progressivo da Humanidade, conquistando e definindo, ao preço de muita luta, de um esforço heróico das energias espirituais para romper o obscurantismo, a justiça e a amizade cívica de que falam os humanistas e filósofos políticos, ao tratar das bases essenciais da comunidade das pessoas humanas.

Tendes, Senhores Conselheiros, uma nobilíssima e ingente tarefa a realizar. Os direitos e deveres — que vos compete zelar, e que estão inscritos na Constituição do Brasil, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem, e na Declaração Universal dos Direitos do Homem se revestem de um sentido sublimado por valores que se encarnam no destino efetivo do ser humano.

Leio na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem o capítulo dos direitos e me chama, particularmente, a atenção, ao lado do direito à preservação da saúde e do bem-estar, o direito à educação, aos benefícios da cultura, ao trabalho e a uma justa retribuição. O homem é antes de tudo espírito. Se ele fica privado do exercício da reflexão crítica, de sua virtude criadora, estaria negando a sua própria condição de homem. Em minhas preocupações de Chefe-de-Governo, procuro sempre estimular o desenvolvimento das atividades educacionais e das altas realizações do espírito humano, certo de que a paz social só se tornará efetiva e duradoura pela visão, ação e criação de governantes e de governados no mesmo movimento de dignificar o espírito possuidor de idéias, consciência e fé.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pairando acima de interesses menores, da evasão estéril de paixões, será um templo onde a palavra não ficará morta, sem o calor das significações múltiplas de um verdadeiro humanismo. Estes são os meus votos de cidadão e de Chefe-de-Estado, que, com particular empenho, espera, também, o entendimento perfeito do artigo XXVIII da Declaração Americana dos Direitos do Homem, cuja essência o Governo procura infundir em seus atos e aspirações: «os direitos do homem estão limitados pelos direitos do próximo, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem-estar social e do desenvolvimento democrático».

Desejo-vos, Senhores Conselheiros, um trabalho orgânico, equilibrado, racional. E que Deus vos inspire a prolongar e a reviver o inestimável patrimônio moral de que sois agora co-responsáveis pela sua defesa e integridade. Espero deste Conselho uma ação concreta e inteligente visando ao futuro de luzes do homem brasileiro e às altas encarnações do destino de nosso País.

PÁGINA DE HONRA NA
HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA
SAUDAÇÃO À RAINHA ELIZABETH II

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO ITAMARATI, EM
BRASÍLIA, A 5 DE NOVEMBRO DE 1968, DE SAUDAÇÃO À
RAINHA ELIZABETH II, DA INGLATERRA, EM VISITA OFI-
CIAL AO BRASIL.

Majestade:

Nossa história diplomática abre hoje uma página de honra para inscrever a presença de Vossa Majestade como ponto culminante de um longo processo de aproximação entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

Primeiro soberano britânico a visitar-nos, Vossa Majestade não levará daqui o testemunho do último estágio da amizade que nos une, a ingleses e brasileiros, porque desejamos identificar nesta grata visita uma clara indicação de que as relações entre nossos países tendem a dinamizar-se, para abrir no futuro novas fontes de interesse mútuo por uma cooperação mais estreita e concreta.

Para a reativação dos traços de vontade cordial entre a Grã-Bretanha e o Brasil, encontra Vossa Majestade terreno fértil, preparado pelo processo histórico de nossa formação como Estado autônomo, para cuja Independência contribuíram de certa forma a perícia profissional de Lord Cochrane e a habilidade política de Canning, que apressou o reconhecimento de nossa condição de país soberano. Durante algumas décadas foi o Brasil, em toda a América Latina, o maior beneficiário de investimentos britânicos, ultrapassado pela Argentina somente no último decênio do Século XIX.

Esses investimentos concentraram-se quase exclusivamente na esfera de implantação de serviços de utilidade pública e declinaram naturalmente, por efeito das novas características do processo de evolução econômica do Continente. Seria também natural que evoluísse a linha de significação das relações anglo-brasileiras, alargando-se o campo de financiamentos e ampliando-se o índice de assistência técnica,

que no momento se orienta para a pesca de alto mar, a execução de projetos na área da investigação experimental e o aparelhamento universitário.

Prevê-se para o ano próximo a abertura de uma exposição da indústria britânica em São Paulo, a primeira que se realizará na América do Sul desde a década de 30 neste Século, o que se anuncia como de maior volume e importância que a realizada no México em 1966, responsável por um aumento de cerca de cinquenta por cento no nível do comércio entre os dois países.

A Grã-Bretanha, na augusta pessoa de Vossa Majestade, procura reavivar nossas relações econômicas e culturais, quando o Brasil, apesar dos desníveis regionais que buscamos atenuar e dos obstáculos antepostos ao seu desenvolvimento global, já se pode inscrever entre as nações industrializadas do Ocidente e aspira a elevar a nossa cooperação a condições mais altas que as do Século XIX.

Não nos contentamos, entretanto, em colocar no plano estrito dos interesses pragmáticos o entendimento entre nossos povos, que há de evoluir igualmente — e até preferentemente — na esfera da solidariedade natural entre nações que partilham os mesmos ideais de progresso com liberdade.

A participação da Grã-Bretanha e do Brasil no cenário internacional inspira-se nesses valores e exprime-se pelo empenho comum na organização da sociedade humana segundo o pressuposto essencial do respeito ao princípio de não-intervenção e da vontade permanente de dar solução pacífica à eventual controvérsia entre Estados soberanos.

Consideramos com modéstia o volume de nossa contribuição à vitória aliada sobre as forças obscurantistas que ameaçaram o Mundo, mas recordamos com orgulho o fato de havermos lutado juntos para afastar essa ameaça à liberdade dos povos e à dignidade da pessoa humana.

Naqueles momentos de trágica expectativa, quando podia oferecer a seus próprios filhos apenas «sangue, suor e lágrimas», a Inglaterra agigantou-se aos olhos dos outros povos, aos quais acabou oferecendo o exemplo estimulante de sua coragem, o espetáculo edificante de sua resistência e, acima de tudo, sua confiança inabalável na força do sentimento de liberdade, o mais poderoso dos impulsos que orientam o ser humano em sua marcha através da História.

Ousaria dizer que o mesmo esforço, embora menos ostensivo pela falta de evidência da proximidade de uma catástrofe, está sendo feito hoje e se tornará mais imperativo nos próximos anos, para a organização de uma paz duradoura e justa. A luta mudou do plano, refluíu para a frente interna de cada nação, sem que por isso haja diminuído de intensidade e importância. Não se trata apenas de evitar nova conflagração mundial, de consequências fatais para a Humanidade. Deve-

mos ser afirmativos e agir indormidamente para promover o desenvolvimento harmônico de todos os povos. Somente assim estaremos promovendo a paz e lutando racionalmente por ela. E nesta nova luta, já não podemos oferecer a perspectiva aberta no famoso discurso de Churchill, mas, ao contrário, só alcançaremos a adesão de nossas nações na medida em que lhes garantirmos um futuro sem sangue, no qual o suor do trabalho seja compensado pela ausência de lágrimas.

Ainda aqui, dá-nos a Grã-Bretanha — cujas virtudes comprovadas ao longe de muitos séculos estão simbolizadas em Vossa Majestade — um exemplo de sabedoria na constância e lucidez com que vai adaptando suas instituições às exigências dos tempos. No plano de sua evolução interna, já buscamos nela a grande fonte inspiradora de nossa legislação trabalhista e aspiramos a elevar os nossos ao nível de seus serviços sociais, que avançaram gradualmente da estreiteza da antiga Lei dos Pobres para a quase perfeição dos modernos órgãos de atendimento sistemático a todas as classes, às suas necessidades de emprego, educação, saúde e bem-estar.

No plano externo, não seria possível omitir uma referência à alta sabedoria política demonstrada na solução do problema da descolonização — um dos mais graves e mais característicos de nossa era — domínio em que a Inglaterra trouxe a mais relevante contribuição à estabilidade internacional. A Vossa Majestade coube o privilégio de se tornar, além de Soberana do Reino Unido, Austrália e seus outros reinos e territórios, chefe da maior comunidade de povos livres de que se tem notícia na História. Toda ela beneficiária de uma das civilizações mais fecundas de todos os tempos.

Confiamos em que a Grã-Bretanha saberá exercer novo e relevante papel na tarefa de reformulação das relações econômicas internacionais, de maneira a reduzir o abismo que ainda separa o Norte, desenvolvido e rico, e o Sul, que retira da própria pobreza as forças com que luta para se desenvolver e se tornar menos pobre.

Vossa Majestade encontrará em nosso País um povo decidido a não poupar esforços para alcançar o desenvolvimento por meios pacíficos e democráticos, um povo disposto a oferecer sua parcela de contribuição ao aperfeiçoamento da convivência entre as nações.

Nos laços que nos ligam além da satisfação de interesses recíprocos, vemos um instrumento que poderá permitir-nos melhor equacionamento das relações globais entre a Europa e a América Latina.

Ergo minha taça pela ventura pessoal de Vossa Majestade e da Família Real, pela prosperidade do Reino Unido e pelo futuro da Comunidade Britânica.

NA DEMOCRACIA DE VERDADE A SOLUÇÃO DE TODOS OS PROBLEMAS

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO NO PALÁCIO DA ALVORADA, EM BRASÍLIA, A 30 DE NOVEMBRO DE 1968, EM RECEPÇÃO A PARLAMENTARES DA ARENA, POR MOTIVO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ANO LEGISLATIVO. (RESUMO FORNECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL).

O Marechal Costa e Silva, afirmou aos 50 parlamentares da Arena que compareceram à recepção de sábado à noite, no Palácio da Alvorada, que tem resistido a pressões, mas que a Revolução «chegará ao seu fim dentro da ordem e da legalidade, que muitos procuram contestar.»

Acima das nossas convicções pessoais deve estar sempre o interesse do País. Disciplina partidária não é violentar consciência. É aceitar uma decisão que reverterá em benefício de toda a Nação» — disse o Presidente da República, referindo-se aos deputados da Arena que se rebelaram contra o Governo na Comissão de Justiça e Constituição da Câmara.

BEM VIVA

Em seu pronunciamento aos deputados presentes à recepção o Presidente Costa e Silva declarou também que «a Revolução está bem viva e que a sua maior vitória é chegar às soluções sem sair do regime democrático.»

Mas enganam-se aqueles que pensam que podem provocar o regime. Provocado, reagirei, pois não aceito desafios de irresponsáveis que querem levar o Brasil à desordem e ao caos — prosseguiu e Presidente, acentuando que, na Presidência da República, com o pomposo título de Chefe Supremo da Nação, continua cultivando a mesma humildade de sempre e, por isso, compreende que «as derrotas são minhas e as vitórias são do Brasil.»

Não tenho nem admiro ódios ou preconceitos — continuou — mas quando se tratar de manter o equilíbrio do regime e preservar a ordem eu sou intransigente. Exijo, suplico e não abdicó da vitória. Ainda mais quando tenho a certeza de que o Brasil precisa dela.

PROBLEMA GRAVE

O Chefe do Governo afirmou, mais adiante, que «a coisa mais fácil que existe é ser prepotente e agir pela força, mas isso não resolve o problema do Brasil, porque só a democracia de verdade é que soluciona todos os problemas.»

— Só dentro do regime democrático é que a revolução evoluirá até atingir seus altos desígnios. Estamos diante de um problema grave, mas que deve ser resolvido dentro das leis e da Constituição. Mas se a área política compreender essa gravidade, por certo emprestará toda a sua cooperação para solucioná-la dentro da ordem e da legalidade.

AÇÃO E REAÇÃO

Depois de declarar que jamais admitiu lançar mão de processos não regulamentares, o Marechal Costa e Silva concluiu:

«Mas é preciso entender que toda a ação gera uma reação. Não pensem que podem agir à vontade contra as instituições que ficaremos de braços cruzados. Não confundam tolerância com transigência. Somos forte e nossa reação também será forte.»

GARANTIA DA ESTABILIDADE DO GOVERNO E DO REGIME

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, EM FLORIANÓPOLIS, A 5 DE DEZEMBRO DE 1968, AO AGRADECER A SAUDAÇÃO DO SENHOR IVO SILVEIRA, GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (RESUMO FORNECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL).

Ao falar, hoje, de improviso, em Santa Catarina, num almoço oferecido pelo Governador do Estado, o Presidente da República, depois de se declarar profundamente emocionado com as palavras de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, afirmou que «a Nação vai bem em Santa Catarina e vai bem em todos os Estados do Brasil, esta é que é a verdade.»

«Não vão bem — prosseguiu o Presidente da República — aqueles que só cuidam dos interesses pessoais e não cuidam dos interesses do País, pois nós sabemos que estamos cumprindo um dever difícil, um dever árduo, porque vai contra interesses que não são interesses da Pátria. Mas, nós havemos de vencer com o apoio de uma mocidade brilhante como esta que, deliberadamente, convida o Presidente da República para patrocinar a sua formatura em duas especialidades notáveis, que têm prioridade no momento, porque o momento é da tecnologia, o momento é da ciência e não das palavras.»

Acrescentou o Presidente da República que estava com orgulho e muita satisfação no Estado de Santa Catarina para uma missão eventual, para o desempenho de uma missão especial que o Senhor Governador aproveitou, muito sabiamente, para dar a grata notícia ao Presidente da República: — a Nação vai bem em Santa Catarina.

E eu tenho a certeza — disse o Presidente da República, que vai bem em todo o Brasil. Não vão bem aqueles que não querem que o Brasil siga na sua estrada normal de progresso, normal de grandeza, porque, quando se diz normal, é dentro da Democracia, dentro desse regime que não destruirão — senão pela força. E para combater a força, nós temos a força. Ela está concretizada no patriotismo, na dedicação e na quase abnegação das Forças Armadas. Estas hão de garantir a estabilidade do Governo para a estabilidade do regime.

O Presidente da República prosseguiu dizendo que o Senhor Governador não havia deixado de se referir aos formandos, que eram o motivo daquela reunião. E aproveitava para se congratular com os estudantes e porque «a nossa esperança está na mocidade.»

Disse que a mocidade há de reconhecer, mais tarde, se não puder fazê-lo no momento, por circunstâncias várias, tudo quanto o Governo está fazendo no setor da cultura, para lhe criar condições de trabalho e de progresso. E prometeu que o Governo haverá de conseguir essas condições, mesmo «combatendo aqueles que querem retroagir no tempo e no espaço, voltando aos processos e sistemas primitivos de política que jamais serão admitidos.

«Havemos de prosseguir — concluiu o Presidente da República — formando a mocidade dentro dos princípios da ciência e da técnica, para dar ao País o progresso que ele merece.»

RESPEITO E SIMPATIA ENTRE ESTUDANTES E CHEFE-DE-ESTADO

DISCURSO PROFERIDO EM FLORIANÓPOLIS, A 5 DE DEZEMBRO DE 1968, COMO PARANINHO DA TURMA DE FORMANDOS DA FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA, DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA.

Jovens formandos:

A que devo a honra deste patronato?

Não decorre tal indagação de uma espécie de faceirice do espírito, que a muitos homenageados, satisfeitos de honraria como esta, levou a indagar da razão da homenagem, como se a não conhecessem e em muitos casos, não a houvessem pleiteado. Faço-a com a disposição sincera de obter uma resposta. Fi-la recentemente em Minas Gerais, paranincho que fui de uma brilhante turma do Colégio Técnico Universitário de Juiz de Fora. Como, em tais circunstâncias, ao que indaga se reserva a tarefa de responder à indagação, tentei ali — e tento agora em Santa Catarina — esclarecer a situação em que nos defrontamos, estudantes e Chefe-de-Estado, não em conflito, mas numa permuta de respeito e simpatia que sugere alguma reflexão.

Governar é, em grande parte, compreender. Reformulo a indagação: existira, de fato, ou chegou a existir em algum momento, no Brasil e neste Governo, um conflito entre o Chefe-de-Estado e a Juventude Universitária?

Respondo que não, prontamente, porque conflito pressupõe a existência de ânimo beligerante, em ambas as partes, o que exclui desde logo, em cada uma, a possibilidade de compreensão das razões pelas quais a outra luta e persegue a vitória.

De minha parte, sempre entendi os episódios isolados em que grupos estudantis se declararam em rebelião diante do Governo, como o resultado da extremação de atitudes a que estão sujeitas as minorias em quase todas as comunidades. Destas mesmas minorias, no entanto, declarei não desdenhá-las, nem as encarar com desestima, pois eleito para ser o Presidente de toda a Nação, jamais admitiria converter-me

no Presidente de um certo número de brasileiros. Sempre as compreendi como a outra face de uma ampla maioria de jovens, prevenida por instinto e formação contra os exploradores profissionais de sua generosidade, mas igualmente inquieta diante do futuro, insatisfeita com os meios e métodos que lhe eram oferecidos para o aprimoramento do espírito e a preparação para a vida.

Como haveríamos nós, homens de Governo, de traduzir essa inquietação por hostilidade ao Estado, se em nós também ela fermentava, embora procurando outras formas de expressão?

Os protestos dos moços não se dirigiam a nós, individualmente, mas a um Brasil entorpecido, desigual na distribuição de progresso e pobre no conjunto; a um Brasil que nós também desejamos ver renovado e enriquecido, correspondendo ao sonho de grandeza de seus filhos. A única diferença consiste em que nós traduzíamos nossa inconformidade em projetos governamentais como o programa estratégico de desenvolvimento e nos lançávamos à sua execução; e os estudantes canalizavam seu descontentamento, convertendo-o em reivindicações por um ensino melhor, por um sistema universitário compatível com suas aspirações e com as necessidades do País.

A que devo, pois, a honra deste patronato, se não ao fato de haver compreendido desde o primeiro instante o significado das vozes da juventude? Antes mesmo de eleito, já repercutiam elas em meu espírito, como um chamamento imperioso a que deveria eu corresponder com muito trabalho, se chegasse, como cheguei, à Chefia do Governo.

Nos seminários que organizei para melhor avaliar o nível alcançado pela gravidade dos nossos problemas, a questão educacional figurou em primeiro plano e a velha questão dos excedentes das Universidades foi uma das primeiras preocupações levadas por mim para o Palácio do Planalto, onde reuni os reitores de quase todo o País para tentar uma solução, muito antes que começasse a ganhar a praça pública o conjunto das reivindicações estudantis.

Por isso mesmo, quando em julho deste ano assinei o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, pude assinalar que não praticava ato de oportunismo, embora no caso se justificasse a ação desencadeada pelo império da circunstância. Com esse ato, corri ao encontro de uma aspiração que já se manifestara com alguma veemência nos meios universitários, mas dei também consequência a uma velha convicção pessoal: igualmente entre nós, apesar de sermos uma Nação jovem, a concepção napoleônica de uma universidade autoritária e centralizada tornou-se instituição perempta, como o Ministro Edgard Faure declarou haver ocorrido na França.

Era preciso adaptar o ensino universitário às nossas necessidades de País em construção, insuflar-lhe a filosofia do desenvolvimento, animá-lo com o espírito do progresso de que se fez a juventude em to-

do o Mundo, mas principalmente onde é jovem a própria Nação, o arauto mais enérgico e expressivo. Por conta dessa missão instintiva e transcendente, aproveitadores tentaram a subversão da ordem, sem lograr em nenhum momento qualquer dos dois objetivos imediatos: obter a adesão da maioria esmagadora dos moços ou levar-nos a confundir semelhante empresa com os reclamos legítimos da massa estudantil.

Volto a afirmar, portanto, que conflito jamais houve e jamais haverá entre o Chefe-de-Estado e a juventude universitária e compreendo porque me foi dada a honra de ser o patrono dos formandos da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Santa Catarina.

Ao invés de conflito, existe entre os estudantes e o Governo um ponto para o qual convergem nossas aspirações básicas em relação ao futuro. Neste ponto, situa-se a Reforma Universitária, que agora vos anuncio como praticamente concluída em sua estrutura legal, graças à colaboração que a tempo nos deu o Congresso, votando as leis que lhe propusemos e que já se acham em fase de regulamentação.

Por coincidência feliz, as turmas que estão concluindo hoje o seu curso abraçaram duas das carreiras consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, e que receberam por isso atenção especial nos estudos preliminares da reforma.

Se vos retirais da Universidade no momento em que ela vai mudar de estrutura e espírito, para melhor atender às exigências do País e do tempo, em compensação ides trabalhar em uma das áreas cuja cobertura foi incluída entre as metas mínimas da expansão do ensino superior em 1969.

Louvo essa preferência e desejo que, com ela, cada um de vós haja escolhido também o caminho da felicidade pessoal.

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA BÁSICA DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

DISCURSO PROFERIDO NO RIO DE JANEIRO, A 9 DE DEZEMBRO DE 1968, COMO PATRONO DA TURMA DE NOVOS ENGENHEIROS DE OPERAÇÃO, DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA.

Caros Afilhados: •

Volto à Pontifícia Universidade Católica para um ato que se repete no espaço de um ano, em circunstâncias particularmente gratas para nós. A turma de Engenheiros de Operação que vos precedeu também me tomou como padrinho; e afilhados meus fizeram-se por igual os engenheirandos de Santa Rita de Sapucaí. Já não era segredo que eu me inclinava a defender, justificar e proteger, sem prejuízo das demais, as carreiras de grau intercalar como esta que abraçais agora, no momento em que elas se vêem, afinal, reconhecidas e consagradas no contexto de nossa reforma universitária.

Gratas por isso, repito, são as circunstâncias em que se renova este contato, no qual o velho Chefe-de-Estado mais uma vez tem a alegria de identificar afinidades com setores dos mais representativos de nossa juventude.

Muito antes que os especialistas concluíssem pela necessidade de uma revisão do nosso sistema educacional, algumas centenas de jovens dispuseram-se a enfrentar, onde quer que o permitissem as condições do ensino, os preconceitos de uma situação caracterizada pela ausência total de compromisso entre a universidade e o meio social a que ela deveria estar servindo.

Com eles estávamos nós, que fizemos a Revolução de 1964 impulsionados pela consciência da necessidade de renovar o País e prepará-lo para assumir o papel que lhe cabe em nosso Continente. O processo de modernização institucional então deflagrado haveria de conduzir a uma série de reformas específicas, algumas das quais se fizeram na primeira fase, como a bancária, a tributária e a do mercado de capitais, além da atualização da própria Carta Constitucional.

Se recuardes aos últimos meses do Governo de meu eminente e saudoso antecessor, podereis verificar que para o atual período, já devolvido o Brasil ao pleno estado de direito, havíamos reservado outras tantas reformas, através das quais daríamos, como estamos dando, continuidade ao processo revolucionário. Dentre elas avultavam sempre a Reforma Administrativa e a Reforma Educacional. E a esta sempre atribui importância especialíssima, pois sem ela as demais estariam fadadas à frustração.

O apreço votado à vossa causa era um sinal do interesse com que aguardávamos a oportunidade de empreender a remodelação total da estrutura do ensino superior, e de transformá-lo em instrumento eficaz do desenvolvimento do País. Em pouco mais de quatro meses, convertemos em realidade palpável a promessa feita à Juventude e à Nação.

Encerramos o ano com a Reforma Universitária completa em sua estrutura legal, lançadas as bases de verdadeira revolução que será deflagrada em 1969 e produzirá conseqüências imediatas. A prazo médio e longo, será cada vez mais profunda sua repercussão no processo geral de desenvolvimento do Brasil, que passa a ser encarado realisticamente, segundo a diversidade de suas exigências regionais, até aqui ignoradas por um sistema universitário fechado em si mesmo e impermeável às aspirações da Juventude.

Define-se pela primeira vez o espírito das relações entre o Estado e o estabelecimento, permitindo-se às universidades comandar livremente seu processo de renovação. Foi adotado em regime jurídico e administrativo suficientemente flexível para colocar cada uma delas em face de opções e alternativas diversas, tendo-se em vista não apenas o presente, mas as readaptações que se operarão no panorama econômico e social do País.

Também pela primeira vez, promove-se uma articulação real entre a Escola Superior e a Média, permitindo-se que esta evolua do antiquado sistema dualista ainda consagrado na Lei de Diretrizes e Bases. Prevê-se o Ginásio comum, enriquecido por sondagem e desenvolvimento de aptidão para o trabalho; e concebe-se o Colégio Integrado, no qual os diversos tipos de formação especial e profissional, tornados obrigatórios, assentem sobre a base de estudos gerais, para todos.

Desse modo, preparam-se os mais capazes para as universidades; mas evita-se a marginalização dos muitos que, por motivos diferentes, encerram a vida escolar no segundo grau.

Colocado assim o problema, em termos modernos, fica assegurada a sua solução plena com o reajustamento dos exames de acesso aos cursos superiores. O vestibular será progressivamente unificado, primeiro por grupos de cursos afins; mais tarde, abrangendo todos os cursos de uma universidade e de várias universidades e escolas isoladas depois; até alcançar o âmbito das regiões do País.

Extingue-se a cátedra vitalícia, ao mesmo tempo que se alargam as perspectivas do corpo docente. O regime de tempo integral permitirá uma remuneração digna dos professores, que poderão ser recrutados entre os mais capazes e terão condições de se dedicar aos alunos e à pesquisa.

Corrige-se falha da Lei de Diretrizes e Bases, no que respeita à formação de professores, de modo a prover-se o ensino médio e superior de especialistas, cada vez mais necessários ao desenvolvimento nacional da educação em todos os níveis.

Fica assegurada plenamente a autonomia universitária, concebida em termos amplos, sem as definições restritivas da Lei de Diretrizes e Bases.

Os currículos são propostos em níveis nacional e regional, ajustados às condições locais e às flutuações do mercado de trabalho. As universidades ficam livres para planejar cursos novos, capazes de atender às características de sua programação específica ou a exigências observadas em âmbito regional.

Característica importantíssima da reforma: a administração universitária ficará aberta para atrair aos seus órgãos de cúpula as representações estudantis e de quaisquer setores do corpo docente, evitando-se a formação de oligarquias e estruturas de dominação.

Já a partir de 1969, como solução possível para o problema dos excedentes, o aumento do número de vagas será concentrado em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, sobretudo em quatro áreas: Magistério de nível médio; Medicina e outras carreiras ligadas às necessidades da saúde pública, tais como Bioquímica, Odontologia e Enfermagem; Engenharia, principalmente de Operação e carreiras curtas, de nível superior.

Eis aí, meus caros amigos, algumas características do conjunto de leis e decretos que constituem a estrutura básica da Reforma Universitária. Não a menciono aqui sem propósito, porque para vós ela significa uma consagração de vossa escolha, entre carreiras que passam a ser enumeradas como de interesse vital para o nosso futuro.

Além disso, aos que perguntam se a Revolução «acabou», devemos responder que esta reforma é a Revolução em marcha; mas, em marcha pelos caminhos que ela mesma abriu para chegar a seus objetivos, sem sacrifício da democracia. Aos que indagam se é lícito falar em Revolução depois de restaurado o sistema Constitucional, respondemos com esta reforma que, sobre ser lícito, é imperioso fazê-la.

A Revolução americana não se deu por encerrada com a Convenção de Filadélfia. Continuou com Lincoln; com o primeiro e o segundo *new deal*, de Roosevelt; com a «nova fronteira», de Kennedy e com a «grande sociedade», de Johnson.

Ai da Revolução que se considerar encerrada e satisfeita, porque na verdade estará derrotada. Mas ai da Revolução que não conseguir a sua estabilização jurídica, pois a si mesma não terá logrado impor uma disciplina e não chegará a merecer o respeito e a confiança da Nação.

Meus jovens formandos, escolhestes uma carreira revolucionária, porque ligado, ao desenvolvimento imediato do Brasil.

Felicidades.

DEVER DE LUTAR PELA DEFESA ESPIRITUAL DA PÁTRIA

DISCURSO PROFERIDO EM BELO HORIZONTE, A 12 DE DEZEMBRO DE 1968, COMO PARANINHO DAS TURMAS DE FORMANDOS DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DE MINAS GERAIS.

Meus jovens Amigos:

A escolha deste 12 de dezembro para a festa da vossa formatura foi singularmente afortunada por coincidir com a aniversário desta culta, rica e formosa Capital.

A despeito da angústia de tempo com que lutam, dia a dia, hora por hora, quantos se empenham nas tarefas de Governo, que em nosso País freqüentemente assumem aspectos de verdadeira reconstrução nacional, não pude, não quis deixar de acorrer ao vosso convite.

É que considero de suma importância para nossa vida intelectual e econômica a incorporação periódica de contingentes jovens aos quadros profissionais necessários para vencermos os lances fundamentais da grande escalada na direção do futuro do Brasil.

O mundo moderno libertou-se das incertezas próprias do empirismo; deixou de tatear caminhos de cego em matéria de progresso material; é um mundo de estudo, de trabalho reflexivo e risco calculado, ou seja, de ação técnica.

Conseqüentemente, a vida de hoje, requer mais esforço, mais preparação intelectual, mais adestramento especializado. Há trinta anos, em nosso País, um operário, um agricultor ou um balconista de casa comercial poderiam ganhar meios para viver satisfatoriamente, sem conhecimentos mais extensos e mais profundos do que os ministrados em um breve curso primário. A competição entre os que aspiram a um lugar ao sol passou a ocorrer em níveis mais elevados de preparo intelectual. Uma das características do começo deste século em nações de civilização mais avançada foi a tendência, hoje transformada em regra geral à generalização dos estudos de grau secundário. Eis uma fase da evolução social que vamos atingindo e, até procuramos ultrapassar em esforços sem precedentes por generalizar os estudos de grau superior.

Os instrumentos de trabalho, em cujo manejo vos adestrastes nesta casa benemérita, vos habilitam ao exercício de profissão que vem, dia a dia, crescendo em importância prática e imediata, e, em verdade, já adquiriu definitivos foros de cidade.

Não existe empresa comercial ou industrial que dispense a vossa colaboração, sob pena de eleger o fracasso como seu objetivo.

Os vossos conhecimentos técnicos constituem fatores imprescindíveis ao funcionamento adequado de qualquer tipo de empresa e das próprias atividades estatais ainda quando não apresentem características empresariais. Esses fatores podem ser reduzidos essencialmente a uma palavra: *ordem* — ordem na administração, ordem na previsão de meios e resultados, ordem na ação que utiliza esse meios.

Não pode haver administração sem contabilistas, pois é de seu saber que depende a coordenação dos números ligados aos produtos do trabalho e às transformações do capital, ou seja, das contas da produção, da distribuição, do consumo e da administração da riqueza, não só pública senão também particular.

Parte ponderável da vida econômica das nações repousa em bases contábeis. A significação dos elementos intelectuais na produção geral das nações já pode ser avaliada em números. Assim é que meticolosas pesquisas levadas a efeito por Frank Q. Gunder puseram em evidência que, de 1899 a 1953, o aumento da produção norte-americana foi distribuído nestas proporções entre os vários fatores: 1/3 investimento — capital, terra e mão-de-obra; os 2/3 restantes — fator humano convenientemente qualificado, administração e tecnologia.

O novo instrumento intelectual inventado pelo gênio criador dos franceses — a informática — tem como um dos seus elementos a contabilidade, a que incumbe elaborar a massa enorme de informações procedentes de numerosíssimas fontes e transmitir os dados mais importantes tanto aos órgãos de Estado, como às esferas privadas.

Partis hoje para uma grande jornada num mundo que é novo, mesmo para os olhos, dos moços como vós, tantas e tais as suas rápidas mudanças, alterações e variedade. Este de hoje, meus jovens amigos, é o mundo da ordem dos números, pois é um mundo sob o domínio do fato econômico, como sabeis pela própria natureza da vossa profissão e pelas numerosas aplicações dos conhecimentos próprios dela à vida quotidiana.

Isso é muito, sem dúvida, mas não deve bastar. A ordem exterior ao homem não pode existir sem raízes em um processo interior. A ordem tem de reinar primeiramente nos espíritos. Só depois é que poderá projetar-se exteriormente, disciplinando a realidade e comandando as múltiplas relações dos homens em sociedade.

A falta, mais grave do mundo de hoje é o falso entendimento, dos valores espirituais, de que nasce o predomínio do *homo*

economicus sobre o homem como projeção direta do coração e do espírito, expressão das virtudes cristãs e da certeza de que ele traz em si uma centelha do poder do Supremo Criador.

A falta de sentimento de Deus no coração dos homens é que vem gerando a dissensão, o inconformismo, a intolerância e a violência.

A cizânia que lavra, por exemplo, entre os estudantes, se origina freqüentemente da mesma falta. Tanto isso é verdade que parcela ponderável dos moços que freqüentemente as nossas escolas é movida por ideologia política que nega Deus. E o que ocorre aqui, acontecê em escala maior em outros países. Ainda há cerca de dois meses, mais de cem toneladas de propaganda, oriundas de países comunistas, foram apreendidas no México. Esse fato e vários outros, da mesma natureza, evidenciam que certos países cuidam de exportar para os países democráticos as dissensões estudantis, ao passo que estes contêm em seu próprio território os males e os perigos a que elas dão origem.

Por tudo isso, a vossa missão de brasileiros transcende o círculo profissional por mais largo que este seja e inclui o dever maior de lutar em prol da defesa espiritual da nossa Pátria, aspecto básico de sua defesa física, porque é seu pressuposto natural.

É pelas idéias e pelo sentimento que os povos consolidam a sua existência e a sua autonomia e perduram como expressões de soberania nacional.

Onde quer que tenhais de exercer a vossa profissão, predicai e combatei para defender as nossas tradições religiosas, morais e cívicas. Ensinai que não é com injúrias, baldões e calúnias que se solidificam as instituições, nem mediante a violação de direitos de terceiros que defendemos o que supomos ser o nosso direito. Somente o trabalho, na luta de cada dia, a reta intenção de servir, o respeito do bem público, que é uma forma especial do bem alheio, a fé em Deus e a perseverança inflexíveis constróem as nações.

Sede felizes. Ide. O Brasil vos espera.

O BRASIL ACIMA DE TUDO NO MUNDO

DISCURSO PROFERIDO NO SALÃO DE CONFERÊNCIAS DA BIBLIOTECA DO PALÁCIO ITAMARATI, EM BRASÍLIA, A 16 DE DEZEMBRO DE 1968, POR OCASIÃO DA ENTREGA DOS DIPLOMAS AOS NOVOS DIPLOMATAS FORMADOS NO INSTITUTO RIO BRANCO.

Cabe-me agora a honra de encerrar esta solenidade, usando dos cinco minutos que ainda restam para completar a meia hora prevista — duração da solenidade. Eu me permito apresentar aos formandos desta belíssima e magnífica carreira — que é a carreira diplomática — os meus cumprimentos muitos sinceros pelo curso que, com aproveitamento demonstrado agora, com o recebimento deste diploma, fizeram estes jovens brasileiros.

Apreciava de muito a carreira diplomática, mas, particularmente, quando convivi numa Embaixada, num país de grande importância em relação ao Brasil — a República Argentina — durante três anos quase, eu pude apreciar, e com prazer e orgulho de brasileiro, a dedicação, a abnegação e o empenho de uma plêiade de jovens brasileiros que, dentro daquele território, também representavam o Brasil, mas também tive a oportunidade de verificar que alguns homens de alta responsabilidade na República não sabiam ser embaixadores do Brasil naquele país, mais pareciam embaixadores da Argentina, dentro da Embaixada Brasileira. Por isso mesmo, pude verificar o quanto deve um país ao seu embaixador, ao conselheiro do embaixador, aos seus auxiliares, à digna representação do país no estrangeiro.

Velhos diplomatas, entre os quais aqui se encontra um, que justamente, por aquela época, de tal modo se portou em defesa do Brasil, que foi quase considerado inimigo da República irmã, mas não era inimigo da República irmã, ele era amigo de seu país, ele era o verdadeiro representante do Brasil lá naquela Embaixada, lá naquele país. E de então, meus amigos, eu fiquei admirado, e fiquei avaliando o quanto deve o Brasil ao bom diplomata. Peço-lhes, portanto meus jo-

vens formandos, que no decorrer da vida diplomática, que eu almejo seja a mais longa e a mais profícua possível, os Senhores sigam o exemplo daqueles que lá fora são verdadeiramente os representantes do Brasil.

Tenho sempre em mente que acima de tudo, no Mundo, acima de qualquer nação, devem colocar o Brasil. E assim prestarão magnífico serviço à causa pública e receberão, como recebem hoje, velhos embaixadores já aposentados, as homenagens do povo brasileiro e sobretudo o respeito das gerações que depois vieram e hoje lhes dedicam inteiro respeito e a máxima consideração. Sejam muito felizes, meus amigos.

Declaro encerrada a sessão.

CONTRA TENTATIVAS DE IMPEDIR A ORDEM E DERRUBAR A DEMOCRACIA

DISCURSO PROFERIDO NO RIO DE JANEIRO, A 16 DE DEZEMBRO DE 1968, NA SOLENIDADE DE FORMATURA DOS OFICIAIS DIPLOMADOS PELA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.

Deliberadamente infringimos o que costumamos fazer, em solenidades como esta, para trazer-vos uma palavra escrita, que julgamos útil para vós e oportuna para todos.

É, também, a forma de distinguir a EsCEME — o nosso mais alto Instituto de Estudos dentro do Exército brasileiro — essa EsCEME que foi o grande quartel-general ostensivo da Revolução de 1964.

Quando a história verdadeira e completa desse movimento vier a ser escrita, um papel da mais alta relevância estará reservado a esta Escola.

Nessa ocasião, aparecerá o importantíssimo trabalho de doutrinação democrática levado a efeito naquela conturbada fase de nossa vida política. Ver-se-á labor magnífico das turmas que daqui se irradiaram para difundir, por todos os rincões brasileiros, as idéias, os ideais e a orientação para combater o comunismo. Virá à luz a autêntica epopéia dos dias decisivos, na Guanabara, com páginas de patriotismo e coragem como a da tomada de posição para proteger, no Palácio da Guerra, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, o inesquecível Marechal Castello Branco; a do assalto ao QG da Artilharia de Costa; a da «barricada cívica» levantada pelos oficiais desta Casa, auxiliados pelos do IME; e a das numerosas missões de sacrifício então cumpridas em todas as áreas do território nacional.

Esse galardão a EsCEME conquistou para todo o sempre. Por isso, grande é a responsabilidade revolucionária dos que aqui, sob diversas condições, têm a honra de servir.

Ficai atentos. Os derrotados de março procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam. Nesse propósito utilizaram todos os recursos para tentar influenciar-vos. Usaram a maledicência. A falsidade. A falácia. A mentira. A calúnia.

Quiseram dividir-vos. Lançaram dúvidas entre vós e ao mesmo tempo, vos atacaram diante da opinião pública. Foram deliberadamente contraditórios para alcançarem os objetivos desejados.

Procuraram desmoralizar ao Governo e procuraram desmoralizar-vos.

Uma e em outra tarefa, escutastes vozes a levantar-se no púlpito, na tribuna, na cátedra, no Congresso, na Imprensa.

Falaram em corrupção generalizada.

Convenceram a muitos de vós que se enfraqueceu a ação revolucionária.

Alertaram o País contra um militarismo inexistente e culparam os militares pelas dificuldades da Nação.

Ofenderam-vos e quando vos defendestes afirmaram que estáveis pressionando os demais Poderes.

Exploraram, demagogicamente, a pobreza que resultava dos vossos pequenos vencimentos.

Tentaram criar o desestímulo profissional, enfatizando nossas deficiências materiais.

Analisemos cada uma dessas assertivas:

Começemos pela corrupção.

Negar a tendência do homem a corromper-se é o mesmo que querer negar a existência do ar que respiramos ou a vida das plantas que cobrem a superfície terrestre do Planeta.

A corrupção existe em todas as latitudes e em todos os países do Mundo: pequenos ou grandes, pobres ou desenvolvidos, totalitários ou democratas. Sempre existiu, em todas as épocas, e infelizmente sempre existirá. É certo que a temos no Brasil, mas eu vos asseguro — em volume infinitamente menor do que em qualquer outra época.

Não a consentiremos: Combatê-la-emos com todas as nossas forças e por todos os meios.

Nesse mister desejamos o auxílio de todos. Apontai-a. Mas, até pelo império de justiça, desejaremos as provas, as evidências, os fatos. Que ela não fique apenas no sussurro maldoso, na calúnia torpe ou vago «escutei-dizer».

Este Governo abomina a corrupção e todas as vezes que dela tomou conhecimento agiu com firmeza e sem delongas. Aí estão os exemplos do IOS, da Dominium, da SUDAM, do IBRA, do IRB e do Conselho Fiscal do INPS. Pela primeira vez, na História Republicana, foram para a cadeia os especuladores que, até então, sempre haviam ficado impunes, acobertados por seu poderio econômico.

Quanto à afirmação de que as bandeiras da Revolução estão sendo arriadas e que ela própria fraqueja em suas estruturas, por inépcia do comando — tenho a dizer-vos que nada é mais injusto, nada mais falso!

Quantas vezes precisaremos ainda repetir e *provar* que a Revolução é irreversível?

O que é necessário é compreender a própria dinâmica de um movimento como o nosso, que não pode, diariamente, limitar-se às varreduras e limpezas de área, mas que deve consertar, construir, reunir, juntar para levar o País para a frente; que deve esquecer os ódios e procurar somar o maior número de brasileiros; que deve pensar em termos de nação predominantemente aos interesses de grupo.

Recordemos o processo evolutivo da Revolução de março: passada a fase inicial, essencialmente político-militar — fase das ações de força, dos deslocamentos de tropas, das cassações de mandatos ou de suspensão de direitos políticos, das demissões *ex officio* — sucedeu-se a fase político-administrativa da prorrogação necessária de mandatos, do saneamento financeiro, do planejamento econômico generalizado e da pacificação possível. Depois, a Revolução continuou no seu sentido mais amplo, que poderá ser sintetizado pela contensão inflacionária, pela retomada célere do desenvolvimento e pela implantação de reformas reais, e sem demagogia, como a administrativa, a da agricultura e a universitária, que já estão em marcha.

A Revolução prossegue pelo caminho certo que levará o País rumo ao desenvolvimento rápido e seguro. Mas, a Revolução também estará alerta contra quaisquer tentativas que visem a impedir a ordem e a derrubar a democracia.

E, sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução!

Não aceitamos, ainda, o militarismo de que alguns nos acusam. Em 64, as Forças Armadas, atendendo ao apelo dramático de todos os setores da Nação, saíram às ruas para por cobro a uma situação que já se tornava insustentável. Logo que foi possível, voltaram aos quartéis onde, abnegadamente, se dedicam aos seus labores profissionais.

Não houve a posse do Poder por parte do grupo militar. Houve, sim, a sedimentação normal de todos os acontecimentos históricos em que a força esteve presente: o Poder Judiciário foi reconhecido e respeitado; num fenômeno natural de integração e de inteiração, a Revolução e o Congresso se complementaram.

A Revolução vitoriosa gerou o direito revolucionário — direito de fato — e legitimou o Congresso, após as depurações necessárias e que, infelizmente, conforme ficou plenamente provado, não foram comple-

tas. Em contra-partida, o Congresso reconheceu esse direito e legislou aprovando a Constituição vigente, que institucionalizava a própria Revolução.

A Nação inteira compreendeu que os militares não aceitassem, *como através dos seus chefes não aceitaram*, que se atingisse, impunemente, o pundonor da classe, pela ofensa desmedida e covardemente acobertada por imunidades que não podem visar a esses objetivos.

Deram eles prova de tolerância e de espírito democrático e ao invés de utilizar indevidamente as armas que o povo lhes confiara, procuraram os recursos que a Lei lhes facultava, mas, infelizmente, não tiveram a compreensão e o apoio de muitos deputados do Partido Majoritário, que mais valorizaram o prestígio de uma situação de exceção, do que aquilo que era justo e razoável.

Por essa razão, o Governo foi obrigado a intervir e a tomar as medidas fortes que reativassem a Revolução atingida.

Por esse motivo, foi outorgado o novo Ato Institucional.

Quanto à exploração da vossa pobreza, no momento em que viram o Governo atendendo, dentro de suas limitadas possibilidades, as vossas necessidades mais prementes, mudaram logo de tom e passaram a atacar o que ontem defendiam e procuraram impedir o que antes estimulavam.

Conforme vos prometi, estávamos e estaremos sempre atentos aos vossos problemas e às necessidades de todos os brasileiros, sem, contudo, descurar do controle da inflação e do soerguimento econômico.

No tocante às nossas falhas estruturais e à obsolescência do nosso equipamento, tem o propósito de desestimular-nos profissionalmente, e de desvalorizar o que representamos. Devo lembrar-vos que importantes estudos estão sendo levados a cabo para solver os problemas mais cruciantes. Não esqueçamos, todavia, que um país como o nosso recebe múltiplas solicitações e tem de atender a diversas frentes, todas importantes.

Nosso Exército não estagnou, ao contrário, melhora, senão no ritmo desejado pelo menos da forma possível. Apenas alguns exemplos: o CEP continua a desenvolver importantes trabalhos no setor do Homem; prossegue o ativo programa de construção de moradias — assunto que desde nossos tempos de Ministro sempre nos sensibilizou profundamente; em todos os Exércitos e na maioria das Guarnições foram realizadas manobras que deram ensejo a que os quadros aplicassem os seus conhecimentos e se adestrassem; acompanhamos de perto o problemas dos mísseis; e dentro de nossas possibilidades, que não são muitas, estamos modernizando nossas GU, e a 3ª BDA Mista de Bagé é uma prova do que afirmamos.

Camaradas,

Quem vos fala — em linguagem franca, direta, objetiva e às vezes quase rude — é o vosso velho companheiro d'armas. É o Chefe que conhece e ama a EsCEME por ter sido aluno e instrutor desta Casa. *É o vosso Chefe Supremo. De Direito e de Fato. E que não abrirá mão dessa honrosa prerrogativa.*

É o soldado falando para soldados.

É o vosso Chefe da Revolução de 1964, que ajudastes a fazer Presidente da República e que jamais, por um dia sequer, se esqueceu das suas queridas origens no Exército brasileiro.

Em 1965, quando Ministro, viemos comemorar o 1º aniversário da Revolução nesta Escola e um vosso delegado neste auditório afirmou que a EsCEME estaria em eterna vigilância para garantir os ideais revolucionários e que bastaria um rápido chamamento para que o batalhão sagrado se recompusesse e entrasse em ação.

Guardamos, desde então, aquele oferecimento.

Já provamos que não vos faltaremos nas oportunidades necessárias.

Confiai, camaradas. Cerrai fileiras em torno dos vossos chefes, lembrando sempre a expressão feliz de um de vós de que «somos os oficiais do ofício da Segurança Nacional». Por essa razão, constituem responsabilidades nossas a tranquilidade, a paz e a ordem deste País.

Monoliticamente coesos sereis invulneráveis às forças que procuram desagregar-vos e podereis cumprir vossa missão constitucional e ajudar a conduzir o Brasil aos seus brilhantes destinos.

Vós que partis, levai este apelo a todos os quadrantes de nossa terra.

Que Deus vos proteja e às vossas famílias.

SISTEMA EDUCACIONAL E AS EXIGÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO

DISCURSO PROFERIDO NO RIO DE JANEIRO, A 18 DE DEZEMBRO DE 1968, NA QUALIDADE DE PATRONO DAS TURMAS DE FORMANDOS DA SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO.

Jovens formandos, meus compatriotas:

As quatro Faculdades que me elegeram patrono, na Sociedade Universitária Gama Filho, foram duplamente generosas comigo. No mesmo ato em que me deram tamanha honra, como se esta não bastasse, abriram-me a oportunidade exata para completar o ciclo dos pronunciamentos que venho fazendo em torno da tarefa administrativa que maior soma de atenções e preocupações mereceu do Governo este ano: A adequação do Sistema Educacional às exigências do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Desde outubro, quando parainfeei a turma formada pelo Colégio Técnico Universitário de Juiz de Fora, tenho-me ocupado em definir, perante a Juventude, as grandes linhas do pensamento revolucionário em relação aos problemas que justamente a inquietavam e que se resumiam na reinvidicação de uma reforma em profundidade, capaz de colocar a educação, em geral, e o ensino universitário em particular, a serviço das aspirações dos moços, o que vale dizer: a serviço do futuro desta nação.

Creio que no conjunto dos discursos proferidos neste período, em Florianópolis, na Universidade Católica do Rio de Janeiro e no Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis de Belo Horizonte, está exposto com suficiente clareza a filosofia que preside ao trabalho do Governo nesse domínio, além de objetivamente demonstrado que foi cumprido, com fidelidade e presteza, o compromisso espontaneamente assumido em julho, no sentido de realizar ainda em 1968 a remodelação do nosso sistema educacional.

Reservei para esta oportunidade o que faltava dizer e é sugerido pela natureza da entidade mantenedora das quatro faculdades de que

saís esta noite, meus jovens patrícios, em condições de viver com dignidade e de servir com dedicação ao nosso País. Faltava dizer que a responsabilidade do Estado não exclui deveres que se distribuem igualmente pela comunidade e que vinculam à magna tarefa da educação, com a mesma força de um compromisso a honrar, os homens e os órgãos da iniciativa privada; banqueiros, industriais e negociantes; todos aqueles que se beneficiam do desenvolvimento econômico e ainda não descobriram que investir na ampliação de nossa rede de escolas, ginásios e universidades, é uma forma de garantir o futuro de suas próprias empresas, além de ser uma forma de contribuir para melhorar o mundo em que vivemos.

A Sociedade Universitária Gama Filho é uma prova robusta do que pode realizar a vontade de um homem ou de alguns homens de boa-vontade, em ação paralela à do Estado.

O apelo que dirijo daqui aos particulares, aos homens de empresa ou de fortuna, está longe das efusões líricas, mais ou menos inconseqüentes, que costumam ser estimuladas por ocasiões como esta, propícias aos discursos gratulatórios. Está ele implícito numa das leis que constituem o arcabouço jurídico da reforma educacional que começaremos a implantar, enérgicamente, em 1969. No diploma que instituiu incentivos fiscais para o desenvolvimento da educação, forneceremos aos grandes contribuintes do Imposto de Renda a fórmula justa, e a todos os títulos vantajosa para investir com segurança no futuro do Brasil e dar ao dinheiro, além disso, aquela destinação social que lhe confere dimensão humana e sentido completo de riqueza.

Criado por outra lei, no contexto da reforma, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação espera a receita proveniente dos incentivos fiscais, assim como doações e legados, para ampliar os recursos estatais e transformar-se no grande esteio do nosso sistema de ensino.

Meus jovens compatriotas,

Não preciso pedir que perdoeis o vosso patrono, se ele deixa de vos dizer amenidades próprias de solenidades como esta, para insistir numa prestação de contas que a rigor não pedistes; e para repetir advertências que por certo não vos são indiferentes. O tempo cobriu de poeira, entre as coisas que se tornaram obsoletas para a vossa geração, a sentença francesa, segundo a qual não se é sério quando se tem dezessete ou vinte anos. O que caracteriza a juventude dos nossos dias é justamente uma seriedade de espírito que a predispõe ao estudo e a compreensão dos problemas mais transcendentais; que a leva a desprezar os frívolos e pretensiosos; e que a ajuda a isolar as falsas vanguardas negativistas e escandalosas, tão obsoletas quanto a velha frase que acabo de mencionar.

Quando apelo daqui à iniciativa privada, para que se integre no esforço governamental em favor da educação, estou naturalmente ad-

vertindo que nenhuma reforma se faz sem que se transforme, simultaneamente, a mentalidade criada pelas velhas instituições a reformar.

Todos nós, homens de Estado ou homens de empresa, somos construtores da História do Brasil, ainda que não tenhamos consciência desse fato. Mas, se tomamos consciência dele, deixamos de ser agentes passivos da História, e passamos a conduzi-la ativamente. O Estado de hoje, em nosso País, graças à filosofia da Revolução que estamos fazendo desde 1964, trabalha para dar ao setor privado condições de se expandir e revigorar, para que assuma o papel que lhe cabe nas sociedades abertas; mas, a seus direitos correspondem deveres que entre nós ainda não são reconhecidos como tais.

A transformação de mentalidade, exigida para tornar plenamente viável a reforma educacional, toma no Brasil sentido inverso ao que lhe é dado nos Estados Unidos. Para enfrentar adequadamente o problema educacional, o Presidente Kennedy teve que desafiar os conservadores e propor ao Congresso, em 1963, um alargamento revolucionário dos termos em que o Governo da União costumava intervir com a ajuda financeira na esfera educacional, reservada aos Estados e às instituições particulares. Aqui, firmou-se a regra e difundiu-se a crença de que é o Estado que deve arcar com todos os ônus da educação. E é preciso despertar os particulares para a cota de responsabilidade que lhes toca na solução gradual do mais importante dos nossos problemas.

Educação é segurança. Educação é desenvolvimento. Educação é soberania, independência e afirmação do poder nacional. Educação é democracia.

Onde não há educação suficiente, o Executivo braceja no vácuo; o Judiciário mal pode distinguir o que é lícito, daquilo que é vedado aos cidadãos e às coletividades; e os corpos legislativos falham em sua missão de prover o Estado dos instrumentos de que necessita para, por sua vez, promover o bem-estar coletivo.

Onde a educação não preside ao desenvolvimento geral da sociedade, compromete-se o progresso moral e material da Nação, que precisa submeter-se a sacrifícios imensos para chegar ao nível a que outras chegaram por evolução normal.

Este é — repito — o mais importante dos nossos problemas. Por isso o atacamos com ênfase especial, no contexto no nosso *Programa Estratégico*.

Em passado mais ou menos remoto, a expansão econômica precedeu a educação. Dos exemplos históricos dessa precedência, o mais notável é a Grã-Bretanha. Hoje, é simplesmente impraticável dissociar as duas questões, que se hão de apresentar, pelos menos, com ênfase igual e paralela.

De tal modo educação e desenvolvimento econômico se completam e amparam mutuamente, que instituições como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento passaram a financiar, desde 1962, os programas educacionais com a mesma objetividade com que financiam projetos específicos no campo da energia elétrica. Generosidade? Não, Senhores, o mais puro realismo bancário. O BIRD verificou a certa altura uma diminuição do número dos projetos especificamente econômicos, que costumavam ser propostos em condições de obter os empréstimos correspondentes. E chegou à conclusão de que o fator principal da queda de volume era a falta de potencial humano competente nos países que pleiteavam os empréstimos. Paralelamente, a UNESCO estudava a situação de cerca de 70 nações, da Ásia, da África e da América Latina, chegando a elaborar três planos — conhecidos como *Plano Karachi*, *Plano Adis-Abeba* e *Plano Santiago* — destinados a equacionar, nos países em desenvolvimento dos três continentes, os problemas, educacionais que cada um deveria atacar.

Nós elaboramos o nosso plano de reforma segundo nossas necessidades específicas, e vamos partir para a sua execução no início do novo ano.

Com esta notícia e aquele apelo, julga o vosso patrono haver correspondido melhor à vossa generosa expectativa, do que se tivesse repetido as fórmulas amáveis para discursos destinados a solenidades como a desta noite.

Daqui saio profundamente grato ao vosso gesto e desejando, do fundo da alma, que um de vós se realize plenamente na profissão escolhida.

Isto é importante também para o Brasil.

GOVERNO NÃO ALMEJA NEM TOLERA A DITADURA

Votos de Paz e Felicidade aos Camaradas das Forças Armadas

DISCURSO PROFERIDO A 26 DE DEZEMBRO DE 1968, POR
OCASIÃO DO ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DAS
FORÇAS ARMADAS, EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA.

Conforme o vosso digno porta-voz soube captar muito bem — «este nosso encontro tem um simbolismo magnífico: Simboliza a força que resulta da união».

Por esse motivo, responsável que sou pela correta aplicação dessa força, sinto-me orgulhoso e honrado, tranqüilo, e confiante. Orgulhoso e honrado por ser um de vós, alçado à primeira magistratura da Nação; tranqüilo e confiante pela certeza do vosso apoio e de com ele poder cumprir os meus sagrados deveres para com o povo brasileiro.

A confraternização das Forças Armadas é fato fácil de obter pela identidade profunda que as mesmas possuem no que tange aos ideais e à determinação revolucionária para alcançá-los; pelo mesmo e fecundo trabalho que elas realizam com extremada devoção cívica.

Nas Forças Armadas, no seu patriotismo, no espírito de disciplina e no devotamento que tem ditado as suas atitudes coletivas, é que repousa, em última análise, a segurança de que a Nação necessita para o seu livre desenvolvimento.

Conheço-as, nas suas grandezas e nas suas servidões, por ter vivido muito dentro delas e a seu serviço, e por testemunhar hoje, *no seu supremo comando*, o entusiasmo que as anima, e a sua plena integração, como fator decisivo de tranqüilidade e de ordem. Elas são a força insubstituível de desbravamento e de mobilidade social, no programa em que está empenhado o Governo para cumprir os verdadeiros e grandes objetivos da Revolução, com a conquista e o preparo do Brasil para dias mais felizes.

No meu discurso de 16 de março de 1967, por ocasião da 1ª reunião ministerial, quando procurei definir os rumos que imprimiria à Política Nacional, afirmei, sem jactância nem demagogia, que o Governo que se iniciava poderia não vir a ser um Governo popular, no mau sentido da expressão, mas seria, sem sombra de dúvida, um Governo para o povo, uma vez que o homem seria o centro das soluções de todos os problemas nacionais.

Porque entendi que a sociedade não existe sem o homem e o homem não deixa de ser a finalidade essencial da sociedade e, portanto, do Estado — tudo me propus a fazer pelo povo. Pela sua felicidade e pelo seu bem-estar.

A tarefa apresentou-se difficilima. De início, encontrei óbices enormes: conciliar as imprescindíveis necessidades de convívio democrático com as severas necessidades da Revolução.

Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia ser posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo.

Tive, desde logo, plena consciência das dificuldades que enfrentaria cada dia, em cada trecho do caminho. Entre elas, assumiu vulto de extrema gravidade o meu dever de prosseguir, sem desvios nem vacilações, na rota iniciada. Quero significar a obrigação, que me ocorre, como responsável pelo Governo, de manter o País entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964.

Desejo repetir-vos, ainda, palavras de 16 de março de 1967:

Estou seguro, no meu civismo de brasileiro e na minha responsabilidade de governante, de que me cabe impedir, por todos os meios, aquilo a que muitos aspiram, às claras ou sob capa de defender a democracia — a Restauração. Isso não ocorrerá, pois o Governo é um compromisso com a Revolução, nas suas idéias, nos seus princípios, na sua mentalidade.

A todos lembro que, de minha parte, declarei no meu discurso de agradecimento ao Congresso Nacional, no dia de minha eleição: «eis por que assumi com a Revolução um sagrado compromisso e, assim como fui um dos seus chefes, dela serei, no Governo, representante e delegado.»

Continuaremos o trabalho iniciado há quase 5 anos. Os métodos poderão ser outros, mas os objetivos os mesmos. Não descansaremos.

Como lograremos conformar e congraçar as duas faces de que a má-fé classificou de antinomia insolúvel — democracia e revolução?

Antes de tudo, acentuarei que já não se trata de optar entre democracia e revolução, mas de efetivar uma síntese entre os ideais de uma e as realizações da outra, sem as quais aquela haveria passado a ser apenas expressão histórica de um regime político perecido. Somente a ignorância que é irresponsável; a má-fé, que independe de convicções; a demagogia, que é «desde os tempos mais remotos o inimigo interno das sociedades livres»; e a impossível restauração, que é quimera de uns poucos, podem admitir a hipótese de uma opção entre o complexo de conquistas espirituais, morais e materiais da Revolução, e um regime sob o qual a Pátria deixaria de existir, e a autoridade e a ordem seriam substituídos pela tirania».

Governo sem autoridade não merece o nome que ostenta, e a autoridade não existe sem os meios que assegurem a sua afirmação. Esses meios só constituiriam perigo para a liberdade se exercidos sem cautela, sem prudência e sem sentimento público. Em tal caso, não apenas esses, mas quaisquer poderes são suscetíveis de transformar-se em armas perigosas. Não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e para o despotismo é que os cria e nutre.

A ordem é um pressuposto da liberdade. Mas não há ordem sem lei, e a essência do Estado reside no poder de impor a lei. E o povo brasileiro pode confiar em que o meu empenho constante e máximo será realizar um Governo no qual as aspirações de cada um venham a encontrar o seu instrumento de concretização. O imperativo da ordem corresponderá à vocação de liberdade do povo brasileiro.

Atentai para a atualidade das palavras proferidas naquela reunião ministerial. Elas, de um lado, demonstram como, naquela oportunidade, eu avaliava corretamente a problemática nacional; de outro lado explicam a coerência de minhas atitudes posteriores.

O Governo tentou o caminho da tolerância e recebeu em troca a intolerância. Experimentou a magnanimidade e passou por fraco. Procurou apoio político e viu-se traído pelo impatriotismo de não poucos.

Foi demais.

Diante de uma Guerra Revolucionária em marcha acelerada, com os episódios que estão na lembrança de todos: atentados terroristas; exploração de justos anseios e da pureza da mocidade; infiltração nos diversos setores da Nação, incluindo aqueles voltados para os valores espirituais; corrosão do sustentáculo político; tentativa de penetrar nas Forças Armadas — foi indispensável retomar o processo revolucionário pelo fortalecimento do Executivo.

Não era possível permitir a autodestruição da democracia, em nome da própria democracia. As leis são feitas para defender os superiores interesses da comunidade nacional, nunca para permitir a implantação de regimes contrários às tradições e às origens brasileiras.

O Ato Institucional nº 5 foi o instrumento de força legal — direito de fato gerado pela Revolução Vitoriosa, que permitirá ao Governo conter as investidas revanchistas e partir para um desenvolvimento célere.

Estejam todos tranqüilos. *Todos os que nada devem.* Os que não subvertem a ordem. Os que não se corromperam. Os que não prejudicam o povo. Os que ajudam na construção da grandeza do Brasil. Os que auxiliam os pobres a emergir das condições subumanas em que estão mergulhados. Os que ajudam na construção da grandeza do Brasil. Os que ajudam na luta contra a miséria. Os de boa-vontade. Os bons. Os patriotas.

Este é um Governo ao gosto e ao estilo brasileiros. *Que não almeja e nem tolera a ditadura. Mas que usará a força todas as vezes que a força for necessária e útil aos interesses maiores da nacionalidade.*

Com ela será mais fácil ao Governo vencer as últimas resistências da inflação. Poderá melhor revigorar o setor privado da economia. Terá melhores condições para atacar as necessidades imprescindíveis de tecnologia, ciência e educação. Possuirá maiores recursos para resolver todos os demais problemas brasileiros.

Em contrapartida, o Governo está ciente e consciente de que assume maiores responsabilidades diante da Nação Brasileira.

CAMARADAS DO EXÉRCITO, DA MARINHA E DA AERONÁUTICA

Estas foram as considerações que julguei do meu dever recordar convosco, aproveitando esta reunião tão simpática.

Sou o vosso chefe supremo — o Chefe Supremo da Revolução — e sempre que necessário, como agora, tornarei a convocar-vos para missões revolucionárias.

Conto com o vosso apoio. Com a vossa vigilância. Com a vossa firme determinação. Com a vossa disciplina. Com o vosso patriotismo.

Como Presidente da República e Comandante Constitucional das Forças Armadas, recebo e agradeço a homenagem honrosa de presidir a esta Festa.

Aproveito a oportunidade para desejar a vós e aos vossos familiares paz e felicidade no ano de 1969.

SÍNTESE DA ATUAÇÃO DO GOVERNO EM MENSAGEM DE ANO NOVO

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO, TRANSMITIDA PELA
AGÊNCIA NACIONAL, NA NOITE DE 31 DE DEZEMBRO DE
1968, ATRAVÉS DE UMA REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO.

Meus compatriotas:

Suponho que alguns de vós, por mais distantes ou menos informados, ainda necessitam de esclarecimentos suplementares sobre a grave decisão tomada pelo Governo da República no dia 13 deste mês. Não tenho dúvida de que a Nação, como um todo, compreendeu de imediato as profundas razões do nosso gesto, pois foi ela que nô-lo inspirou, quando pressentimos que estavam sob ameaça aquilo que lhe é fundamental, como pressuposto de sua independência e do seu progresso: a Paz e a Unidade. A Paz pública e a Unidade Nacional.

Mas bastaria a suspeita de que um só, dentre os meus concidadãos, não estaria suficientemente esclarecido pelos próprios fatos, para que eu cedesse a um imperativo de consciência e aqui estivesse agora, nesta última noite do ano, com a possível palavra reclamada.

Já sabeis que tive de voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o Ato Institucional nº 5, para cujo texto obtive o apoio prévio, devidamente meditado, do Conselho de Segurança Nacional.

Que significação especial teve esse fato, se é verdade que a vida de cada um de vós não se alterou fundamentalmente; se a Nação continua a trabalhar em segurança e liberdade e se o Governo não se arrogou o direito de vos ditar normas restritivas de conduta?

Atentai bem. Mantida a Carta Magna de 24 de janeiro de 1967, assim como as Constituições Estaduais, o Presidente da República ficou transitoriamente munido de poderes excepcionais, para praticar todos os atos necessários à manutenção da ordem pública, à defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos, onde venha ela a ser ameaçada; à continuidade do esforço construtivo do setor público e das áreas privadas da economia nacional; ao resguardo das instituições basilares da democracia.

Usando esses poderes imediatamente, declarei em recesso o Congresso Nacional, até que se pusesse mão nas causas imediatas e mais ou menos remotas da crise que denunciou a falência temporária do poder político, felizmente a tempo de se evitar que este arrastasse o País ao irremediável da desordem e da guerra civil.

Por que a edição de um Ato Institucional, expressão do Poder Revolucionário, e não, por exemplo, a decretação do estado de sítio, remédio contido nos limites da Constituição? Se algum de vós não penetrou no contexto da crise e ainda guarda no espírito essa indagação, desejo responder agora que simplesmente não tínhamos alternativa. A edição do Ato Institucional nº 5, depois de vinte e quatro horas intensas de consultas e meditação, não se afigurou ao Presidente da República como a melhor das soluções, mas, sim, como a única solução.

Intensificada, a níveis de dramaticidade sem precedentes, pela irresponsabilidade com que um grupo de parlamentares resolvera humilhar, diminuir e desafiar as Forças Armadas, a crise de aparência insignificante precipitava-se para um desfecho subterrâneo cujas consequências competia ao Chefe-de-Estado prever e medir, para poupar ao País a dor e a vergonha da luta fratricida. A decretação do estado de sítio não seria remédio, mas paliativo perigoso, pois a curto prazo colocaria a crise nas mãos do próprio Congresso, onde a base político-partidária do Governo se mostrara inconsistente e pulverizada ante a ousadia da ação dos que se juntaram, aguerridos e com espírito de unidade, decididos a dar o tiro de misericórdia no regime, para a ansiada restauração da aliança entre a corrupção e a subversão.

Deus e a Nação são testemunhas de que tudo fiz para manter em linha de marcha o processo evolutivo da Revolução de 1964. Se não de todo convencido de sua viabilidade, pois via crescer diariamente o volume das dificuldades criadas a minha ação nesse sentido, nunca deixei de trabalhar para que se convertesse em realidade a promessa democrática do Movimento de 31 de Março, tanto em substância como em sua projeção formal.

Desejei ardentemente chegar ao fim do meu governo mantendo a estrutura do sistema constitucional e dando-lhe, simultaneamente, a sólida base econômica, social e administrativa, indispensável à sua plena e ampla consolidação.

Preparei-me para isso, sabe Deus com que fervor e quantos sacrifícios. Comecei a dimensionar os problemas a atacar, nestas duas direções, muito antes de me empossar na Presidência. Dos seminários, reuniões de equipes e estudos pessoais, realizados ainda na condição de candidato, pude levar para a Chefia do Governo as linhas gerais de um programa sério, a cuja execução me lancei imediatamente, desde o primeiro dia do meu período constitucional.

Mas nunca admiti — e apelo aqui para a vossa memória — nunca admiti que a ambição administrativa, embora legítima e até patriótica, fizesse esmaecer em meu espírito, e na ação geral de meu Governo, o compromisso revolucionário. Ao contrário, era nele que permanentemente me inspirava para trabalhar em termos objetivos pela democracia e pelos ideais democráticos. No primeiro discurso que proferi como Presidente empossado, perante o Ministério reunido, defini a tarefa que me propunha realizar como a conciliação entre as «invincíveis exigências do convívio democrático» e as «severas necessidades da Revolução», a qual, «tendo salvo o País da subversão, do despotismo e do caos, não poderia jamais ser malbaratada, posta de lado como traste envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo».

Para isto, necessitávamos de um sistema de apoio em que se integrassem todas as forças válidas da Nação, pois era para a Nação como um todo que se dirigiam o nosso pensamento, o nosso programa e o nosso trabalho de cada dia. O povo correspondeu admiravelmente, com o espírito de sacrifício e compreensão dos próprios obstáculos deparados pelo Governo no esforço de recuperação nacional. Não nos faltou o operariado com instintiva adesão a um programa que se destinava a ampliar-lhe as possibilidades de emprego e restituir-lhe aos poucos, firmemente, o poder aquisitivo destruído pela inflação. Nunca falharam as Forças Armadas com seu espírito de unidade, sua fidelidade à causa republicana e sua dedicação profissional, postos à prova pelo baixo nível dos vencimentos, mas fortalecida pela consciência da alta missão de zelar pela estabilidade do regime, de velar pela segurança geral do Brasil e dos brasileiros.

Falhou, entretanto, a base política de que igualmente necessitava o Governo para manter o regime e assegurar-lhe a infra-estrutura de sustentação. Aos primeiros sinais de debilidade orgânica, de vacilação nos propósitos revolucionários e de afrouxamento no cumprimento dos deveres mais elementares para com o sistema constitucional, comecei a fazer advertência de companheiro, às vezes tomadas como ameaças e freqüentemente ouvidas como manifestação gratuita de desestima pela chamada classe política. Lembro-me de que ofereci à Aliança Renovadora Nacional, ao contrário, muitas provas despercebidas de estima excepcional, indo viver com ela, por exemplo, em São Paulo, a 3 de outubro deste ano, uma das datas mais íntimas de minha família. Já então, encorajada pela displicência do Partido fundado para apoiar a Revolução, crescia a maré revanchista, cujas águas transbordariam no episódio de 12 de dezembro. Fiz mais uma advertência de chefe e de camarada, com as seguintes palavras bastante claras:

«Nem tudo se vence pela força. Um grande partido democrático, unido, vigoroso e identificado com as mais profundas tendências do

espírito popular, é a vanguarda e o sustentáculo maior do regime, que somente por exceção indesejável há de apelar para o recurso às armas».

Palavras de aviso leal, como estas, foram proferidas em muitas outras oportunidades, crescendo de ansiedade na medida em que víamos por toda parte o trabalho de arregimentação do inimigo, e a ele corresponder a desagregação da base político-parlamentar do Governo.

Instigavam-se grupos estudantis desavisados; repetiam-se os atos de terrorismo nos grandes centros urbanos; rearticulavam-se escancaradamente as forças vencidas pela Revolução de 1964; e a tribuna do Congresso convertia-se em vazadouro do ódio e da calúnia contra as Forças Armadas.

Apesar disso, e alimentando a esperança do que tal espetáculo despertasse a consciência do dever entre os que se divertiam no cultivo de pequenas vaidades pessoais, o Governo continuava a trabalhar. Os resultados quantitativos de seu trabalho aí estão para testemunhar que levamos, até onde era possível levar, o esforço para vencer, pela eficiência, a fúria revanchista que aos poucos dominava o Congresso e a todos nos ameaçava.

Contida a inflação, o custo de vida na Guanabara caía de 41, em 1966, para 24 em 1967. Em 1968, marchava-se para confirmar a previsão de um aumento de 6 por cento no produto interno bruto, o que significa a retomada do desenvolvimento nacional ao nível de 1960. Avançamos na recuperação do setor agrícola e do abastecimento. Continuamos a modernizar e expandir a infra-estrutura econômica, notadamente quanto a comunicações, energia e transportes. Neste ano que hoje se encerra, acrescentamos quase 1.000.000 de kW à nossa capacidade de gerar energia; elevamos de 157 por cento o número de circuitos no sistema de telex do País, construímos mais 170.000 residências e pavimentamos mais 2.150 quilômetros de rodovias, recorde de todos os tempos em um ano de trabalho. Ampliamos as condições de desenvolvimento do Nordeste, começamos a recuperar a Amazônia e iniciamos a reforma agrária; implantamos a reforma tributária e a reforma administrativa, concluímos a estrutura legal da reforma do ensino; recuperamos a Marinha Mercante e aumentamos a nossa participação nos fretes internacionais; concluímos este ano mais duas refinarias de petróleo, duplicamos a Estrada Rio-São Paulo e estamos realizando obras rodoviárias que possibilitarão, durante o nosso Governo, realizar 8.500 km de pavimentação; executamos, ainda, a fusão da previdência social.

Da saúde, à siderurgia e a educação, atacamos, em suma, todos os setores dos quais havia desertado o espírito do desenvolvimento, em consequência dos anos de desordem, demagogia e desonestidade,

aos quais os revanchistas desejariam agora voltar. O índice de crescimento do produto interno bruto havia caído, em 1963, a 1,6 por cento e, já no fim de 1964, subia a 3,1 por cento.

Estes números, meus concidadãos, dizem, melhor que palavras, porque no dia 13 deste mês resolvemos aplicar o remédio extremo, para evitar que a Revolução perdesse o seu ímpeto substancial e, com ele, se extinguissem as possibilidades de revigoração do regime democrático entre nós. Salvamos o nosso programa de Governo e salvamos a democracia.

Sacrificamos transitoriamente o secundário, em benefício do que é fundamental e deve ser perene no Brasil: A paz pública, a tranqüilidade da família, a garantia das liberdades essenciais; o desenvolvimento do País, o progresso material e moral da sociedade brasileira.

Deus nos ajude a preservar esses valores em 1969 e para sempre.

É o que de coração desejo a todos os nossos bons compatriotas, aos seus familiares, à família brasileira, enfim, desejo e formulo os nossos melhores votos de um ano novo próspero e feliz.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO

DISCURSO PROFERIDO NA CIDADE DO RIO GRANDE, A 10
DE JANEIRO DE 1969, COMO PARANINHO DA TURMA DE
NOVOS ENGENHEIROS INDUSTRIAIS, FORMADOS PELA
ESCOLA DE ENGENHARIA DAQUELA CIDADE GAÚCHA.

Jovens engenheirandos, meus amigos:

Aqui estou para dar conseqüência ao vosso voto generoso, que me vinculou, não apenas à vossa turma, como também, de certa forma, à história deste notável estabelecimento de ensino superior.

Agrada-me, sinceramente, essa dupla vinculação, tanto mais que por ela igualmente me associo ao trabalho da Cidade do Rio Grande, em favor do desenvolvimento de meu Estado natal e do País que tenho a honra suprema de governar.

Objetivamos este enunciado preliminar, para que se lhe atribua um sentido preciso, adequado ao lugar, ao momento e à natureza da solenidade a que presido. Alegrou-me a idéia de ter sido eleito paranincho de uma turma de jovens que se vão dedicar à Engenharia Industrial e que se prepararam conscientemente, do curso secundário ao curso superior, para dar uma contribuição direta e positiva ao desenvolvimento do Brasil. Conforta-me comparecer a um estabelecimento como este, que já contribuiu positivamente, com uma cota ponderável de esforço, para a criação de uma consciência educacional ajustada às necessidades do Rio Grande do Sul e do País. E consola-me estar na Cidade do Rio Grande, onde comprovo a convicção de que se torna cada vez mais importante ir às raízes do poder nacional, para identificar na disciplina, no trabalho organizado e no crescimento econômico das comunidades municipais, a fonte irradiadora da energia de que necessita a Nação, como um todo, para o bem ordenar e dirigir o processo de seu desenvolvimento global.

Indo um pouco mais longe, na objetivação de minhas palavras iniciais, poderia pedir-vos, meus jovens afilhados, que acordasseis as linhas mestras da Reforma Universitária a ser implantada a partir deste ano, pois lá se encontra o ramo profissional que abraçastes, classifi-

cado como uma das carreiras prioritárias para o nosso desenvolvimento econômico e social. Quando a reformulação das bases e diretrizes do nosso ensino superior ainda era tema para discussões mais ou menos acadêmicas — prejudicadas por idéias preconceituosas, remanescentes de um sistema educacional sem compromisso com a realidade brasileira — já eu me arriscava a defender carreiras como a que abraçais agora, das quais, na Presidência da República, me tornei uma espécie de patrono permanente.

Por coincidência, foi em cidades como o Rio Grande, foi em Santa Rita do Sapucaí e em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, que tive a oportunidade e a satisfação de repetir argumentos em favor de tais carreiras, quando a aceleração do nosso desenvolvimento, por si só, tornava evidente que elas se impunham como instrumentos hábeis e indispensáveis do progresso geral. Municípios como estes e turmas universitárias como a vossa constituem prova de que o Brasil avança dos padrões rotineiros do passado e adquire condições de se igualar, dentro de pouco tempo, aos países mais prósperos e mais importantes do mundo.

Nossa crise é de crescimento e, por mais que se distorçam lá fora os seus novos aspectos, ela própria nos dá, graças a Deus, algumas vantagens sobre velhas nações em decadência.

Temos plena segurança de nosso futuro de grande potência, mas não nos conformamos com essa perspectiva. Tomamos, rapidamente, consciência de que precisamos agir desde agora, com o sentimento de responsabilidade que nos dá esse destino certo e glorioso. Velhas instituições se debilitam, perdem o sentido e precisam ser renovadas.

A explosão demográfica dá a medida de nossa importância futura, mas cria necessidades e compromissos a atender imediatamente. Descompassos entre elites ultrapassadas e uma nação que deseja queimar etapas no caminho do florescimento pleno de suas virtudes, e da expansão total de suas forças, criam problemas institucionais que reclamam medidas urgentes, de eficácia indiscutível.

Trabalhamos em todos os domínios. Em todos os domínios avançamos, como provam os resultados qualitativos e quantitativos do nosso esforço governamental. Mas, não perdemos a consciência de que o principal dos nossos problemas, por mais alguns anos de angústia e inquietação própria do crescimento, é a educação.

Estamos condenados, contudo, a trabalhar em todas as frentes, pois não temos o direito de opção entre setores que se equivalem e se completam no conjunto do processo de desenvolvimento. As velhas nações puderam deixar que o tempo estabelecesse, naturalmente, opções e prioridades, das quais só se tomava consciência posteriormente, no longo curso da História. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a expansão econômica precedeu a educação, de tal modo que Oxford, muito antes de ser fundada a famosa Universidade que lhe tomou o nome, já

era uma das mais importantes cidades do Reino. Nós temos que estabelecer numerosas prioridades simultâneas e a cada uma delas atender, como se fosse a única.

Assim estamos considerando as comunicações, os transportes rodoviários, ferroviários e marítimos, a produção de energia elétrica, a erradicação de doenças endêmicas, o abastecimento de água, a irrigação, a colonização de áreas vazias, a habitação popular, a segurança e a educação.

Tentamos, neste extenso rol de prioridades, dar à educação lugar e dimensão especiais, pois, em nosso caso, tudo mais depende dela. Se não é possível fazer com que ela preceda a expansão econômica, trabalhamos para que se desenvolva simultaneamente com as outras áreas, mas em condições de ir influenciando, desde já, em cada uma delas, como se a todas de fato precedesse. A formação de profissionais, como os que estão saindo hoje deste estabelecimento, é fator de segurança para o processo geral, assim como a descentralização do sistema de ensino constitui fator importante da homogeneidade que desejamos imprimir ao desenvolvimento do Brasil.

A preocupação de estimular e proteger carreiras como a vossa não é uma peculiaridade de países novos e em desenvolvimento, como o nosso. Um dos segredos da impressionante recuperação da Alemanha está no cuidado com que as autoridades do ensino fizeram com que se intensificasse a formação de profissionais de nível superior, preferentemente solicitados pelo esforço de reerguimento da grande nação. Basta citar alguns números. No campo das ciências técnicas, entre 1954 e 1955, estavam matriculados 32.000 estudantes na República Federal, subindo esse número para 41.000 em 1961/62. No mesmo período, de 17.000 estudantes de Medicina e Farmácia quase duplicaram e chegaram a 33 mil. Quase dobraram os que se encaminharam aos cursos de Ciências Naturais, enquanto aumentavam apenas em 1.000 os estudantes de Teologia e em cinco mil os que se destinaram aos cursos de Ciências Jurídicas.

Eis porque, meus jovens afilhados, disse eu que me agradava sinceramente estar vinculado à vossa turma e a este estabelecimento de ensino superior. Agrade-me, na verdade, estar ligado diretamente ao esforço que empreende a nossa Revolução, para dar ao sistema educacional o papel que lhe cabe no processo de desenvolvimento do Brasil.

A esse processo é que ides servir, como engenheiros industriais. A cada um de vós, desejo que conserve a consciência de tão alta missão, e que encontre na profissão escolhida a mais completa felicidade pessoal.

COMUNICAÇÕES — OBRA DE DIMENSÕES CONTINENTAIS

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, EM TANGUÁ, MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A 28 DE FEVEREIRO DE 1969, AO SER INAUGURADA A ESTAÇÃO TERRESTRE DE TELECOMUNICAÇÕES, VIA SATÉLITE, DA EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES (EMBRATEL). (RESUMO FORNECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL).

Eu creio, sinceramente, que as palavras neste momento são praticamente inúteis. Os fatos aí estão.

O Presidente Costa e Silva destacou a importância do Ministério das Comunicações, criado no Governo da Revolução, pelo Marechal Castello Branco. Lembrou que tivera a honra de instalar esse novo Ministério, que nascia como uma grande esperança para o Brasil, mas também como necessidade premente.

Voltou a sublinhar a superioridade dos fatos sobre as palavras, ao dizer que aí está o quanto já fez este Ministério em dois anos. Instalado, ou, podemos mesmo dizer, acampado na área dos Ministérios, num cantinho, por empréstimo.

O Presidente Costa e Silva elogiou o trabalho do Ministro das Comunicações, baiano que havia ido buscar na Boa Terra para assumir a responsabilidade deste trabalho e que, desde os primeiros momentos, lhe dizia não ter jeito, nem lugar onde trabalhar, embora estivesse trabalhando.

Acrescentou que o Ministério das Comunicações se impôs, porque era uma imposição do momento nacional.

—O Brasil era um verdadeiro arquipélago, formado por ilhotas isoladas, sem comunicação e sem integração — disse o Presidente da República. E o ponto essencial à integração é a comunicação. O Sul não falava com o Centro. O Centro não falava com o Norte, muito menos com o Oeste, mas agora vão falar.

O Presidente Costa e Silva afirmou, a seguir, que 960 canais de comunicação, ainda no atual Governo, possibilitarão as comunicações do Norte com o Sul, do Sul com o Centro e do Centro com o Oeste.

Declarou que esses canais estavam sendo implantados silenciosamente, com sacrifício, em todo o território nacional. Numa obra de dimensões verdadeiramente continentais, porque as distâncias neste País são continentais. Comparou a distância de Porto Alegre à Bahia à travessia de toda a Europa de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Tudo isto está sob a responsabilidade de um povo que vive num clima que sacrifica o homem.

Afirmou o Presidente ser a nossa a mais importante civilização atual, em clima e zonas como a nossa. E disse que, quando nos lembrarmos de Belém, a maior cidade do Mundo plantada na zona do Equador, devemos nos orgulhar de ser brasileiros.

Acrescentou que estamos trabalhando, persistente e corajosamente, para vencer, não só o clima hostil, mas também a hostilidade daqueles que não querem compreender que este País tem de ser, dentro em breve, uma das maiores nações do Mundo.

Há de ser assim — disse o Presidente da República — porque assim como temos vencido, desde os primeiros tempos da nossa civilização, as hostilidades climáticas, havemos de vencer, também, aqueles que não querem o progresso do Brasil. Havemos de vencê-los. Havemos de impor, àqueles que descrêm de um Brasil maior, a crença num País imenso, num Brasil-Grande.

E acrescentou que «havemos de consegui-lo, custe o que custar, pois estamos decididos a levar este País para diante, dentro dos prazos previstos para nosso Governo. Vamos dar aos vindouros, àqueles que assumiram a responsabilidade da administração pública, as condições necessárias, uma plataforma segura. Condições para um progresso rápido, violento, imprevisível, até para nós mesmos, que sabemos o que estamos fazendo»

O Presidente Costa e Silva revelou que, ao descer do helicóptero e ao contemplar a multidão que naquele local se reunia, os homens de alto gabarito e responsabilidade que ali estavam presentes, dissera ao Ministro das Comunicações: «Agora já estamos sendo compreendidos. O povo está acreditando nas coisas grandes e isto é um sinal promissor».

Concluiu seu breve improviso declarando que saía dali, naquele momento, com a alma lavada de entusiasmo, pois via que no Brasil já se compreendia aquele trabalho difícil, técnico, eminentemente técnico, que se vem produzindo no País. E, também, porque já havia uma compreensão muito grande e isso era sinal de que não estamos trabalhando em vão e que o Governo tem o apoio daqueles que também querem um Brasil maior.

BRINDE PELA FRATERNIDADE LUSO-BRASILEIRA

DISCURSO PROFERIDO NO RIO DE JANEIRO, A 14 DE MARÇO DE 1969, AO RECEBER A CONDECORAÇÃO DA ORDEM HONORÍFICA DAS CINCO CHAGAS, EM HOMENAGEM DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA.

As palavras soam-me parcas e débeis para comunicar forma e ressonância do sentimento da minha gratidão pela homenagem que a reunião em torno desta mesa generosa simboliza.

A despeito do número, da qualidade e da frequência dos tributos de apoio, solidariedade e respeito que a condição de Chefe-de-Estado suscita, minha sensibilidade não se embotou nem se fez menos receptiva. É, pois, com emoção cordial que acolho esta expressão do vosso apreço, da vossa estima, da vossa generosidade.

Convívios afetuosos como este confortam, inspiram e encorajam. E os homens entregues, por ditado do seu destino, às quotidianas vicissitudes, penas e dificuldades do Governo, sentem — mais do que outros, talvez — a necessidade de contatos que lhes estimulem o coração, iluminem o espírito e enrijeçam o pulso para o cumprimento de sua desmedida missão.

Nenhum responsável pelas coisas do Estado pode ter em mira, no exercício dos atos de governo, alcançar popularidade. Perseguir a popularidade pode, em última análise, redundar em graves desserviços ao povo. Todavia, nenhum homem de Estado pode prescindir do apoio do sentimento e do pensamento do povo, ou seja, do que se convencionou denominar opinião pública. Ouvir, recolher e interpretar tal pensamento e tal sentimento — às vezes impreciso, incerto e obscuro — é dom que individua aqueles que arcam responsabilmente com a realização dos ideais públicos.

Ora, Senhores, a floração luso-brasileira da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, cujas origens estão no século XIII, quando o Santo de Assis a instituiu, destinando-a aos seculares, revela-se poderoso instrumento social.

Em sua notável ação espiritual e física, através de três séculos e meio de existência militante, não é fácil consagrar o aspecto mais eficaz: o da pregação católica, o da fraternidade franciscana, o da solidariedade material ou o das atividades educativas, sob a forma completa de assistência social.

Por tudo isso, direta e indiretamente, a instituição ilustre encarna ponderável parcela de opinião pública.

Tal consideração bastaria a impor-me a aceitação do vosso convite e a levar-me a comparecer, em pessoa, a esta homenagem. Acresce, todavia, que esse convite encerra outra imagem e outras lembranças singularmente significativas para o meu coração de brasileiro: a imagem das revelhas raízes portuguesas, que, varando os séculos, mantêm duas nações unidas numa só expressão de fraterna intimidade humana e evocam as origens sociais e políticas do Brasil, a sua unidade física e espiritual, ungida pela mesma fé religiosa, fortificada pela mesma língua — esse maravilhoso instrumento de expressão comum a duas sensibilidades consangüíneas; a lembrança de eminentes nomes brasileiros ligados à instituição, como os oradores sacros Frei Francisco de Mont'Alverne, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, e Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional brasileiro; o mesmo corpo de tradições e ideais; o gênio político e civilizador de Portugal.

A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência inscreve-se, com justiça, entre os grandes órgãos sociais ou governamentais criados no Brasil pelos portugueses, tais como a imprensa oficial, o Supremo Tribunal de Justiça, academias, bibliotecas, arsenais, o museu, o Banco do Brasil, que datam da administração do Príncipe Regente.

Assim foi que a contribuição do sangue e da psicologia do povo português à formação dos nossos hábitos sociais e políticos, dos nossos costumes quotidianos, da nossa sensibilidade religiosa, da nossa cultura, em suma, indelevelmente marcou o nosso caráter nacional.

Deliberastes colher este ensejo para oferecer-me a primeira condecoração da Ordem Honorífica das Cinco Chagas, recentemente criada. Rogo a Deus ardentemente que, assim na minha vida particular como na minha vida pública, jamais permita que eu desmereça a alta munificência de que me julgastes digno e que recebi com espírito da mais viva humildade cristã.

Essa insígnia sagrada pode ser havida por advertência de aguda necessidade da hora aflita deste Mundo de angústia, incertezas e descaminhos — a necessidade de volver-se o homem para a única luz, a única segurança, a única estrada.

«A maior aberração do pensamento moderno é que o homem já não mais procura Deus» — exclamava recentemente o Santo Padre.

Em verdade, Senhores, a civilização não logrará sobreviver sem o retorno a Deus. A inquietude dos jovens, a inconformidade de tantos com qualquer sacrifício material; a tendência a procurar o excessivo em lugar do bastante, a dominação do espírito moderno pela técnica, já denominada sinistramente «Tecnitrônica»; a perda do sentido nobre da direção; a fragilidade da ordem e da paz — todo o drama do mundo de hoje tem muitas, senão todas as raízes, na destruição da hierarquia dos valores morais e espirituais e, entre eles, a crença em Deus.

Que a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência contribua para reacender na alma dos homens a estrela da fé!

Senhores! Ergo a minha taça em reconhecimento a cada um de vós e elevo o meu coração em reverência à fraternidade luso-brasileira.

BALANÇO SUCINTO DE DOIS ANOS DE GOVERNO

MENSAGEM DIRIGIDA À NAÇÃO, ATRAVÉS DE UMA CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO, A 15 DE MARÇO DE 1969, POR MOTIVO DA PASSAGEM DO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DO GOVERNO.

Meus concidadãos:

Profundas transformações operaram-se, no País, desde que vos dirigi pela última vez a palavra, neste mesmo dia, 15 de Março, para dar conta do que havia sido feito no curso do primeiro ano de meu governo.

Algumas resultaram do incessante e intenso trabalho, a que se dedicaram todos os setores do Poder Executivo e de cujos resultados pretendo oferecer-vos aqui um sucinto balanço. Foram impostas, outras, pela própria dinâmica do processo revolucionário, que em si mesmo significa vontade permanente de mudanças. Decorreram outras tantas, afinal, do imprevisto agravamento das condições em que vínhamos tentando conduzir a desfecho feliz a crise institucional, que acabou comprometendo de forma irremediável a jovem estrutura constitucional legada pelo primeiro Governo revolucionário.

Creio, entretanto, que a ninguém terá escapado a circunstância irrecusável de que nenhuma dessas transformações chegou a alterar substancialmente o comportamento da Presidência da República e das Forças Armadas, em relação ao compromisso democrático assumido espontaneamente pelos que lideram e implantaram, em sua fase militar, a Revolução de 1964.

Compreendo e aceito que para certas áreas da opinião, interna e externa, a mais relevante de todas consistiu no conjunto de restrições formais e transitórias a que ficaram submetidas, a partir de 13 de dezembro, as regras constitucionais de funcionamento dos Poderes. Mas espero confiantemente que cada um dos brasileiros, por seu turno, reconheça que a edição do Ato Institucional nº 5, na mesma medida em que fazia a Revolução de 31 de março refluir à sua posição inicial de força, para melhor preservá-la, resguardou claramente a limpidez de

intenção de suas origens, para mais seguramente levá-la a seu objetivo político primordial: a consolidação do sistema democrático, através da fixação de formas novas, capazes de compatibilizá-lo com os reclamos do nosso tempo e com as exigências imperiosas do progresso social, econômico, moral e cultural do nosso povo.

COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

Sistema de Governo que se revele incapaz de atender a cada um de tais aspectos do processo geral de desenvolvimento do País, por mais harmoniosas que sejam suas linhas exteriores, não será democrático em substância, pois, mais cedo ou mais tarde, perderá a estima e a confiança do povo, expondo-o como presa dócil à conquista ou ao fascínio dos regimes liberticidas, defraudadores do precioso patrimônio espiritual acumulado nos quatro séculos de nossa formação.

Assim como da figura do Demônio já se disse que «sua maior artimanha é fazer crer que não existe», extremamente fácil, no panorama do Mundo dos nossos dias, é a observação de que a mais traiçoeira manobra dos sistemas totalitários consiste em se fazerem parecer democráticos, para mais eficientemente destruírem a democracia.

Entre 15 de março de 1967, quando se inaugurou a fase constitucional do Movimento Revolucionário, e 13 de dezembro do ano findo, quando tivemos que apelar novamente para as potencialidades da Revolução, experimentamos com sinceridade e até com fervor os instrumentos de que nos havia munido o primeiro Governo da Revolução, convencidos de que nos bastariam para abrir eficazmente a estrada real que há de levar-nos à meta democrática.

Valeram-se desse fervor e sinceridade todos os tipos de inimigos da democracia, até os que entre si costumavam andar em conflito cujas vozes se harmonizaram no coro formado para apresentá-los, inversamente, como defensores da Liberdade, e a nós, que de fato a defendíamos, como tiranos e usurpadores do Poder. Durante cerca de dois anos ouvimos pacientemente, às nossas costas, enquanto buscávamos o futuro com o nosso trabalho de cada dia, a atoarda a um tempo sinistra e maliciosa.

Sob a cobertura estrondosa da pregação parlamentar, diante de cujo ímpeto audacioso começou a sentir-se inibido o Partido fundado para defender os princípios da Revolução e os atos do Governo, passaram a organizar-se em todo o País os grupos que deveriam desencadear, na prática e para todos os efeitos, a contra-Revolução. No Senado, na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas; na Imprensa e nas faixas condutoras das passeatas organizadas nos grandes centros urbanos, já não se fazia segredo das intenções imediatas, do movimento revanchista. Derrubar «a Ditadura», que não existia, e «substituir o regime» eram palavras de ordem que circulavam celere-

mente, ganhando adeptos entre carreiristas, aventureiros, corruptos e subversivos de profissão que habilmente compensavam a falta de apoio popular pela estridência da propaganda e a ousadia da ação.

Eis aí, meus caros compatriotas, em suas grandes linhas definidoras, um quadro que deve ainda estar muito vivo na memória de todos, dentro do qual, apesar das dificuldades imagináveis, criadas por essa atmosfera artificialmente envenenada, conseguimos manter o ritmo de execução do nosso programa administrativo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados obtidos ao final do ano mostram o acerto das medidas postas em prática, para acelerar o desenvolvimento do País.

Reajustamentos no campo da política fiscal, monetária, creditícia e de comércio internacional permitiram a verificação da maior taxa de crescimento econômico dos últimos sete anos, estimada em 6,5% do produto interno bruto. Em 1963 essa taxa foi de apenas 1,6%.

Além do mais elevado índice de emprego e desenvolvimento industrial com efeitos animadores obtidos no combate gradual à inflação registrou-se o mais elevado nível nas exportações jamais alcançado no país: cerca de 1.890.000.000 de dólares.

Os índices do aumento geral do custo-de-vida continuaram a revelar tendência para diminuições expressivas em quase todas as capitais. Na Guanabara, registrou-se a taxa de 24%, inferior em 0,5% à registrada no ano anterior.

Marchamos firmemente para alcançar no fim de nosso mandato a meta dos 12.000.000 de kW na potência instalada de energia elétrica, ou seja, o triplo do potencial encontrado pela Revolução em 1964. Durante o ano de 1968, contribuimos para isso com um aumento de 8,7% sobre o ano anterior, atingindo a marca notável de 8.741.000 kW.

No setor dos transportes, batemos um recorde absoluto, com a pavimentação de 2.300 quilômetros de estradas no ano de 1968. Vencemos a batalha dos fretes: todas as conferências foram solucionadas segundo o critério da reciprocidade. Construímos 1.750 quilômetros de rodovias e 5.500 metros de pontes e viadutos. Concluímos a ligação efetiva de Brasília com os sistemas ferroviários do Sul e do Centro-Sul.

Nosso plano de habitação popular compreende a edificação de quase 1 milhão de residências.

Até esta data, foram financiadas 425.000 unidades. Encontram-se construídas 200.000 casas. Caminhamos para a construção de 1.000 por dia, quando é sabido que, nos 15 anos anteriores à Revolução, construiu-se uma média de 1.000 por ano.

Assinalamos ainda o efeito multiplicador de tal programa, responsável pela criação de 300.000 empregos em 1968.

Concluimos a reforma universitária que este ano começa a ser ativamente implantada. Pela primeira vez em nossa História, foi empreendida ao problema educacional importância correspondente ao volume e à natureza das necessidades do desenvolvimento global do Brasil. Ampliamos a ação supletiva da União, no tocante ao ensino primário. Estabelecemos a indispensável conexão entre os ensinos de nível médio e superior. E planejamos a expansão das matrículas nas Universidades, ao mesmo tempo que prosseguimos na execução de programas de formação e aperfeiçoamento de professores. A Revolução encontrou em 1964 apenas 110 mil jovens matriculados nas escolas de nível superior do País; e cinco anos depois o número dos universitários sobe a 283 mil.

Paralelamente, atacamos os problemas gerais de saúde pública e saneamento, começando a definir e aplicar, pela primeira vez, uma política nacional destinada a eliminar progressivamente o privilégio do atendimento médico segundo as classes sociais.

Nestes cinco anos de Revolução, dobramos a produção de petróleo bruto e também a tonelagem da frota nacional de petroleiros. Em 1968, a Petrobrás produziu 9.425.000 metros cúbicos de petróleo contra 8.508.000 metros cúbicos em 1967.

Avançamos na integração da Amazônia e no desenvolvimento do Nordeste, de onde estão deixando de emigrar as famílias formadoras de favelas nos grandes centros urbanos do Sul, porque a região nordestina está promovendo a instalação, em média, de uma fábrica por dia, e, assim, criando o seu próprio mercado de trabalho.

Aumentamos em 13,6%, a produção de cimento, em relação ao que se produziu em 1967.

Elevamos a exportação de café, que foi de 733.000.000 de dólares, no ano anterior, e alcançou o volume de 801.000.000 de dólares em 1968.

No plano internacional, sem prejuízo da boa-convivência com todas as nações amigas, defendemos firmemente os interesses brasileiros, deixando, inclusive, de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, por considerá-lo discriminatório e prejudicial ao nosso desenvolvimento.

Procuramos, no campo social, adotar medidas específicas de proteção às classes menos favorecidas, corrigindo, por exemplo, algumas falhas da política salarial e disciplinando os efeitos dos débitos, com sanções para as empresas que atrasam, sem justa causa, o pagamento de salários aos empregados.

Consolidamos a unificação da previdência social e completamos a integração do seguro de acidentes. Mas nesse setor o resultado princi-

pal do nosso trabalho foi criar condições a um clima de entendimento entre empregados e empregadores, que se situou, acima de qualquer dúvida, entre os fatores de crescimento da produção industrial.

No domínio das comunicações, em que rigorosamente nada de novo se fizera antes, o ano de 1968 foi de suma importância para o Brasil. A relevância do trabalho silencioso do Governo, nesta esfera vital para o desenvolvimento, foi percebida há pouco por todos os brasileiros, que estão acompanhando esta exposição, quando de repente começamos a receber imagens diretas da Europa e dos Estados Unidos ingressando na nova era da comunicação por satélite.

Além de desempenhar o alto papel de guardiães da segurança dos brasileiros, nossas Forças Armadas empenharam-se a fundo em programas de apoio específico ao processo de desenvolvimento nacional, desde a Educação até a abertura de estradas de valor estratégico.

ESFORÇO FISCAL

Quanto aos esforços que fizemos e continuaremos a fazer para aumentar a arrecadação tributária e evitar a sonegação, quero deixar bastante claro que nosso objetivo não é policial. Desejamos levar os contribuintes, de um modo geral, a compreender a função social do imposto, cujo pagamento é necessário para a promoção do desenvolvimento sem pressões inflacionárias. É como os recursos provenientes da arrecadação dos impostos que o Governo financia o ensino, constrói estradas e instala usinas elétricas; executa o seu Plano de Saúde e Saneamento; e assiste o setor privado através dos organismos oficiais de crédito.

Reafirmo, no entanto, que o crime fiscal se extingue com o pagamento dos impostos e multas correspondentes, sem outras sanções. Deverei assinar brevemente um decreto-lei, permitindo que se corrijam as declarações de bens e que se faça a cobrança parcelada dos impostos respectivos.

Desejo, também, reafirmar a plena validade do sigilo bancário e da declaração de bens, com as exceções previstas em lei e que visam a acautelar os interesses dos próprios contribuintes.

Meus concidadãos,

Já é tempo de dar por encerrado este balanço, que deve ser, por natureza e destinação, genérico, sucinto e incompleto.

Foi para defender igualmente um programa administrativo desse porte, que tivemos de lançar mão da severidade revolucionária editando o Ato Institucional nº 5.

Com ele entramos o novo ano de Governo dispostos a completar as reformas da Revolução modernizando o Poder Judiciário, dinamizando o Executivo e compatibilizando o Poder Legislativo com a

altíssima missão que lhe reserva o povo brasileiro, em sua ânsia de desenvolvimento e em sua preferência indiscutível pelas formas de convivência democrática.

Confiemos no Brasil e em seu futuro, que Deus nos há de assegurar definitivamente livre das ameaças que ainda neste fim de 1968 nos obrigaram a recorrer aos extremos da autoridade para conjurá-las, em defesa da liberdade, da paz e da prosperidade dos brasileiros.

O GOVERNO FEDERAL DO PARANÁ

*Universidade Rica de Tradições Cívicas,
Culturais e Científicas*

DISCURSO PROFERIDO EM CURITIBA, A 25 DE MARÇO DE 1969, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; AO RECEBER O TÍTULO DE DOUTOR, «HONORIS CAUSA», OUTORGADO PELA MESMA UNIVERSIDADE.

Tenho a honra desta homenagem por insigne consagração porque ela implica reconhecimento dos esforços do meu governo, atavés de óbices, incompreensões e injustiças, no sentido de abrir caminho certo e imediato à solução concreta de problemas urgentes da educação de nível superior.

É justo assinalar que se o Governo curou, com êxito, de problemas suscetíveis de soluções daquele tipo, não descuro de questões cujo intrincado teor exige, antes de tudo, o trato do tempo.

Nada mais freqüente nos hábitos mentais brasileiros do que olvidar que a educação é, por excelência, árvore de frutos retardios. Dai origina-se o equívoco de estabelecer enganosos paralelos entre as rápidas realizações físicas que caracterizam numerosos setores da administração pública e as criações lentas e penosas das áreas da educação. É, incomparavelmente, mais fácil construir um bom prédio para uma escola do que preparar-lhe um mestre competente. Os frutos da semeadura de muitos vegetais podem surgir à luz, depois de alguns meses, apenas de trabalho dedicado e próprio.

A formação de grau universitário exige, no mínimo, 15 a 17 anos de estudo; ela se inicia na escola primária e tem de atravessar o curso secundário, antes de desabrochar na escola superior; e é de notar que essa longa preparação não traduz desde logo uma qualidade extrema de deficiências. Para que a qualidade seja seu apanágio, impõe-se um varioso esforço de florescimento e frutificação que, somente o longo passar das horas e dos dias é capaz de elaborar e levar a termo.

Por outro lado, como ocorre com todas as instituições educacionais, é da natureza da Universidade ser um aparelho conservador. Sua

primeira função é resguardar uma tradição de cultura. De início, o aparelhamento educacional tende a resistir, por instinto, a mudanças, alterações e inovações. É natural que lhe seja difícil acompanhar certas transformações súbitas da sociedade em que está instalado e a que deve servir. Tal característica não impede, aliás, que a Universidade atue sobre a sociedade, procurando formá-la e modificá-la. Essa verdade é tanto mais fácil de observar, quanto mais culto o meio em que a Universidade exerce a sua influência.

Se todos os jovens estudantes do Brasil se houvessem detido e debruçado sobre a natureza especial da educação, teriam certamente surtido dificuldades menores e menos numerosas entre eles e o Governo.

Espero que o mal entendido dessa controvérsia já se tenha dissipado em face das realizações da Administração Federal, acudindo a Universidade e Escolas Oficiais, subsidiando estabelecimentos particulares, oferecendo bolsas de estudo, de manutenção e de alimentação a milhares de estudantes, abrindo-lhes vagas em número tal, que foram mais do que duplicadas as matrículas arroladas em 1964, realizando a reforma geral da Universidade, da sua estrutura, dos seus métodos.

Esta Universidade Federal do Paraná tem um passado rico de tradições cívicas, culturais e científicas. Sei que aqui se compreendeu bem cedo a complexidade do sentido universitário e se soube, desde logo, que as estruturas constituem questão muito menos grave do que a individuação dos objetivos da Universidade; a demonstração de que teoria e prática não são antípodas, não se excluem, mas completam-se; a conceituação de cultura, a equitativa distribuição de recursos e tempo entre a pesquisa, a técnica, a criação de tecnologias e o ensino destinado à profissionalização.

Aqui, o labor denodado de tantos mestres, entre os quais me apraz nomear o Professor Flávio Lacerda, eminente Reitor, lançou desde logo, em solo jovem e fecundo, as sementes desta instituição que cresceu rápido e se notabilizou pelas suas criações de civismo, de cultura e de técnica numa verdadeira comunidade estudantil.

Figurando entre as nossas Universidades mais recentes, tem-lhe sido menos difícil modernizar-se para melhor servir à sociedade.

Todavia, permitir-me-eis chamar a vossa atenção e atrair o vosso cuidado para a necessidade de articular intimamente a sua ação com os problemas deste Estado, mediante estudos, pesquisas e análises.

A indústria, com as suas fábricas e usinas, a pecuária, a agricultura, o ensino primário e o ensino médio, a administração pública e as coisas de Estado — eis algumas das áreas sociais que estão a exigir, aqui e no resto do País, essa integração na área universitária, que não pode ficar isolada do seu meio e das peculiaridades deste.

Esse tipo de ação universitária não terá efeitos apenas unilaterais. Ao contrário: dará origem a uma elevação do nível da qualidade do ensino, oferecendo-lhe encontros concretos com a realidade prática de

cada dia, e propiciará ao Governo e aos particulares elementos sempre atuais que lhes norteiem os esforços. Um exemplo é a coleta de dados e a sua elaboração por computadores, ou seja, a criação da informática entre nós.

Acima de tudo, porém, entendo que a missão suprema desta Universidade, de todas as Universidades, não é preparar profissionais, nem pesquisadores, nem cientistas, nem técnicos, mas concluir a formação de verdadeiros cidadãos.

Que a minha palavra final não seja apenas de comovido reconhecimento a esta Universidade, mas, também, de profunda esperança em vós, nos vossos alunos e na ação conjugada de todos, para que o Brasil disponha dos instrumentos essenciais da ciência, da pesquisa, da técnica e, por igual, de homens cívica e espiritualmente dignos da sua pátria e do seu tempo.

EXEMPLO DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO ACELERADO

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO IGUAÇU, EM CURITIBA, A 25 DE MARÇO DE 1969, AGRADECENDO SAUDAÇÃO DO SENHOR PAULO PIMENTEL, GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ.

A autoridade inerente à Chefia do Governo — e de um Governo que, transitoriamente, está na contingência e no dever de levar essa autoridade um pouco além de seu limite normal — não me foi suficiente para evitar um momento como este. Lembrem-se todos de que, ao instalar o Governo Federal neste mesmo Palácio, declarei, ontem, que não vínhamos aqui senão para trabalhar, o que implicava a afirmação de estar fora do nosso programa qualquer tipo de atividade recreativa; encontramos-nos, entretanto, nesta belíssima festa, que nos enche o coração de alegria, a mim e a minha esposa, aos Ministros e a suas Excelentíssimas Senhoras.

Era impossível deixar de ceder à fidalguia do Governo deste Estado, que de repente abriu na intensidade exaustiva do nosso trabalho a clareira deste instante de paz, de repouso e de estímulo.

Não quero dar às minhas palavras o acento cerimonioso de um pronunciamento político — político no mais alto dos sentidos — como o que acaba de fazer o jovem e operoso Governador do Paraná.

Estamos contentes com o caráter próprio desta reunião, de alto gabarito social. Ficamos felizes com a iniciativa do Senhor Governador, proporcionando-nos esta trégua, brindando-nos com este momento balsâmico de alegria entre nossos afazeres, que não são poucos, de nossas amarguras, que não são pequenas, de nossos desestímulos, que freqüentemente são grandes.

A passagem pelo Estado do Paraná funciona para nós como um estímulo, porque aqui encontramos um povo que vive plenamente das possibilidades do Brasil. Um povo feliz. Um Estado que dá o exemplo do progresso, do desenvolvimento acelerado e consciente.

Se pudermos imprimir a todo o País o ritmo em que o Paraná vive o seu processo de desenvolvimento, será possível prever que, ainda neste século, o Brasil atingirá as culminâncias da liderança mundial.

Dizem que sou otimista. Mas, como não ser otimista, quando se observa o que estamos vendo aqui? Como ser pessimista, quando se vê um São Paulo já magnificamente desenvolvido; um Rio Grande do Sul que se afirma aos poucos, mas seguramente; uma Santa Catarina, cuja única preocupação, no momento, é não se deixar comprimir por dois Estados que se desenvolvem; e o Centro, o Norte, o Nordeste, cheios de esperanças e trabalhando, progredindo, sofrendo ainda, mas já convicto de que podem traduzir sua esperança, brevemente, numa expressão concreta de felicidade?

Não, não podemos ser pessimistas. Enquanto houver esperanças neste País e, sobretudo, enquanto houver a certeza de que trabalhamos para dar às novas gerações uma estrutura sólida para o seu desenvolvimento, estaremos seguros da exatidão do prognóstico feito, ainda há pouco, por um dos líderes da indústria norte-americana. Em Paris, aonde fora a negócios, foi essa personalidade abordada por uma revista especializada, que lhe perguntou qual o País que ameaçaria, a seu ver, mais proximamente, a economia dos Estados Unidos: a Alemanha ou o Japão? Respondeu ele, para surpresa do jornalista, o seguinte: «Não estamos preocupados com nenhum desses dois países. O que nos preocupa são os países destinados à liderança mundial, no futuro: Canadá e Brasil.»

Eis porque sou otimista. A visão do Paraná bastaria para confirmar a afirmação desse observador estrangeiro a para fortalecer a nossa própria convicção.

Senhor Governador,

Esta festa, para nós, é um bálsamo. Meus Ministros e Excelentíssimas Senhoras aí estão sorrindo, porque aqui se respira um ar de animação e confiança. Desejo dizer, daqui deste Estado, que todos os Estados da Federação podem confiar no Governo Central. Estamos trabalhando para eles, porque estamos trabalhando para o Brasil, que amanhã será verdadeiramente grande, sem qualquer dúvida.

Muito obrigado por esses momentos felizes que nos estão sendo proporcionados.

(O GOVERNO FEDERAL NO PARANÁ)

Nos municípios, a base da estrutura administrativa do País

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO IGUAÇU, EM CURITIBA, A 26 DE MARÇO DE 1969, EM AUDIÊNCIA CONCEDIDA A 288 PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ E DEPOIS DE RECEBER AS REIVINDICAÇÕES DAS RESPECTIVAS COMUNIDADES, APRESENTADAS PELO SR. CIRO MARTINS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS.

Quero dizer da minha satisfação, do meu reconhecimento pela presença dos Senhores neste Palácio, no momento em que aqui se instala o Governo Federal. Dou especial apreço a esta reunião, porque ela comprova que meu governo tem dado o melhor de sua atenção aos municípios. E isso por reconhecermos que a base da estrutura administrativa do País está nos municípios, células da nacionalidade.

Foi assim pensando que a Revolução criou uma nova modalidade de atendimento às comunas, através da instituição do Fundo de Participação dos Municípios. É bem verdade que agora tivemos que alterar um pouco essa legislação, para atender à situação do País. Mas, os Senhores não desconhecem que o Brasil que encontramos estava com um «deficit» arrasador. Impunha-se, portanto, que todo o País colaborasse com a Revolução. Por isso, fomos forçados a pedir aos Senhores essa cota de sacrifício, para que pudéssemos equilibrar o orçamento da República.

Sabem todos que a Revolução encontrou o Brasil esfrangalhado, administrativa e economicamente. Com calma e muita ponderação, estamos conseguindo conter o processo inflacionário, pois não poderíamos cortar abruptamente as despesas, sob pena de estagnar o País. Por isso preferimos optar por um controle gradual da inflação, o qual vem sendo executado com grande êxito.

O Brasil apresenta um índice de crescimento demográfico à razão de dois milhões e quinhentos mil nascimentos por ano. Isso significa que, anualmente, precisamos criar um mínimo de um milhão de

novos empregos. E o Governo se vê obrigado a tomar providências que assegurem a colocação a esse contingente populacional, dando-lhe condições para viver dignamente.

Os Senhores Prefeitos dos municípios precisam se compenetrar da grande missão que lhes está reservada no Governo da República, porque também fazem parte desse Governo. É mau hábito dos brasileiros pensar que o Governo é apenas o Presidente da República, o Executivo Federal. O mais modesto vereador, o mais modesto prefeito também é governo. (Salva de palmas).

A figura administrativa, política, econômica e social do País deve ser comparada a uma pirâmide, em cujo topo está assentada a cúpula federal. Mas, o que vale uma cúpula sem a base correspondente? E a base dessa pirâmide são os municípios.

É com entusiasmo, com verdadeiro orgulho que verifico que a grande maioria dos prefeitos e vereadores do Paraná é constituída de homens jovens, porque nós, que já ultrapassamos a barreira dos 60 anos de idade, não vamos ter o privilégio, pela ordem natural das coisas, de chegar ao ano 2000 e ver então um grande Brasil. Fixem bem este momento e, lá por volta de 1990, os Senhores haverão de dizer: «Aquele velho Marechal tinha razão. Esté País é um colosso. E nós colaboramos para isso».

Quero agradecer mais uma vez a presença dos Senhores, que conforta e anima os homens que sofrem, no dia-a-dia de seus gabinetes, amarguras, decepções, decepções, decepções, decepções e injustiças; homens que sofrem, sobretudo, por não fazerem tudo aquilo que queriam, mas somente aquilo que podem fazer. Mas tenho a certeza de que este povo bom e magnânimo, que é o brasileiro, levará este País à sua verdadeira grandeza no cenário mundial.

Concluo dizendo que aqui neste Estado não vemos o Brasil completo. Brasil completo é com o Norte e o Nordeste. É ali que está o Brasil do ano 2000. O Paraná é o Brasil atual, em pleno desenvolvimento. É necessário que nos lembremos dos homens do Nordeste, para que amanhã, integrado uniformemente, o Brasil se imponha como uma das maiores nações do Mundo.

(GOVERNO FEDERAL NO PARANÁ)

Consolidação e ampliação das relações brasileiro-paraguaias

DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO GENERAL ALFREDO STROESSNER, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, PROFERIDO EM FOZ DO IGUAÇU, A 27 DE MARÇO DE 1969, AO SER INAUGURADA A BR-277, A «RODOVIA DO ATLÂNTICO». (CURITIBA — FOZ DO IGUAÇU).

Senhor Presidente:

É com a maior satisfação que venho dar a Vossa Excelência os votos fraternais de boas-vindas, em nome do povo e do Governo do Brasil, profundamente honrado ao receber em nosso território a visita do Presidente da República do Paraguai.

A autenticidade dos sentimentos de que a nação brasileira me faz intérprete é acentuada pelo significado da presença de Vossa Excelência, neste local e nesta data, quando se completam quatro anos da inauguração da Ponte da Amizade, expressão concreta dos vínculos espirituais que unem paraguaios e brasileiros.

Hoje aqui estamos para a inauguração de outra obra igualmente expressiva — a BR-277 ou Rodovia do Atlântico — que complementa aquele empreendimento e nos permite dizer que as avenidas de Assunção estão abertas para o Oceano.

Juntamente com os entrepostos de depósito franco, estabelecidos em Pañanaguá e Encarnación, vemos traçado todo um sistema de integração física destinado a assinalar o início de nova e fecunda fase no intercâmbio sócio-econômico entre nossos Países.

São estes, entretanto, Senhor Presidente, apenas alguns dos frutos de uma larga política de cooperação, que há de consolidar-se e ampliar as relações brasileiro-paraguaias através de extenso rol de iniciativas nos mais diversos setores, e que se constitui na melhor maneira pela qual o Paraguai e o Brasil, ao programarem sua contribuição para o desenvolvimento da Bacia do Prata, podem dar cunho eminentemente construtivo à obra de integração, em cujos resultados deposi-

tam os povos de toda a área esperanças que não devem ser frustradas no futuro. Com esse exemplo de objetividade e entendimento, nossos Países estarão em condições de bem inspirar os trabalhos da próxima reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, em Brasília.

É justo e oportuno que neste belo e fértil vale do Rio Paraná, para onde convergem nossas nacionalidades, lembremos mais este traço caracterizador de nossas realizações. De fato, junto às águas do Acairá que já acionam as possantes turbinas de imponente usina hidrelétrica, como que vemos delinear-se o perfil de toda uma obra de cooperação, fundada no respeito mútuo da qual o nosso Continente e, talvez, os povos do Velho Mundo hão de haurir sugestões edificantes.

Não permitamos, porém, Senhor Presidente, que o júbilo com que nossos povos contemplam estes primeiros resultados eloqüentes de seu esforço conjunto possa desviá-lo da inabalável disposição de enfrentar e vencer as grandes tarefas que ainda continuarão a desafiar sua energia e capacidade de realização.

Longo e árduo é o caminho que teremos de percorrer, para proporcionar aos nossos Países as conquistas da ciência e da tecnologia modernas. Fundamental e inadiável é a tarefa de explorar proveitosamente os recursos abundantes que nos confiou a Natureza. Delicada e complexa é a missão de valorizar e aperfeiçoar as qualidades inatas do nosso elemento humano.

Senhor Presidente,

Diante da magnitude da obra que nos resta por empreender, muito nos conforta e orgulha, a nós brasileiros, saber que nessa fascinante jornada rumo ao futuro, tão rica em promessas como em dificuldades e surpresas, não nos faltará a companhia valorosa do heróico povo paraguaio.

DIFICULDADES SUPERADAS COM ABNEGAÇÃO, ENERGIA E HUMILDADE

DISCURSO PROFERIDO EM BRASÍLIA A 31 DE MARÇO DE 1969, EM REUNIÃO COM OS GOVERNADORES DE DIVERSOS ESTADOS E EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO DO SENHOR JOÃO AGRIPIÑO, GOVERNADOR DA PARAÍBA.

Meus Amigos:

Esta reunião tomou o caráter exato que desejei lhe dar, o caráter que todos nós desejaríamos que ela tivesse: uma palestra, uma troca de idéias entre homens sobre os quais está pesando o máximo de responsabilidade em relação aos destinos desta Nação.

Afirmou muito bem Luiz Viana, quando falou há pouco em nossa biblioteca, que os governadores nunca faltaram à Revolução. É verdade. Por isso mesmo, desejei reuni-los aqui, neste 31 de março, para dizer-lhes que o Governo da República reconhece esse fato. Repito: os governadores jamais falharam no apoio devido à Revolução.

Eu me permito, Senhores, embora sem qualquer esquema preestabelecido, fazer uma ligeira rememoração, um ligeiro retrospecto. Nossa Revolução foi preparada. Houve conspiração, não só no meio civil, mas principalmente no meio militar. Agora, quando estive no Paraná, recebendo as melhores e maiores manifestações de um povo digno e constituído de patriotas, à frente do qual se encontra esse jovem governador que é Paulo Pimentel, li numa faixa estas palavras: «Costa e Silva, artífice da Revolução».

Não, eu jamais quis esse título para mim. Do ponto-de-vista civil, muitos foram os artífices da Revolução. Entre eles se destacou o então Governador de Minas Gerais, nosso prezado Ministro Magalhães Pinto, que aqui se encontra neste momento. Mas, na área militar, houve um homem que percorreu o Brasil, de Sul a Norte, Leste a Oeste, conspirando, concitando os companheiros à deflagração de um movimento que, dia a dia, se fazia inevitável: foi o General Jaime Portela, então coronel, e que aqui também se encontra agora. Houve, portanto, preparação no meio militar como houve preparação no meio civil; como houve, sobretudo, preparação no meio do povo.

Todos os Senhores sabem que àquela altura já não havia mais como ficar, sequer, dentro de casa. Nem a própria dona-de-casa, porque o descalabro era tremendo, o País caminhava a grandes passos para a desgraça, para o caos, para a miséria.

Fez-se a Revolução. Mas muitos pensaram que apenas mudariam os homens e outros viriam tomar conta da Revolução. Mas não, Senhores! Esta Revolução não tem donos! Esta Revolução é do povo. Tem uma doutrina, uma filosofia, que há-de ser levada avante, custe o que custar. E nós encontramos, logo no dia 2 de abril, o apoio dos governadores. Lá no Palácio da Guerra, na noite do dia 2 para o dia 3, cerca de 10 ou 12 governadores, dentre os quais a única testemunha aqui presente é o Ministro Magalhães Pinto — foram levar ao Chefe evidente da Revolução e Comandante do Exército naquele momento, o Chefe do Comando Supremo da Revolução, uma solidariedade e um estímulo que nos fortaleceram o ânimo. Foram dizer, como agora diz João Agripino, que estavam em torno de nós, para o prosseguimento da obra revolucionária.

Como naquele dia ocorrera em Porto Alegre um incidente grave com o Brigadeiro Wanderley, somente à meia-noite pude ter contato com os governadores que me procuravam. Se não me engano, lá estavam: Correia da Costa, Ildo Meneghetti, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga, Mauro Borges e outros. E, se também não me engano, a intenção deles era oferecer ao comandante do Exército o Governo da República, talvez por questão política, possivelmente porque não viam com bons olhos que assumisse a Chefia do Governo o então Presidente da Câmara dos Deputados.

Expliquei-lhes porque não aceitaria a alta missão que me queriam atribuir: a meu ver, a Chefia do Governo não deveria caber a um militar da ativa, para que não acontecesse o que ocorrera no episódio da implantação da República e que degenerou na desavença entre Benjamin, Deodoro e Floriano. Eu preferia que fosse escolhido um homem público de grande envergadura. Quanto a mim, queria ficar à testa das forças armadas para evitar que a Revolução se diluísse dentro de dois ou três meses. O Ministro Magalhães Pinto tem liberdade para me corrigir, se estou exagerando ou desfigurando a verdade, porque ele o único testemunho presente (assentimento do Ministro Magalhães Pinto, com um movimento de cabeça).

Pois bem, insisti com eles que se procurasse um homem com aquelas características, para assumir a Chefia do Governo.

Nós não pretendíamos — disse-lhes — empolgar o Poder, muito menos fazer-nos ditadores. Houve diálogo um tanto violento, em torno disso, mas o fato é que os governadores dali saíram certos de que a Revolução não se acabaria rapidamente, como já havia acontecido em outras épocas. Lembrei 1930, quando um político hábil soube lançar tenentes por toda parte e desagregou o Exército, cujo comando só foi

retomado em 1935, quando os efeitos da intentona comunista permitiram ao General Eurico Dutra reassumir o controle do Exército e, conseqüentemente, das Forças Armadas, restabelecendo a hierarquia e a disciplina.

Desses ensinamentos, precisamos extrair uma lição: era absolutamente necessário que, desde o primeiro dia, as forças armadas se apresentassem como um bloco, para dar a quem quer que assumisse a chefia do Executivo oportunidade e condições de levar à concretização os princípios revolucionários.

Numa segunda fase, por incrível que pareça, fui procurado, assediado por homens de alta responsabilidade parlamentar, que passaram a falar em junta governativa, ou triunvirato. Após discussões que duravam 3 e 4 horas — todas elas gravadas e uma delas presenciada pelo meu grande amigo General Castello Branco — eu disse a um grande parlamentar que essa solução também não nos servia. Não poderíamos aceitar a idéia de um triunvirato, composto, como se propunha, de elementos do Congresso, das Forças Armadas e das Forças Governamentais, representadas pelos governadores. Castello interveio para dizer a esse parlamentar:

— Doutor, isso traumatizaria o povo brasileiro! Observei, então, que tal fórmula não vigorara em Roma, nem na revolução francesa. Triunvirato, não. Sempre houve um, haja vista o primeiro consul que acabou imperador por circunstâncias diferentes. E conclui:

— Não queiram criar esse problema para o Brasil. Vamos à procura de um Presidente.

Meus Senhores, depois de 8 dias de discussão, sem que se chegasse a qualquer resultado prático, tomamos a decisão do Ato Institucional nº 1. Com ele, conseguimos definir o que pretendia a Revolução. Ficou escrito que dentro de 24 horas seria eleito pelo Congresso um Presidente da República.

Dias depois — já não comparecendo o nosso Magalhães Pinto, representado pelo Dr. Alkmin; e já não comparecendo o Sr. Carlos Lacerda, representado por Juraci Magalhães — levaram os governadores ao então Ministro da Guerra ou, mais exatamente, ao Comandante em Chefe, o nome do General Humberto Castello Branco. Essa candidatura surgira no Palácio Guanabara, num conclave político. Eu disse aos governadores, que voltavam à minha presença:

— Apesar de meu ponto-de-vista, contrário à escolha de um militar da ativa, quero dizer aos Senhores que não poderia ter sido escolhido homem de mais alto gabarito.

Manifestaram eles a intenção de procurar imediatamente o General Castello, para dar o resultado da nossa conversa. Objetei que o General Castello não devia ser procurado no Palácio do Exército, porque ali não se tratava de política. Eles foram a Castello e ouviram o seguinte convite:

— Os Senhores devem ir à minha casa e lá conversaremos.

Isto, Senhores significa unidade de doutrina. Eu afirmara antes que Castello não os receberia, para tratar de política, em seu quartel-general — o Estado-Maior do Exército — e ele de fato não os recebeu.

Logo na primeira reunião com os governadores, dissera eu que pretendia ficar à frente das Forças Armadas, para estar em condições de, se porventura se desvirtuassem as finalidades da Revolução, «apagar tudo e fazer tudo de novo». Usei exatamente estas expressões.

Uma vez eleito, Castello Branco procurou-me para me dizer que desejava minha permanência no Ministério da Guerra. Perguntei pelo que faria em relação aos demais membros do comando revolucionário. Respondeu-me que não pretendia mantê-los, mas que de mim precisava.

Como Ministro da Guerra, percorri duas vezes o País, fui de quartel em quartel, pregando a unidade e a hierarquia. Castello, ao convidar-me para que permanecesse no Ministério, manifestou a intenção de assumir a Presidência na segunda-feira. Estávamos num sábado. Ponderei que havia uma segunda lista de cassações necessárias e que eu desejava poupar-lhe o sacrifício de assumir essa responsabilidade. Disse-lhe mais: eu gostaria que me fosse dada uma semana, para que, sob minha responsabilidade pessoal, se fizesse a limpeza conveniente, antes que assumisse o novo Chefe do Governo. Mas, havia razões políticas que nos levaram a acertar a posse para quarta-feira.

Não tardou que os políticos voltassem a tramar a destruição da Revolução. A certa altura, tentaram envolver-me para obter o meu concurso e derrubar o Presidente, de quem era eu amigo de cinquenta anos e a quem devia lealdade. Jamais o trairia. E, em vez de traí-lo, ajudei-o a romper o cerco. Foi editado, então, o Ato Institucional nº 2. O Governo desejava-o? Não, Senhores, o Ato Institucional nº 2 foi como que imposto pelos inimigos da Revolução, porque nós pressentimos o perigo e procuramos armar-nos para o combate vitorioso.

Assim armados, chegamos com uma Constituição nova ao 15 de março de 1967. A Revolução realizava a sua vocação, constitucionalizando-se. Começamos a governar e vencemos quase dois anos de dificuldades de toda natureza, procurando superá-las com abnegação, energia e humildade. Estavamos concentrados em nosso programa administrativo, convencidos, como ainda estamos, de que a verdadeira revolução significa progresso, bem-estar coletivo e desenvolvimento. Mas, os inimigos não desistiram e tornaram à carga, agora sob novas formas, impondo-nos a decisão de 13 de dezembro.

Continuamos a trabalhar, para dar a este País uma estrutura vigorosa. Quando a Revolução chegou ao Poder, não havia estrutura nem política, nem social, nem econômica. Estamos fazendo o trabalho

de estruturação, que levará a todas as suas conseqüências o nosso movimento revolucionário. Mas, sempre que houver ameaças do tipo das que tivemos de enfrentar duas vezes, a reação virá; e faremos, como já disse, novas revoluções dentro da Revolução, se necessário.

Quero repetir, entretanto, que a Revolução não tem dono. Ela é do povo e ao povo prestará contas. Quem não estiver trabalhando pelo bem do povo, não terá condições de vencer. Quem tiver, no Governo, outras ambições que não as ambições coletivas, não conseguirá manter-se.

Se amanhã vier para o meu lugar um homem que não tenha essa compreensão, e que traga para a Chefia do Executivo propósitos de ditador ou de líder carismático, asseguro-vos, Senhores, que será repudiado pelo povo e pelos que fizeram a Revolução em seu nome.

Agradeço aos Senhores a oportunidade deste encontro e as palavras de estímulo e apoio, proferidas através de João Agripino. Muito obrigado. Continuaremos a Revolução, para que nossos netos possam ver o Brasil que estamos começando a construir: o maior país do Mundo.

ASPECTOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, NO PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, RIO DE JANEIRO, ENTRE OS DIAS 31 DE MARÇO E 3 DE ABRIL DE 1969, EDITADA EM FOLHETO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DISTRIBUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL (COLEÇÃO ATUALIDADES BRASILEIRAS).

APRESENTAÇÃO

As quatro partes da entrevista presidencial, exibidas em cadeia nacional de televisão entre 31 de março e 3 de abril de 1969, estão aqui reunidas integralmente, acrescidas, tanto quanto possível, daquilo que o Presidente da República disse de improviso e que passou a ser uma extensão do texto, ora enriquecendo-o com informações novas, ora penetrando nele para melhor oferecer à compreensão do telespectador o essencial de cada assunto.

Faltam, naturalmente, alguns dos elementos que deram à longa entrevista de quatro horas, dividida em tapes de cerca de sessenta minutos cada um, o interesse especial despertado em todo o País: limitadas ao texto escrito, as respostas dadas às perguntas da Imprensa não puderam guardar, por exemplo, a espontaneidade que lhe imprimiram a voz do Presidente e seu modo particular de reduzir ao fundamental, e à simplicidade nuclear dos problemas expostos, as fórmulas e soluções que parecem complicadas em seu revestimento técnico.

O Museu da Imagem e do Som, do Estado da Guanabara, tomou a iniciativa de gravar e conservar em seus arquivos toda a entrevista, que poderá ser ouvida a qualquer momento por quem quer que se interesse, eventualmente, pela reconstituição da atmosfera psicológica em que ela decorreu e que seria impossível reproduzir no tipo de texto estabelecido para esta publicação.

O que se vai encontrar aqui é o documento puro, valioso subsídio para a história de um momento importante da evolução política e administrativa do País.

O Editor

A ENTREVISTA

Senhores Jornalistas:

Tomei a iniciativa deste encontro com os homens que manipulam as notícias e vivem nobremente delas, para comemorarmos juntos mais um aniversário da nossa Revolução. Digo «nossa,» porque pretendemos que ela continue a ganhar a consciência nacional, de tal modo que muito brevemente ninguém neste País, nem mesmo entre aqueles que hoje a combatem, duvidará de que o Movimento de 31 de Março de 1964 nasceu dos impulsos mais profundos da Nação brasileira, inconformada com a estagnação em que se encontrava e disposta a romper, com energia e rapidez, a barreira do subdesenvolvimento.

Mas digo «nossa Revolução» neste instante, sobretudo, porque ela foi obra também da Imprensa, que nos ajudou decisivamente na tarefa preliminar e importantíssima de esclarecer a opinião pública e despertá-la para os equívocos que muitas vezes a levaram a confundir anarquia com liberdade, e a tomar, em muitos casos, o estridor da demagogia irresponsável como expressão veemente da vontade de servir e realizar.

As perguntas que os Senhores me fizeram, e que aqui estão, devidamente meditadas, permitem que o Chefe do Governo alargue e aprofunde algumas das indicações mais significativas — oferecidas à Nação em minha Mensagem do último dia 15 — de que a Revolução caminha para atingir todas as suas metas, a primeira das quais é a valorização do esplêndido elemento humano de que dispomos para transformar o Brasil em um país verdadeiramente grande, seguro, feliz e respeitado.

Para isto, precisamos da cooperação de todos. Não excluo nenhum setor da opinião nacional do apelo — quase digo: da convocação — que ora faço, no sentido de uma integração patriótica e por isso mesmo alta, em favor do desenvolvimento do Brasil, da paz e do bem-estar dos brasileiros.

Precisamos triunfar da pobreza. E o triunfo — repetamos um dos lemas olímpicos — *o triunfo é trabalho de todos*.

Vamos começar.

Pergunta — (O Globo) — Algumas dificuldades diplomáticas foram criadas após o 13 de dezembro. Terá o Governo conseguido superá-las? Total ou parcialmente, em caso de resposta afirmativa?

Resposta — O 13 de dezembro assinala um evento político de características exclusivamente internas. Em consequência, não vejo como se poderiam criar dificuldades diplomáticas. Mantemos hoje, com todos os países amigos, as mesmas relações cordiais e de respeito mútuo que mantínhamos anteriormente àquela data.

Pergunta — (Última Hora) — Como encara Vossa Excelência as perspectivas da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos? Que problemas deverão figurar na agenda das conversações com o enviado especial do Presidente Nixon, Governador Rockefeller?

Resposta — Sempre considere essas perspectivas com o maior interesse. A próxima visita do Governador Nelson Rockefeller será naturalmente uma boa oportunidade para explorar novas formas de cooperação entre os dois países. Não existe propriamente uma agenda para as conversações. O ilustre visitante dispõe de ampla liberdade para desincumbir-se plenamente da missão que lhe foi confiada pelo Presidente Nixon.

Nada melhor definiria a missão Rockefeller do que estas palavras textuais, proferidas em Washington pelo Presidente Nixon:

«Por acreditar profundamente na importância das relações especiais existentes entre os Estados Unidos e as demais repúblicas americanas, tenho o prazer de anunciar hoje que o Governador Nelson Rockefeller empreenderá uma missão presidencial, a fim de verificar os pontos-de-vista dos dirigentes das nações latino americanas.

O objetivo dessa missão presidencial é ouvir os dirigentes, realizando com eles consultas referentes ao desenvolvimento de objetivos comuns e dos programas conjuntos de ação, que irão fortalecer a unidade do Hemisfério Ocidental e acelerar seu desenvolvimento econômico e social.

Desejo salientar — disse ainda o Presidente Nixon — que as viagens do governador serão viagens de trabalho, e não visitas de cerimônia. O Governador Rockefeller visitará cada país a fim de ouvir os dirigentes latino-americanos, recolhendo seus pontos-de-vista e opiniões.»

Pergunta — (Manchete) — Teve o Governo brasileiro algum sintoma de mudança da política norte-americana em relação à América Latina, depois da posse do Presidente Richard Nixon?

Resposta — A designação do Governador Nelson Rockefeller, a que nos referimos anteriormente, para entrar em contato com representantes de governos latino-americanos, revela, por si, que o Presidente Nixon mantém em relação à América Latina o mesmo interesse e as mesmas inclinações amistosas que foram de seus mais eminentes predecessores na Casa Branca. Evidentemente, poderá haver mudanças, porque a própria dinâmica das relações interamericanas não aconselharia atitudes de mera expectativa. Ao contrário, impõe-se o constante reexame dessas relações, a fim de aprimorá-las cada vez mais.

Pergunta — (Manchete) — As contendas entre os Estados Unidos, de um lado, Peru e Equador, de outro, sobre a fixação do limite das águas territoriais levaria o Governo brasileiro a um reexame de nossas fronteiras marítimas?

Resposta — São problemas que pertencem ao âmbito das relações bilaterais desses países. Qualquer decisão sobre fixação do Limite das águas territoriais brasileiras configura um ato de soberania. Nossa orientação a respeito será adotada tendo em vista os interesses nacionais e os deveres do Brasil como membro da comunidade internacional.

Deste ponto-de-vista, o Brasil atua com a preocupação de contribuir para a unidade do Continente. Um dos principais comentaristas da imprensa norte-americana percebeu isto muito bem, quando assinou recentemente, no «New York Times», que o nosso País «tem atuado em silêncio nos últimos dias, para poupar embaraços aos Estados Unidos numa reunião econômica da América Latina, programada para 31 de março em Santiago». O articulista põe em foco, em última análise, a maturidade da diplomacia brasileira, observando que (palavras textuais) «a decisão do Presidente norte-americano de enviar o Governador Rockefeller à América Latina incentivou o Brasil a propor aos latino-americanos que se juntassem para apresentar idéias a respeito. Após aceita a proposta, tendo o Chile oferecido sua Capital como sede da reunião, aumentou a tensão entre os Estados Unidos e o Governo do Peru».

A sugestão brasileira, no sentido de que se adiasse a reunião para momento mais propício, contribuiu para aliviar as tensões e já foi apoiada pela maioria dos países do Hemisfério.

Isto é tudo o que pode ser dito pelo Presidente do Brasil, em resposta à pergunta da revista «Manchete».

Pergunta — (*Agência EFE*) — Estima o Senhor Presidente que o reequipamento bélico empreendido pelo Governo Argentino traria perigo ao equilíbrio existente no Hemisfério Sul?

Resposta — As Forças Armadas de qualquer país, para estarem em condições de bem cumprir o importante papel que lhes cabe no quadro da segurança nacional, devem manter-se devidamente atualizadas na sua doutrina, no seu adestramento e no seu armamento e material. Na América do Sul não foi possível, com oportunidade desejada, realizar-se a modernização do armamento e do material de que careciam as Forças Armadas para enfrentar, de forma adequada, as modernas formas de agressão armada. Assim, não nos parece lógico classificar-se como corrida armamentista ou desejo de rompimento de pretensão equilíbrio armamentista existente no Hemisfério Sul, o justo anseio de países irmãos de tratar da modernização de suas Forças Armadas, tendo em vista mantê-las militarmente preparadas para cumprir sua destinação constitucional. Essa modernização, por certo, está voltada para a salvaguarda da segurança externa e interna da Pátria e não para o possível desenvolvimento de guerra de conquista.

Pergunta — (O Dia) — No conjunto das medidas destinadas a conter o processo inflacionário, o Governo situou a política de salários como um dos pontos de maior importância. Perguntamos ao Senhor Presidente da República se o vigente disciplinamento de salários pode ser considerado como um fator essencial de contenção da espiral inflacionária e se existe possibilidade de liberalização dos sistemas em vigor?

Resposta — Os salários atuam por si mesmos, como causa de inflação, quando aumentados desordenadamente, para atender às pressões sindicais ou eleitoreiras. O Governo revolucionário, corajosamente, adotou uma política salarial antiinflacionária, que, impedindo os aumentos «generosos,» proporciona incrementos salariais justos e faz os trabalhadores, através da produtividade, participarem dos frutos das empresas. Como tal, essa política é essencial à contenção da pressão inflacionária. «Liberalizá-la» seria reconduzir o Brasil à aventura salarial e à irresponsabilidade.

Pergunta — (Última Hora) — O Brasil tenta, no momento, estabelecer uma política de fretes marítimos nas linhas de longo curso que vise a dar-nos, pelo menos, 80 por cento do transporte de mercadorias entre as várias nações que conosco comerciam. Poderia Vossa Excelência enumerar quais as nações com que o Brasil já estabeleceu esse tipo de convênio e quais as perspectivas para o futuro? Há, ou houve, reações internacionais ao estabelecimento dessa política de fretes por parte de nosso País?

Resposta — O Brasil já estabeleceu as linhas mestras de sua política de fretes. Mais precisamente, firmou acordos de tráfego com os países da península escandinava, com os Estados Unidos, Europa e Extremo Oriente. Na realidade, esses acordos só se tornaram possíveis através de atitudes irreversíveis. Houve, efetivamente, a partir da Resolução nº 2.995/67, da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, dispondo sobre o tráfego marítimo entre o Brasil e os demais países, protestos sob a alegação de que teria havido violação do princípio de liberdade dos mares. Grupos de armadores das chamadas terceiras bandeiras se manifestaram de forma agressiva.

Entretanto, vencidos tais obstáculos, a política de fretes continua a ser mantida com a mesma determinação. Alguns dos seus resultados podem ser resumidos da seguinte forma:

Tráfego Brasil — Escandinávia: inteiramente livre para os cargueiros brasileiros, sem restrição de qualquer espécie.

Tráfego Escandinávia — Brasil: Divisão igual, ou seja, 50% das cargas. Em alguns casos 100% nas cargas governamentais.

Tráfego Brasil — Estados Unidos: 65% às bandeiras nacionais, isto é, Brasil — Estados Unidos, aumentando para 80% em dez anos. Os restantes 35% iniciais, reduzidos para 20% em dez anos, divididos entre os armadores das terceiras bandeiras.

Tráfego Brasil — Europa: O Brasil tem 50% da carga no sentido sul e 32,5% no sentido norte, aumentando para 40% no prazo de dez anos.

Interessante assinalar a maior repercussão nas publicações especializadas do Exterior do que, propriamente, das nossas. «The Economist» e «Die Zeit» se referiram de forma veemente ao fato de que o Brasil já possui legislação apropriada, enquanto seus países ainda não pensaram nisso.

Os fretes provenientes desses acordos — que, em 1968, já renderam ao Brasil nada menos que 150 milhões de dólares — chegarão, certamente, aos 200 milhões este ano, o que representa expressiva vitória da atual política de fretes, mormente se considerarmos estas cifras, comparando-as com as de antes da adoção de tal política quando ao Brasil cabiam apenas 50 milhões de dólares.

Quando me refiro a países, não aludo a seus governos, muito menos a seus povos, mas a empresas e grupos que lutaram e ainda lutam, duramente, para manter o Brasil afastado do negócio dos fretes, que é o segundo maior negócio do Mundo, depois do petróleo.

Com esses grupos e essas empresas, travamos uma longa, silenciosa e áspera batalha, desde os primeiros dias de meu governo. Enfrentamos, inclusive, o «jogo sujo», como eles próprios chamam e do qual se valeram para quebrar-nos o ânimo e levar-nos a desistir daquilo a que tínhamos direito e ficou sem defesa durante muitas décadas.

Um dia, ainda no começo da batalha, o Ministro Mário Andreazza procurou-me para comunicar que um país escandinavo estava decidido a não deixar atracar em seus portos um navio brasileiro que para lá se dirigia, levando carga. Alegava-se que a História não registrava exemplo de navio mercante, conduzindo a bandeira do Brasil, haver entrado em qualquer porto desse País.

Perguntei ao Ministro dos Transportes:

— E há algum navio deles viajando para o Brasil?

— Há dois, respondeu-me.

— Então mande dizer que nenhum dos dois atracará também em porto brasileiro. Vamos mudar a história!

Resultado: veio um emissário discutir conosco o assunto, nosso navio atracou lá e os deles estão atracando aqui.

Eu precisaria de muitas horas para falar de nossa política de fretes e dos esforços que tivemos de fazer para impor o reconhecimento de nossos direitos e interesses legítimos, correndo, inclusive, os riscos de «jogo sujo» realizado contra nós. Os interessados no negócio dos fretes, na medida em que se ampliavam nossas perspectivas de vitória, chegaram a financiar campanhas de difamação contra o Ministro Andreazza e imprimiram folhetos, que foram distribuídos principalmente

nos quartéis, nos quais o Ministro dos Transportes era apresentado, mentirosamente, como corrupto, proprietário de edifícios de apartamentos.

Tudo isto fez parte da batalha dos fretes e do tributo que pagamos para defender, corajosamente e sem descanso, os interesses de nosso País. Mas estamos vencendo.

Pergunta — (Rádio Jornal do Brasil) — Após a experiência com a Constituição de 1967, como vê Vossa Excelência a tese favorável a uma nova Constituição? Poderia uma nova Carta solucionar a crise política, atendendo, ao mesmo tempo, aos ideais revolucionários?

Resposta — A Constituição de 24 de janeiro de 1967, como se lê no preâmbulo do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, deveria ter por finalidade institucionalizar os ideais e princípios da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, e assegurar a continuidade da obra revolucionária.

Acontece, porém, que, após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o Presidente da República, no interesse da Nação, do Povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que introduziu modificações na Constituição de 24 de janeiro de 1967, visando, ainda, com atos posteriores, a criar um clima capaz de manter, em caráter duradouro, os objetivos da Revolução brasileira entre os quais se encontram a reconstrução política, social e econômica do País, mantendo a ordem interna, impulsionando o desenvolvimento e reafirmando o prestígio internacional do Brasil, como Nação autenticamente democrática.

Sustentei sempre que a Constituição só seria modificada se os fatos a isto me conduzissem. E, mais cedo do que julgava, o inevitável aconteceu, impondo-me, como Chefe-de-Estado, uma decisão suprema que jamais julgara necessária. Faltaria, porém, a meu dever para com a Nação e o povo brasileiro se não o fizesse. E pelos atos que estou praticando, com consciência e desprendimento, respondo perante o povo, porque o faço em seu benefício e para o bem do Brasil.

Uma coisa, no entanto, é certa. A Constituição há de ser o instrumento de institucionalização dos ideais e princípios da Revolução, que assegure a continuidade da obra revolucionária, que não permita, jamais, retornem ao cenário político os seus adversários, ostensivos ou ocultos, e os que, no desempenho de cargos públicos ou de mandatos eletivos, se servirem do País, em vez de o servirem.

E com essa Constituição o País encontrará o que todos desejamos.

Pergunta — (Última Hora) — Acha Vossa Excelência necessária, em face dos acontecimentos, uma reforma completa da Constituição? Pretende submeter essa reforma ao Congresso?

Resposta — Ainda é cedo para fixar os limites da reforma, que não creio, entretanto, precise chegar a todos os capítulos da Constituição. É claro que vamos submetê-la ao Poder Legislativo. O Congresso não foi suprimido, mas encontra-se apenas em recesso, nos termos do Ato Complementar nº 38.

Pergunta — (Última Hora) — Pretende o Governo oferecer garantias à Oposição, para que ela possa exercer o seu papel na mecânica do sistema democrático, sem risco de ser considerada subversiva?

Resposta — Respondo afirmativamente e acrescento que a Oposição nunca faltaram garantias para o exercício de seu papel, que reputo indispensável ao que o Senhor chama «a mecânica do sistema democrático».

Pergunta — (Última Hora) — Por que as autoridades federais têm preferido aplicar a jornalistas a Lei de Segurança e não a Lei de Imprensa?

Resposta — A esta pergunta, como Chefe do Poder Executivo, não me compete responder. Os órgãos próprios do Poder Judiciário é que têm decidido e continuarão a decidir a esse respeito.

Pergunta — (Diário de Notícias) — Qual o aumento do rendimento por hectare de superfície cultivada em 1968?

Resposta — Como a pergunta não especifica os tipos de cultura, fica impossível tirar a média de rendimento, em face da diversificação existente e das peculiaridades de cada produto. Enumero, entretanto, os principais resultados alcançados, que julgo da maior importância para o aumento da produção que obtivemos em 1968: *Trigo* — O rendimento por hectare passou de 721 quilos em 1967 para 903 em 1968, representando 25,2 por cento a mais; *Arroz* — Passou de 1.202 quilos em 1967 para 1.278 em 1968, o que representa aumento de 18,9 por cento; *Milho* — Passou de 1.358 quilos em 1967 para 1.615 em 1968, aumento de 6,3 por cento; *Soja* — Em 1967 foram produzidos 735 quilos e em 1968 a produção aumentou para 996 quilos: aumento de 32,6 por cento, e *Algodão* — De 1.139 quilos em 1967, passou para 1.297 em 1968: crescimento de 13,8 por cento. A produtividade do abacaxi aumentou em mais de 400 por cento por hectare, com rendimento proporcional na venda do produto.

Pergunta — (Rádio Jornal do Brasil) — O Programa Estratégico de Desenvolvimento dá grande ênfase ao aperfeiçoamento da Educação Primária e à erradicação do analfabetismo. Chega mesmo a propor a realização de uma «Operação-Escola» a partir de 1969. Não obstante, iniciado o ano letivo, o problema de vagas no primário subsiste. Só em poucos centros urbanos se consegue dar cumprimento ao

dispositivo constitucional que prevê a obrigatoriedade do ensino primário para os brasileiros dos 7 aos 14 anos. A par desta situação, não há senão alguns movimentos isolados cuidando da alfabetização de adultos. Que medidas pretende tomar o governo de Vossa Excelência em relação a tais problemas?

Resposta — As medidas tomadas pelo Governo Federal para atender à obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos de idade estão consubstanciadas na Operação-Escola — projeto prioritário, no setor da Educação, do Programa Estratégico de Desenvolvimento.

A meta geral da Operação-Escola é a elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento da produtividade do ensino primário.

No que se refere ao problema de vagas, quase todos os Estados já escolheram as áreas nas quais se cumprirá a obrigatoriedade escolar a partir de 1969. Foram feitos os levantamentos estatísticos básicos e estão sendo tomadas as medidas iniciais para o atendimento a todas as crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Várias unidades federais já elaboraram, mesmo, o decreto de obrigatoriedade escolar nas áreas por elas selecionadas.

É preciso assinalar que, segundo a Constituição Federal, cabe aos Estados e ao Distrito Federal a organização de seus próprios sistemas de ensino. Sem embargo, tendo ampliado sua ação supletiva, o Governo Federal destinou para 1969 uma verba de 131 milhões, 124 mil e 900 cruzeiros novos para o ensino primário.

Os Estados recebem, ainda, do Governo Federal assistência técnica, visando à melhor adaptação dos programas às necessidades sociais e econômicas; à diminuição do caráter seletivo da escola; pela reforma dos padrões de promoção; à formulação de *staffs*, ao aperfeiçoamento do magistério, medidas previstas na reformulação da educação primária, a cargo do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Em resumo, as medidas que cabem ao Governo Federal para a elevação do nível de atendimento do ensino primário já foram tomadas e estão em fase de execução.

Pergunta — (*Associados*) — Há milhões de jovens brasileiros sem acesso às escolas, condenados às trevas do analfabetismo e, portanto, incapacitados de desfrutar os privilégios de uma vida digna. Quando pensa Vossa Excelência que esse fator negativo será removido do quadro sócio-econômico do Brasil?

Resposta — O problema do analfabetismo em nosso País foi, infelizmente, durante muito tempo, fruto de desídia dos mais variados setores públicos, e, também — por que não dizer? — da própria comunidade. Diversas experiências têm sido tentadas, a partir de 1947, mas sem firmeza. Agora, estamos decididos a trabalhar sem descanso nesse setor. Temos 23 milhões de patricios que ainda não sabem ler,

escrever e contar. Precisamos, o quanto antes, integrar essa massa no processo nacional de desenvolvimento. Para tanto, algumas providências foram tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Entre elas, duas avultam pelo volume que atingirão a curto prazo: a institucionalização da Operação-Escola, nas capitais de Estados ou em cidades de maior densidade demográfica, nas quais a população de 7 a 14 anos será totalmente escolarizada, e para os maiores de 14 anos o Governo decidiu criar a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, que começa agora a dar seus primeiros passos. Esta entidade agirá com métodos pedagógicos novos, de caráter funcional, conforme experiências já testadas pela UNESCO em alguns países. Deveremos situar os analfabetos em faixas prioritárias, de modo a que eles se possam integrar no esquema produtivo da economia brasileira. Para realizar estes planos, o Governo não medirá esforços. Não faremos nada sem ordem, sem planejamento, sem racionalização. Os dispêndios serão feitos à luz das necessidades e dentro dos padrões mais modernos do processo educacional, usando-se as últimas conquistas no terreno dos audiovisuais e treinamento e aperfeiçoamento do magistério. Para chegarmos a resultados razoáveis, esperamos poder contar com a cooperação permanente dos Governos Estaduais, das Prefeituras, das comunidades religiosas, das associações civis e de todos os cidadãos.

Neste momento, o Ministro da Educação e Cultura concentra todo o seu trabalho na busca dos elementos que configurem uma solução apropriada para o problema. Ademais, o Governo vem fornecendo aos Estados e Municípios recursos vultosos, através de convênios firmados justamente para a construção de novas salas de aulas, ampliação de estabelecimento de ensino já existentes e aprimoramento profissional dos mestres.

Nestes dois anos de Governo, já conseguimos avançar muito nessa área, que tem sempre seus resultados conhecidos a médio e a longo prazos.

Pergunta — (A Notícia) — A Reforma Universitária a que se dedicou o Governo de Vossa Excelência vem reabrir novos horizontes para a formação de técnicos e profissionais liberais de nível superior. Daí perguntamos a Vossa Excelência se é de esperar que medidas de tão alta importância venham a ser praticadas no mesmo grau de magnitude em relação à formação de mão-de-obra especializada para os diversos setores da produção nas cidades e nos campos.

Resposta — A preparação de mão-de-obra especializada tem sido uma das faixas de alta prioridade na estratégia do desenvolvimento. Nos dois últimos anos, através da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, foram preparados 11.530 trabalhadores visando ao atendimento da crescente demanda de pessoal quali-

ficado para os mais variados campos da indústria nacional. Para o presente ano, o treinamento deverá atingir a 78.443 operários em todos os Estados.

Além disso, o Governo está modernizando o parque mecânico de 88 escolas técnicas e industriais, entre oficiais e da iniciativa privada, em projetos baseados em financiamento externo, por meio de convênios com mais de dez países, entre europeus do Leste e do Oeste e os Estados Unidos da América. O valor de tais documentos é superior a cinquenta milhões de cruzeiros novos. Grande parte desses equipamentos já foi desembarcada em vários portos nacionais nos últimos meses.

No ensino secundário, o Ministério da Educação e Cultura tem pronto para ser desfechado o seu programa de ginásios orientados para o trabalho, baseados em oficinas para técnicas agrícolas, artes industriais e técnicas comerciais. No ensino comercial, a profissionalização na escola é feita pelo sistema das classes-empresas, cujos resultados vêm sendo positivos. No ensino agrícola, com a incorporação do setor ao Ministério da Educação e Cultura, uma nova linha de planejamento está sendo traçada para 14 colégios e 12 ginásios agrícolas. Dezesete antigos colégios foram transferidos para Universidades. O ensino de Economia Doméstica tem sete escolas. Em Urutaí, no Estado de Goiás, o Ginásio Agrícola foi transformado em Centro de Preparação da Mão-de-Obra Qualificada em Pecuária, a partir de 1967.

Pergunta — (Diário de Notícias) — Qual o aumento efetivo de matrículas concedidas neste ano letivo nas escolas superiores do País, em geral, e no Rio, em particular?

Resposta — O aumento do efetivo de matrículas no ensino superior é um dos pontos mais positivos do Governo nesses dois anos de ação. Quando assumi a Presidência da República, em 15 de março de 1967, o total de universitários brasileiros não passava de 180.109, matriculados em escolas espalhadas por todo o País. No ano letivo de 1968, esse total passava a 212.882 alunos. Ao final do mesmo ano, com o aproveitamento de excedentes e a abertura de novas escolas, quase todas voltadas para setores prioritários do nosso desenvolvimento, ia a 282.830. Para este ano letivo, o Grupo de Trabalho que estudou o assunto, no Ministério da Educação e Cultura, admitiu o mínimo de cento e dez mil novas matrículas na primeira série dos diversos cursos em funcionamento. Para que isto sucedesse, só no ano passado foram criadas e autorizadas a funcionar, pelo Conselho Federal de Educação, 70 novas unidades de ensino superior, dentre as quais tiveram maior número as dedicadas à Engenharia, Medicina e Filosofia.

Desta sorte, com os vestibulares que ainda estão sendo realizados em vários pontos do País, além do aproveitamento de um contingente de candidatos considerados excedentes, no corrente ano letivo deveremos dobrar o total de universitários em relação ao ano em que inicia-

mos o Governo. Este esforço vem comprovar, mais uma vez, que a atual Administração se acha voltada, do modo mais sério, para a qualificação do homem brasileiro.

Pergunta — (Última Hora) — Uma Junta de arbitragem internacional tenta resolver o impasse criado entre o Brasil e os Estados Unidos, no tocante à venda de café solúvel brasileiro no mercado interno daquele País. Vossa Excelência poderia informar qual seria a posição brasileira no caso, e que instruções leva o representante brasileiro naquela Junta. O Brasil concordaria com a criação de uma sobretaxa para, segundo os norte-americanos, permitir que o café solúvel produzido por eles possa concorrer em igualdade de condições com o nosso que é vendido nos Estados Unidos?

Resposta — A Junta Arbitral estabelecida de acordo com o art. 44 do Convênio Internacional de Café encerrou os seus trabalhos a 28 de fevereiro último. O Governo brasileiro recebeu os votos dos três árbitros designados e está examinando as medidas a adotar em decorrência dos mesmos.

O assunto está sendo estudado pelos Ministros da Indústria e do Comércio, Exterior e Fazenda.

Pergunta — (Fatos e Fotos) — Tem o Governo idéia de como vai o plano de absorção, pela indústria nacional, dos jovens recém-formados por nossas Universidades?

Resposta — A criação de novos empregos qualificados decorre do processo de desenvolvimento econômico, em que se empenha o Governo através da execução do Plano Estratégico. Com o crescimento, em 1968, do produto industrial, em cerca de 14%, é evidente que novas oportunidades de emprego foram criadas. O ritmo de expansão do setor, em 1969, permite admitir que a indústria nacional absorverá de forma crescente os engenheiros, economistas e técnicos em geral, saídos de nossas universidades.

Agora mesmo admitimos no setor da energia elétrica: 70 técnicos de nível superior; 80 auxiliares técnicos; e 30 auxiliares administrativos. No setor de pesquisas minerais: cerca de 400 geólogos, recém-saídos das academias.

Pergunta — (O Globo) — É sabido que o Governo se mostra otimista, em relação ao futuro próximo, quanto ao Setor Econômico. Poderia Vossa Excelência enumerar os itens principais em que se apóia esse otimismo?

Resposta — A estratégia adotada para o desenvolvimento fundamenta o crescimento não mais exclusivamente na substituição de importações, que caracterizou a etapa anterior, mas na aceleração do desenvolvimento de um conjunto de setores dinâmicos, a saber:

1) Consolidação das indústrias básicas (indústria de bens de capital, siderurgia, metais não-ferrosos, indústria química e mineração de ferro) e reorganização das indústrias tradicionais;

2) aumento da produtividade agrícola e modernização do sistema de abastecimento;

3) fortalecimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, e

4) fortalecimento da infra-estrutura social, notadamente no tocante à educação e habitação.

Os resultados obtidos em 1968 mostram o acerto das medidas postas em prática, que resultaram na maior taxa de crescimento dos últimos sete anos, estimada em 6,5%; no mais elevado nível de emprego industrial — acréscimo de 14% em relação a 1967; em expressiva taxa de desenvolvimento industrial, entre 12 a 15% — e no mais alto nível de exportações jamais alcançados pelo País, no total de US\$ 1.890 milhões.

O aumento das exportações corresponde a 14,3% em relação a 1967. O *superavit* do balanço de pagamentos, associado ao comportamento favorável da conta de capital, permitiu uma elevação de US\$ 100 milhões nas reservas externas, que atingiram o nível de US\$ 680 milhões. A tendência ascendente revelada pelos indicadores de conjuntura, com o nível de atividade econômica, atingindo setorialmente taxas elevadas de crescimento, indica perspectiva bastante favorável para o ano de 1969.

Nosso otimismo corresponde à expectativa externa, em relação ao futuro do Brasil, como potência de primeira grandeza, e ao que estamos fazendo para levá-lo a esse destino certo. Agora mesmo, um dos cronistas mais lidos e conceituados da imprensa carioca publica uma nota sobre entrevista que alta personalidade da indústria norte-americana concedeu à revista francesa «Valoir». A essa personalidade, perguntou a revista: «Quem ameaça mais diretamente a economia dos Estados Unidos: a Alemanha ou o Japão?» A resposta foi esta: «Nossa preocupação maior é em relação aos países destinados à liderança mundial, no futuro: o Canadá e o Brasil.»

Pergunta — (Tribuna da Imprensa) — Depois do Ato nº 5, alguns setores do Governo se empenham em uma polêmica rumorosa sobre o lucro, seus limites, seu conceito social, sua legitimidade. Terá ocorrido ao Presidente Costa e Silva que seu governo caminha para inacreditável mas visível contradição, praticando uma espécie de socialismo no plano interno, mas estimulando, permitindo e consolidando a mais ruinosa forma de imperialismo no plano externo?

Aparentemente, essa política no plano interno pode trazer resultados ou até aplausos ao Governo. Mas, por que não executá-la tam-

bém no plano externo, quando, aí sim, traria extraordinários benefícios ao País? Ou em outras palavras: se o Governo limita o lucro dos industriais brasileiros, por que deixa os diversos grupos estrangeiros, mais soltos do que nunca, obtendo lucros em cima de lucros, e com a agravante de serem lucros produzidos sem o menor investimento de capital?

Resposta — Numa economia de mercado, como a brasileira, o lucro constitui simultaneamente o indicador que dirige os investimentos privados e uma parcela importante daquela renda que é destinada a aumentar a capacidade de produção. Nessas condições, a posição do Governo consiste, simplesmente, em reconhecer o papel fundamental que o lucro desempenha no funcionamento da economia, embora, em algumas situações excepcionais, tenha de intervir de modo a preservar, exatamente o bom funcionamento do sistema. Não é outro o sentido de recentes medidas de política fiscal, estimulando de forma positiva a reinversão de lucros no processo produtivo, facilitando a dinamização dos investimentos, o aumento do emprego e, enfim, dos níveis de bem-estar da coletividade. Contudo, em alguns casos em que os lucros não representam o papel que lhes cabe, seja na orientação de novos investimentos, seja na formação de excedentes para investimentos, como em alguns casos de formação de quase monopólio, é necessário tomar algumas medidas restritivas. Mesmo assim, a forma pela qual tais medidas têm sido tomadas não limita propriamente a margem de lucros dos empresários em geral, ou dos empresários nacionais em particular, mas apenas atinge um setor limitado da produção que, eventualmente, esteja operando em condições de monopólio, nas quais o mercado não apresenta, por si mesmo, condições de reagir.

É típico da orientação do Governo, neste particular, o procedimento adotado no caso famoso da IOS (*Investor Overseas Services*). Cerca de quatro mil cidadãos brasileiros e estrangeiros radicados no País investiram clandestinamente milhões de dólares. Com a ação inflexível do Governo, foi possível apurar que eram feitas remessas de dólares, ilegalmente, para o estrangeiro em detrimento de nossas reservas monetárias e dos interesses do Tesouro Nacional.

Decidimos mandar publicar no *Diário Oficial* uma relação parcial dos investidores, declarando-os inidôneos; e anistiar aqueles que, voluntariamente, comparecessem ao órgão arrecadador e:

— pagassem o imposto de renda, selo e multa relativos à apólice de seguros;

— investissem os dólares refaturados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro.

A maioria dos investidores ainda não se apresentou. Mas já foram obtidos os seguintes resultados:

1. atenderam, voluntariamente, 1.569 pessoas, que tiveram, em consequência, regularizada sua situação;

2. foram adquiridas 59.372 Obrigações Reajustáveis, as quais, somadas aos depósitos vinculados, ultrapassam a quantia de 4,5 milhões de cruzeiros novos.

Eis como procede o Governo e como encara o lucro. Não somos nem poderíamos ser contrários ao lucro. Somos contra a fraude, que será por nós combatida por todos os meios. Desejamos, até, que os lucros aumentem, que os investidores, nacionais ou estrangeiros, ganhem cada vez mais. Quanto maiores forem os lucros, maior será a margem de reinvestimentos. Tudo isto significa mais empregos, mais desenvolvimento, enfim.

Não somos contrários a que cidadãos brasileiros tenham dinheiro no Exterior. Saibam os Senhores: ter dinheiro no Exterior não é proibido. O que não admitimos é que um cidadão mantenha depósito em país estrangeiro e não o inclua em sua declaração de bens, nem pague o imposto de renda correspondente.

Parece bastante clara nossa posição e suficientemente respondido o libelo mal dirigido da «Tribuna da Imprensa».

Pergunta (O Globo) — Cinco anos de sacrifícios não foram suficientes para vencer a inflação. Julga Vossa Excelência que 1969 será, afinal, o ano da vitória sobre a inflação?

Resposta — A mim repugna pensar no tempo decorrido a partir de 1964 como «cinco anos de sacrifícios». Prefiro vê-los como anos de realismo. Na verdade, o esforço de correção do processo inflacionário representa um sacrifício. Mas é o sacrifício daquela pequena minoria que se beneficia, em detrimento da grande maioria do povo brasileiro, e que resiste a uma distribuição mais justa da renda nacional. Seria mais agradável combater a inflação de forma menos severa. Como, infelizmente, nenhuma «fórmula mágica» foi ainda descoberta, só nos resta trabalhar duramente e nos conformarmos com a certeza de que o pequeno sacrifício que nós, a minoria privilegiada deste País, fazemos agora, aliviará em muito o enorme sacrifício que milhões de brasileiros vêm suportando há, pelos menos, duas décadas. É importante salientar que a opção tomada pelos dois governos revolucionários, em favor de um combate gradual à inflação, minimizou de modo satisfatório a gravidade do problema.

Recordo-me de que, já eleito mas não empossado, fui recebido em Washington pelo Presidente Johnson, que em meio a uma conversa variada e cordial me perguntou:

— Presidente, como é possível governar um país com uma taxa de 40% de inflação?

Tomei um lápis e um pequeno bloco, que se encontrava em cima da mesa, e respondi, fazendo um gráfico:

— Seria, realmente, horrível se partíssemos do zero para o 40.

Mas no Brasil, a partir de 1964, estamos vindo do 100 para o 40. O problema deve ser visto assim, para ser entendido. Seria terrível se estivéssemos trabalhando com uma inflação representada em ramo ascendente.

O Presidente Johnson sorriu, concordando, e acrescentou, sério:

— Como a nossa, neste momento...

Pergunta (Diário de Notícias) — Com os cortes efetuados no Orçamento para 1969 e a redução feita no percentual do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, considera o Governo que este exercício poderá se encerrar sem *deficit* de caixa?

Resposta — O *deficit* de caixa situou-se no nível programado, em 1968: NCr\$ 1,2 bilhão, idêntico, em valor absoluto, ao verificado em 1967, porém 24% inferior em termos reais. A porcentagem do *deficit* de caixa em relação ao Produto Interno Bruto caiu, assim, de 2,1% em 1967 para 1,6% em 1968, nível esse que deverá ser substancialmente reduzido em 1969, em razão das novas providências já adotadas: redução do Fundo de Participação de Estados e Municípios (AC nº 40), proibição de admissões, mesmo para prestação de serviços mediante recibo, proibição de compra de carros de passeio, contenção de gastos no regime de tempo integral e despesas no Exterior.

Cabe lembrar que, no atual Governo, o ônus do combate à inflação foi deslocado do setor privado para o setor público. Em lugar de transferir encargos ao setor privado, através de aumento de impostos, fretes, lançamento maciço de Obrigações Reajustáveis do Tesouro no mercado de ações; preferimos reduzir o *deficit* orçamentário, impondo restrições ao próprio Governo, mediante uma série de medidas de contenção, tais como proibição de admissões, proibição de aquisição de carros de passeio pelas repartições, redução progressiva de até 10% nos gastos de pessoal em cada Ministério. Ainda quando se reduz o percentual do Fundo de Participação, essa redução se faz em recursos destinados ao *setor público*, nos Orçamentos dos Estados e Municípios, que, aliás, não estavam anteriormente sujeitos a nenhuma disciplina de aplicação. Os demais recursos transferidos aos Estados — Fundos Vinculados e Incentivos Fiscais, estimados estes últimos, no corrente ano, em um trilhão e cem bilhões de cruzeiros novos — permaneceram intocados.

Pergunta (Diário de Notícias) — Qual a expectativa da taxa inflacionária para 1969 e 1970 e qual o prognóstico relativo ao aumento do Produto Nacional Bruto no período?

Resposta — No combate à inflação, os resultados de 1969 situaram-se dentro dos objetivos governamentais. Tais objetivos resumem-se na contenção, cada ano, do ritmo de inflação do ano anterior, sem a fixação de metas específicas, dada a preocupação paralela do Governo com a elevação do nível de atividade econômica.

Tomados os índices médios que refletem melhor a tendência dos preços, verifica-se continuarem a reduzir-se acentuadamente as taxas, havendo os níveis médios de 1968 crescido 22% em relação a 1967, contra elevação de 30,5% em 1967, em relação aos níveis de 1966. Em 1969, esperamos uma redução ainda mais expressiva na taxa de inflação, em consequência da continuidade das medidas que já vimos adotando, além das novas providências para contenção de gastos públicos. Quanto ao Produto Interno, que em 1969 cresceu em 6,5% a meta estabelecida no Programa Estratégico de Desenvolvimento é de um crescimento de, no mínimo 6% ao ano sendo 7/8% para a indústria e 5/6% para agricultura.

Pergunta (Diário de Notícias) — Temos notícias de que a produção de tratores e máquinas agrícolas se encontra estagnada, senão em recesso, com a paralisação, inclusive, de algumas fábricas de tratores. Como pretende o Governo estimular a produtividade agrícola sem o apoio paralelo à mecanização rural?

Resposta — Embora não existam informações mais minuciosas quanto a máquinas agrícolas, sabe-se que a produção de tratores médios cresceu, entre 1967/1968, a uma taxa superior a 13%, enquanto a produção de tratores pesados mais que dobrou, aumentou de 140%. Nessas condições, as informações existentes indicariam um crescimento substancial da produção desses equipamentos. Na verdade, desde sua implementação, a indústria de tratores recebeu todo o apoio governamental. E continua auferindo benefícios. Desde 1967, quando a produção apresentou uma queda considerável em vista do comportamento pouco favorável da renda agrícola, o Governo Federal tomou providências no sentido de estimular a colocação de tratores nacionais, reduzindo substancialmente as taxas de juros para financiamentos, aumentando prazos e estabelecendo a isenção do IPI. Restaria lembrar que o Governo está, realmente, estimulando a *produtividade agrícola e a mecanização rural na medida em que cria condições para que esses implementos agrícolas* estejam ao alcance do agricultor, pela fixação de preços e condições de financiamento compatíveis com seu nível de renda.

Pergunta (O Globo) — Muitos objetam que a lentidão com que se processa a Reforma Administrativa poderia comprometer o êxito das demais reformas. Gostaríamos de registrar os comentários de Vossa Excelência sobre esse ponto.

Resposta — A Reforma Administrativa não está sendo implantada com lentidão. Pelo contrário, não fosse o desembaraço de movimentos e o aumento de rendimento ocorrido nos vários setores da administração, por certo não poderia o Governo ter apresentado os resultados alcançados em 1967 e 1968. O ataque frontal à burocracia teve início em maio de 1967, com o lançamento da Operação-Desem-

perramento. Os grupos de trabalho criados nos Ministérios, nessa primeira fase de implantação, lançaram-se à remoção dos seguintes obstáculos:

1. centralização das decisões;
2. rotinas complicadas;
3. exigências burocráticas e controles excessivos, onerosos ou injustificados;
4. execução direta de serviços de natureza local, suscetíveis de transferência mediante convênios com os Estados e Municípios; e
5. execução direta de serviços passíveis de contratação.

A primeira etapa da Operação-Desemperramento permite ao Governo mostrar à opinião pública os seguintes resultados concretos, obtidos até 31 de dezembro do ano passado:

a) 888 delegações de competência nos diversos Ministérios, representando 16.076 atribuições delegadas aos escalões inferiores, que resultaram em 8.983.237 documentos que deixaram de subir às autoridades delegantes. Tudo isso significando: decisão mais rápida dos assuntos; mais tempo disponível nos escalões superiores para dirigir, planejar, coordenar; maior capacidade de decisão dos escalões inferiores; em síntese: maior eficiência administrativa;

b) 260 repartições reorganizadas e 166 regulamentos (ou normas) revistos, significando estruturas mais simples, mais rasas, mais flexíveis, estruturas ajustadas às funções dos órgãos, extinção de órgãos desnecessários e ajustamento dos organismos federais aos princípios da Reforma Administrativa;

c) 780 rotinas identificadas, 171 rotinas levantadas e 57 rotinas simplificadas, significando menos burocracia, além de redução de custos, com milhares de passos eliminados e impressos economizados;

d) 900 chefias de órgãos federais, nos Estados, já capacitada a, dentro dos princípios e diretrizes do Decreto-lei nº 200/67, receber as atribuições que lhes serão transferidas em decorrência da descentralização administrativa.

Em 1969, o processo de implantação da Reforma Administrativa ganhará maior impulso ainda, em vista da nova estratégia de ação, posta em prática pelo Decreto Nº 63.500, de 31-10-68, que criou a Comissão Central da Reforma Administrativa Federal, um Coordenador da Reforma Administrativa em cada Ministério e uma estrutura descentralizada e coordenada de agentes da reforma em cada Secretaria de Estado. Nos dois primeiros meses do ano, os dados preliminares indicam terem sido baixados 86 atos de organização. Por outro lado, sabendo-se que as delegações de competência são, em boa parte, divul-

gadas em boletins internos, expressivo é o número desses atos publicados no *Diário Oficial*, nos primeiros dois meses de 1969, pois ascenderam a mais de 50, envolvendo mais de mil atribuições delegadas.

No campo de treinamento intensivo para a Reforma Administrativa, estão em curso os trabalhos de formação de Coordenadores de Treinamento de 156 agentes da reforma administrativa do Ministério dos Transportes. A programação para 1969 é extensa, inclui a regulamentação de sistemas previstos no Decreto-lei Nº 200/67 e será desenvolvida, em grande parte, à base de projetos específicos diversificados, os quais serão levados a efeito pelos Ministérios, através da Comissão Central da Reforma Administrativa Federal.

Cabe destacar que o processo foi iniciado com uma série de delegações do próprio Presidente da República, transferindo para a esfera ministerial a decisão de casos individuais de solução razoavelmente padronizada, os quais, por força da legislação vigente, eram ainda encaminhados ao Planalto.

Pergunta (Agência EFE) — A atual conjuntura sócio-econômica na América Latina exige, a juízo dos técnicos, empreender a unidade na ação do sistema hemisférico, frente a outros mercados regionais. Prepara o Brasil alguma tese para a formação de um bloco latino-americano que permita fazer frente às medidas protecionistas do Mercado Comum Europeu (MCE) e de outras associações?

Resposta — A América Latina, muitas vezes por iniciativa do Brasil, tem adotado posição firme em relação a sistemas regionais de integração de mercado que apresentem aspectos discriminatórios para seu comércio externo. Não somos contra os agrupamentos regionais, quando eles se conformam com princípios que regem o comércio internacional. Admitimos a integração regional como um processo que, em determinadas circunstâncias, é desejável ou mesmo indispensável à aceleração do progresso de uma região. Caminhamos mesmo para a integração econômica da América Latina, agora através da ALALC e futuramente do Mercado Comum Latino-Americano.

Aplaudimos a formação do Mercado Comum Europeu pelos seus efeitos políticos e econômicos no fortalecimento da Europa Ocidental, mas sempre nos batemos contra o sistema discriminatório das preferências que o Mercado Comum Europeu estendeu aos países africanos associados, porque contraria as regras internacionalmente aceitas e fere diretamente nossos interesses. Achamos de toda justiça que os países ricos do Mercado Comum ajudem com esquemas especiais o desenvolvimento de nossos amigos da África, mas não às custas das oportunidades de comércio da América Latina.

Espero que já estejamos às vésperas do fim dessa discriminação comercial, substituída por um sistema que beneficie a todos os países em desenvolvimento.

Pergunta (O Globo) — Como recebeu Vossa Excelência os conceitos expendidos no último documento do Episcopado Católico, que lhe foi entregue, em fevereiro, no Palácio Rio Negro?

Resposta — Trata-se de documento em que se expõe o alto pensamento da Igreja sobre algumas das preocupações do nosso tempo. Recebi-o muito bem, com a devida consideração.

Pergunta (Jornal do Brasil) — Confia Vossa Excelência em que poderá transmitir o Governo a seu sucessor, em 1971, com a ordem política restaurada e a plena vigência da Constituição?

Resposta — Confio em que as dificuldades deparadas pelo Governo para manter, em sua plenitude, a ordem político-constitucional vigente até 13 de dezembro, sejam superadas o mais rapidamente possível, para que a ela voltemos com a garantia de que seus inimigos não conseguirão ameaçá-la, muito menos rompê-la. Há reformas a fazer, indispensáveis para dar verdade, segurança e estabilidade ao regime democrático. Nelas já estamos trabalhando, com o cuidado de não comprometê-las pelas impaciências que determinaram as falhas a corrigir. Repito que a Revolução tem um compromisso democrático, assumido consigo mesma, e é a ela que mais interessa a consolidação da democracia, contra a qual se batem os democratas de indústria no Brasil.

Pergunta — As datas previstas para as eleições de 1970 e 1971, serão mantidas ou ainda dependem de reexame, e também estão condicionadas à reforma política?

Resposta — Todo o processo político está condicionado, evidentemente, às reformas que estamos empreendendo, mas não quanto à data a que o Senhor se refere e que alude a um dos traços essenciais do regime: a transitoriedade dos mandatos.

Quero ser ainda mais claro. O que posso assegurar — e assumo, a uma distância de dois anos, este compromisso solene — é que passarei a faixa presidencial e o cargo, no dia 15 de março de 1971, àquele que for eleito pelo povo, através de seus representantes, para me suceder.

Pergunta (Meridional) — A Agência Meridional, na primeira entrevista coletiva concedida por Vossa Excelência, indagou das providências a serem tomadas pelo Governo, no terreno das comunicações. Hoje, sente-se honrada em congratular-se com Vossa Excelência pelos resultados obtidos, mormente com a instalação do sistema de comunicações por satélite. Perguntamos se o Governo dispõe ainda de recursos para ampliar o seu programa de trabalho e quais as metas ainda visadas.

Resposta — Sim, dispomos de recursos para a execução dos programas em curso.

Para as comunicações do País com o Exterior, já inauguramos a Estação Terrena de Tanguá, que proporciona ao brasileiro comunicações internacionais, via satélite, através de telefonia, telex e televisão.

No campo das comunicações internas, as metas visadas são as seguintes:

- a) expansão dos serviços urbanos;
- b) implantação dos planos estaduais de comunicações;
- c) execução dos troncos nacionais, interligando as capitais de todos os Estados e Territórios.

Estes troncos, de alta capacidade, permitirão a transmissão de todos os tipos de sinais.

Em construção — Tronco Sul: São Paulo — Porto Alegre; ampliação Rio — São Paulo; ampliação Rio — Belo Horizonte — Brasília; Tronco Nordeste: Belo Horizonte — Fortaleza; Tronco Oeste: São Paulo — Campo Grande.

Em concorrência — Brasília — Belém — Manaus — São Luís — Teresina.

Em estudo — Campo Grande — Porto Velho e ligações dos Territórios.

Desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul, são cerca de 18.000 km de troncos de microondas.

Os recursos em aplicação decorrem do Fundo Nacional de Telecomunicações e os investimentos previstos atingirão a importância de um trilhão e 350 milhões de cruzeiros novos, no período de 1968 a 1970.

Os programas do Ministério das Comunicações são executados pela EMBRATEL e pelo DCT.

Este é um setor vital para o desenvolvimento e nele vamos deixar uma marca indelével de nossas intenções e dos nossos esforços para modernizar o Brasil e dar aos brasileiros melhores condições de progresso e de vida. No domínio das comunicações, como em todos os outros, esta é nossa meta principal.

Pergunta (Fatos e Fotos) — Quais os resultados positivos do Projeto Rondon, além de proporcionar a uma parcela dos estudantes conhecer mais profundamente a realidade dos problemas brasileiros?

Resposta — O Projeto Rondon, movimento nascido no meio universitário, não visa a resultados imediatos. É uma concepção de diálogo; é uma chamamento concreto e diferente à nossa mocidade, para participação franca, leal e responsável na grande luta pela Integração Nacional.

Foram quase 15.000 as inscrições para a participação no PR-3, numa previsão de apenas 5.000 vagas. Cerca de 4.400 universitários trabalharam no interior brasileiro, nas mais precárias condições de conforto, sem receber indenização alguma.

Outro resultado inegável que ele já nos trouxe foi o despertar da consciência nacional para a Amazônia. Por volta de 1.200 universitários deslocaram-se ao longo do Amazonas e de todos os seus grandes afluentes, enfrentando o verdadeiro «desafio brasileiro».

Mais um resultado que não se pode negar ao Projeto Rondon é estar contribuindo para a criação de uma Universidade integrada na realidade nacional.

O Projeto Rondon tem mostrado ao Governo, ainda, o valor do aproveitamento de nossa Juventude. Os resultados parciais já apurados anunciam que ultrapassaram a casa dos 300.000 atendimentos médico-odontológicos realizados. Várias centenas de horas de aulas ministradas a professoras leigas do Interior; um milhar de fossas, centenas de pequenos projetos de engenharia, centenas de palestras sobre desenvolvimento comunitário, Clubes de Mães, Clubes de Jovens, Conselho de Comunidade, hortas e, acima de tudo, uma grande mensagem de esperança e confiança àquelas populações sofridas e desesperançadas.

Por exemplo, já existe no Ministério do Interior um Grupo de Trabalho estudando a criação de «campi avançados» para as Universidades que desejarem possuí-los no interior do País.

Outra medida, já em fase de encaminhamento, é o aproveitamento de recém-formados, ou de formados nos últimos três ou quatro anos, nas funções administrativas dos Territórios Federais.

Várias outras medidas poderiam ser ainda citadas, como consequências diretas ou indiretas do Projeto Rondon, as quais vem sendo objeto de continuados estudos e que serão divulgados, tão logo se atinja sua correta formulação.

Pergunta (idem) — Já tem sido ou vão ser adotadas medidas governamentais com base nas observações desses grupos?

Resposta — A própria caracterização do movimento como projeto bem define que o mesmo está ainda em fase de sedimentação e estruturação.

É um movimento que se consolida com uma dinâmica extraordinária, mas ainda colhendo experiência. Por essa razão o Governo não procurou adotar medidas apressadas em face das observações dos universitários. As informações trazidas por estes grupos são encaminhadas aos órgãos interessados, para que passem a ser consideradas como novos fatores de raciocínio na solução dos problemas a que se referem.

Pergunta (Manchete) — Antes da política de incentivos fiscais, o grande problema do Nordeste era o desemprego. A instalação de indústrias altamente automatizadas acentuou, porém, o subemprego. Existem estudos para enfrentar-se a nova situação?

Resposta — O problema de mão-de-obra excedente, no Nordeste, tem sido objeto de grande preocupação do Governo e de cuidados especiais por parte da SUDENE. Os projetos industriais aprovados e que significam a implantação, na área, graças aos mecanismos dos denominados incentivos fiscais, de nada menos de 645 empreendimentos, serão responsáveis pela criação de 123 empregos diretos, possibilitando, ainda, a ampliação das oportunidades, através de 400.000 empregos indiretos. O nível médio salarial dos empregos diretos, levando-se em conta as variações do mercado de trabalho, totalizariam NCr\$ 8.602,00 (oito mil seiscentos e dois cruzeiros novos) para as atividades industriais relativas a vestuário, calçados, artefatos e tecidos, elevando-se tal cifra a NCr\$ 85.359,00 (oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove cruzeiros novos), diante da presença da indústria química na região, cujos efeitos indiretos sobre a economia envolvem reflexos positivos no aproveitamento de matérias-primas, além de propiciar o desenvolvimento de indústrias conexas e apreciável melhoria nas atividades agrícolas, com arregimentação de faixas cada vez mais amplas da mão-de-obra nordestina.

Afora as 645 indústrias, resultantes dos projetos aprovados, a SUDENE vem acelerando, nos últimos meses, os programas de assistência às médias e pequenas empresas, já tendo atendido a 345 propostas de financiamento.

Convém, entretanto, salientar que o programa de industrialização não poderia pretender a absorção de toda a mão-de-obra ociosa do Nordeste. Diante do realismo com que aquela Superintendência vem enfrentando os problemas da região e no empenho de concretizar antigas preocupações, já se preconiza, através do IV Plano Diretor, o estabelecimento de metas paralelas, que objetivam a criação de novas faixas agrícolas, destinadas à implantação de lavouras irrigadas, e a elaboração de projetos de colonização, tendentes a atenuar os surtos migratórios, em direção aos principais núcleos urbanos, melhor beneficiados pelos programas de industrialização. Promover-se-á, assim, a fixação do homem do campo, corrigindo-se, tanto quanto possível, seu deslocamento para as grandes cidades de Recife, Salvador e Fortaleza, para apenas citar as metrópoles mais expressivas e os centros populacionais de maior densidade da região.

Pergunta (Rádio Tupi) — É sabido o Governo de Vossa Excelência vem dando ênfase excepcional ao Plano Nacional de Habitação. Poderia Vossa Excelência antecipar quantas novas unidades residenciais deverão estar concluídas quando terminar o seu mandato? Esse número representaria que porcentagem, em relação ao *deficit* habitacional em março de 1967? Até esta data, quantas unidades foram construídas?

Resposta — Ao término de meu governo, entre unidades construídas, e em conclusão, já com os recursos assegurados para o término das obras, o número se elevará a 930 mil unidades residenciais.

Não é possível estabelecer uma porcentagem, porquanto o *deficit* habitacional existente só será conhecido no censo de 1970. Já foram tomadas as medidas necessárias nesse sentido. Contudo, o Governo está enfrentando o problema de *deficit* habitacional, que é mais de qualidade de habitação do que numérico, da seguinte forma:

1. Pelo Plano Habitacional, que representará, ao fim de meu governo, as 930 mil unidades já mencionadas.
2. Pelo estímulo à iniciativa privada autônoma, isto é, não vinculada ao Plano Nacional de Habitação, que confia na manutenção de uma lei do inquilinato justa para locatários e locadores.
3. Pelo desenvolvimento do Sistema Financeiro de Saneamento, que deverá estender a todas as cidades brasileiras a oportunidade de dispor de abastecimento de água e, em seguida, rede de esgotos.
4. Através de programas de saneamento, na área do Ministério da Saúde.

Dessa forma, o *deficit* habitacional — que nas áreas urbanas é estimado em dois e meio milhões de habitações, isto é, moradias que não apresentam condições mínimas de habitabilidade — deverá estar praticamente eliminado nesse mesmo período. A estimativa de *deficit* na área rural deverá também estar fortemente reduzida pela conjugação daqueles programas de saneamento e saúde pública.

Até a presente data, foram financiadas através de convênios e contratos: 425.000 unidades; construídas (desembolso terminado), 200.000 unidades.

Pergunta (O Dia) — Entre os grandes problemas brasileiros da atualidade, o da moradia se destaca como o mais sério, pois aflige considerável parcela das populações das grandes cidades; daí porque gostaríamos de saber, através da palavra de Vossa Excelência, se o programa do Governo, a cargo do Banco Nacional de Habitação, vem sendo executado nos prazos previstos e esperados por Vossa Excelência? E dentro dessas coordenadas quais as perspectivas reais que o Plano de Habitação oferece à classe média, bem como aos menos favorecidos?

Resposta — Sim, e os resultados ultrapassaram as previsões. Basta dizer que já existem convênios e contratos em valor superior a dois milhões de dólares, resultado que foi alcançado praticamente em 1967 e 1968. Em dois anos, ganhamos a liderança do setor habitacional na América Latina.

São as melhores possíveis as perspectivas para a classe média, em particular as parcelas menos favorecidas.

A totalidade do volume de obras em execução e programadas até fins de 71 destina-se, exatamente, à classe média, sendo que as camadas de mais baixa renda terão 615 mil unidades, dentre as 930 mil previstas, com toda certeza, à base dos recursos disponíveis.

Pergunta (Fatos e Fotos) — Numa das primeiras entrevistas de Vossa Excelência, como Presidente da República, foram ressaltadas duas grandes metas: a utilização da energia nuclear e o aproveitamento de nossos rios como vias de comunicação. Como vão os trabalhos nesses setores?

Resposta — Com referência ao aproveitamento de nossos rios como vias de comunicação, o Ministério dos Transportes está executando diversas obras de infra-estrutura nas vias navegáveis, a saber:

a) a eclusa da barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, que separa os Estados do Maranhão e do Piauí;

b) diversas eclusas no Rio Tietê, em São Paulo, com vistas a torná-lo francamente navegável;

c) no Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, está sendo construída a barragem e eclusa do Anel de Dom Marco, a qual, em conjunto com a Barragem do Fandango (já construída e em operação) e com a Barragem de Dois Irmãos (em fase de projeto) tornará esse rio navegável em toda a sua extensão.

Convém também ressaltar o convênio assinado no exercício anterior com a firma francesa SGTE, no valor de US\$ 5 milhões, para estudos com um prazo de dois anos em toda a rede fluvial do País.

Presentemente, estão em construção em diversos estaleiros nacionais, 71 chatas, 15 empurradores, 2 rebocadores e 9 embarcações fluviais.

Independentemente dessas encomendas, já estão em tráfego, na Baía do Prata e no São Francisco, os chamados sistemas de chatas-integradas, isto é, comboios de embarcações tracionadas por rebocadores-empurradores.

A propósito, o Ministério dos Transportes recebeu, recentemente, ofício da Sociedade Mineira da Agricultura, mencionando textualmente que «a quantidade de mercadorias que se transportava em um ano pelo Rio São Francisco, leva hoje apenas um dia». Pela primeira vez, diz o ofício, «se soluciona um problema que atravessou um século».

Em cada um dos grandes rios brasileiros entrarão em tráfego, gradativamente, tipos apropriados de embarcações visando ao aspecto peculiar das riquezas da região — minério, gado, carga geral — assim como ao atendimento das populações ribeirinhas no que se refere a transporte, saúde e assistência social.

Quanto à energia nuclear, darei as informações solicitadas quando responder a uma pergunta da «Última Hora», que trata especificamente da matéria.

Pergunta (Última Hora) — Que poderá Vossa Excelência adiantar sobre o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear?

Resposta — As diretrizes que definem a política nacional de energia nuclear, com alta prioridade, fazem parte de adequado programa de desenvolvimento a cargo da Comissão de Energia Nuclear, cujas atividades principais foram:

a) construção, no Instituto de Energia Atômica, de duas plantas-piloto, visando à purificação nuclear do urânio. A primeira usina, já em funcionamento, foi projetada e construída no Brasil;

b) prosseguem as pesquisas de jazidas do urânio, em Poços de Caldas, já tendo sido constatada a existência de uma reserva de 300 toneladas de urânio metálico;

c) pesquisas de novas jazidas de urânio estão em desenvolvimento no Estado do Piauí, com perspectivas bastante promissoras;

d) firmou-se Convênio entre a ELETROBRÁS e a Comissão de Energia Nuclear, para implantação da primeira Central Nuclear no País, com potência da ordem de 500.000 quilowatts. No presente momento, desenvolvem-se estudos técnicos para a concretização desse objetivo.

Os trabalhos estão na fase da escolha do local, para instalações da Central na Região Centro-Sul, atendidos os parâmetros clássicos de segurança e demanda de energia.

e) no setor da agricultura, importantes estudos vêm sendo feitos em Piracicaba, destinados à aplicação de radioisótopos na produção agrícola. A Comissão de Energia Nuclear já prestou, nesse campo, assessoria técnica a vários empreendimentos da iniciativa privada, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara.

Pergunta (Manchete) — Em discurso pronunciado no dia 5 de abril de 1967, disse Vossa Excelência que «nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da revolução científica e tecnológica que abriu para o Mundo a idade nuclear e espacial». Que avanços podem ser assinalados, nesse caminho, no governo de Vossa Excelência?

Resposta — Os programas desenvolvidos no setor da energia nuclear já foram objeto de resposta à pergunta anterior no jornal «Última Hora». Poderíamos, entretanto, aduzir o seguinte:

a) foram intensificados os estudos para produção de água pesada, tendo sido elaborado o projeto de instalação de uma usina-piloto;

b) com o auxílio da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas deu continuidade ao desenvolvimento de técnicas de construção de aceleradores lineares de elétrons. Aceleradores de dois milhões de elétrons-volts foram já construídos, achando-se em estudo a encomenda de mais dois ou três, de igual porte. Um outro, de 50 milhões de elétrons-volts, encontra-se em fase final de construção.

Cabe-me dizer, ainda, que no campo da ciência e da tecnologia, para garantir a execução do programa que se propôs, meu governo assegurou à Comissão de Energia Nuclear uma infra-estrutura de pessoal, através de lei especial que possibilitou a contratação de técnicos de nível superior, em número compatível com as responsabilidades atribuídas àquele órgão, no esforço comum para o desenvolvimento do País.

Pergunta (Rádio Tupi) — Vossa Excelência acredita que, ao término do seu governo, o Brasil já se tenha tornado auto-suficiente em petróleo?

Resposta — As perspectivas que se abrem para o Brasil, com a concentração de esforços nas áreas favoráveis da Plataforma Continental Brasileira, são sobremodo animadoras quanto à auto-suficiência, na produção de petróleo, num futuro não muito remoto. Quanto à fixação de prazo para se atingir essa meta, devem-se levar em conta inúmeros fatores de ordem geológica, que escapam ao controle humano. O que posso assegurar aos Senhores e ao País é que, após a Revolução de 1964, o ritmo de trabalho que vem sendo desenvolvido pela PETROBRÁS levou-a a resultados altamente expressivos, traduzidos, só no setor da produção de petróleo, com um aumento de cerca de 100%.

No meu governo, todo apoio tem sido dado à PETROBRÁS para que possa realizar, firmemente, as atribuições que lhe foram conferidas pela lei, como executora do Monopólio Estatal do Petróleo.

Pergunta (Rádio Tupi) — O ritmo em que se desenvolve a pesquisa, principalmente na Plataforma Continental, permite encarar com otimismo o futuro imediato?

Resposta — Embora estejamos ainda no início dos trabalhos de exploração da Plataforma Continental Brasileira, o ritmo imprimido aos trabalhos tem sido de tal maneira acelerado que, em menos de um ano, já foram perfurados quatro poços profundos, dos quais dois positivos, que confirmaram a existência de jazidas de petróleo na costa de Sergipe. Tais resultados foram tão promissores que levaram a direção da PETROBRÁS a contratar, em caráter prioritário, mais uma Plataforma de Perfuração Submarina, a qual deverá entrar em operação nos próximos meses, explorando as jazidas de petróleo daquela costa.

Daí, encarar o Governo com o mais justificado otimismo os trabalhos que se processarão doravante, convicto de que a existência de petróleo no Mar virá contribuir de maneira decisiva, no mais curto prazo, para que o Brasil possa alcançar a sua tão almejada auto-suficiência.

Pergunta (A Notícia) — Considerando tratar-se de assunto de maior interesse para as classes assalariadas, «O Dia» e a «Notícia» de-

sejam saber do Senhor Presidente da República se o Plano Nacional de Saúde, cuja implantação experimental vem sendo feita, a começar de Nova Friburgo, no Estado do Rio, oferece realmente vantagens concretas, em matéria de assistência médico-hospitalar para os segurados da Previdência Social e população brasileira em geral; e se for o caso, quando será aplicado em todo o território nacional?

Resposta — O Governo Brasileiro pretende, através do Plano Nacional de Saúde, levar assistência médica a toda a população, indistintamente, conforme já está sendo feito na Área de Saúde de Nova Friburgo, onde 223 mil habitantes de nove Municípios usufruem hoje, todos os serviços médico-assistenciais.

O Plano corrige desajustes; cria incentivos à interiorização dos médicos e à melhor distribuição dos leitos; promove a concentração dos recursos gastos em saúde, que até agora se encontravam dispersos e aplicados desordenadamente; estabelece a justa distribuição dos serviços médicos na comunidade brasileira.

Quanto ao pagamento por parte do usuário, no que se refere ao custeio da assistência médica, está prevista a contribuição de toda a população para o sistema, eliminando-se, assim, qualquer distinção entre segurados e não-segurados da Previdência.

A experiência de Nova Friburgo tem demonstrado a plena viabilidade do plano, estando os executores dos serviços médicos e a população da área inteiramente integrados e convencidos de que esta é a única política capaz de resolver um dos mais graves problemas brasileiros.

A implantação, em todo o território brasileiro, deverá estar terminada dentro do prazo de três anos.

Não havendo mais perguntas, peço licença aos jornalistas para dar por finda a nossa entrevista.

Respondi sempre com lealdade, franqueza e objetividade a todas as indagações que, através da Imprensa, me foram feitas pela opinião pública, revelando em maior ou menor grau suas dúvidas, esperanças e inquietações naturais.

Considero muito expressivo que tenham predominado, de modo absoluto, as perguntas sobre a evolução geral do nosso processo de desenvolvimento — indicação de que a importância desse processo já ganhou a consciência nacional, até poucos anos desviada para temas alheatórios, desligados da realidade e das preocupações do nosso tempo.

Entre as tarefas mais relevantes de meu governo, incluo a consolidação de tal consciência, pois ela, além de ser, por si mesma, um fator de progresso, tornará mais fácil conquistar a adesão do povo para

o programa que estamos executando e cujo êxito há de levar-nos com segurança à meta política da Revolução, que é o revigoração e a vitória final da democracia em nossa terra.

Apelo a todos, para que nos ajudem nesse propósito. Não pensemos em governos, pensemos no Brasil. Os governos passam; e passam em função do Brasil que fica e há de ser uma das mais fortes e felizes nações de todo o Mundo.

ÍNDICE TEMÁTICO E ONOMÁSTICO

Com o auxílio deste índice, pode-se encontrar imediatamente o assunto ou o nome porventura procurado no texto, bastando localizá-lo aqui, na relação organizada por ordem alfabética, para em seguida buscá-lo pelos números impressos na margem de cada página.

América Latina	519, 520, 535
Águas territoriais	520
Armamento	520
Andreazza, Mário	522, 523
Alemanha	529
Ato Institucional nº 4	523
Ato Institucional nº 5	518, 523
ALALC	535
Analfabetismo	525, 526
África	535
Amazônia	537, 538
Cooperação interna	518, 545
Cooperação externa	519
Chile	520
Constituição	523, 524
Congresso	524
Café solúvel	528
Canadá	529
Comunicações	536
Desenvolvimento	526, 528, 537
Deficit	532
Democracia	536, 544
Educação	525, 526, 527
Ensino primário	525
Ensino técnico	526
Ensino superior	527, 528

Exportações	529
Empregos	539
Energia nuclear	542
Estados Unidos	519, 520, 521, 527, 529
Europa	521
Extremo Oriente	521
Frete	521
Forças Armadas	520
Fundo de Participação	532
Fortaleza	539
Habitação	539, 540
Inflação	521, 531, 532, 533
Igreja	536
Imprensa	518, 524, 544
IOS	530
Japão	529
Johnson, Lyndon	532
Lei de Imprensa	524
Lei de Segurança	524
Lucro	530
Meta-Homem	518, 527, 537
Mão-de-obra especializada	526, 528
Mercado comum	535
Nixon, Richard	519
Nordeste	539
Navegação fluvial	541
Oposição	524
Otimismo	529, 543
Petróleo	543
Projeto Rondon	537, 538
PIB	529, 533
Produtividade agrícola	524, 528, 533
Peru	520
Revolução	518, 523, 544
Rockefeller, Nelson	519
Relações Exteriores	519
Recursos transferidos	532
Reforma administrativa	533

Reforma politica	519
Recife	539
Salários	521
Salvador	539
Sucessão presidencial	536
SUDENE	539
Saúde	544
Saneamento (Sist. Financeiro)	540
Tratores	533

APRECIÇÕES DA IMPRENSA

«A Nação acompanhou, atenta, o depoimento que lhe fez o Presidente da República, nessas entrevistas, e interessou-se pela demonstração da atividade desenvolvida em vários setores do Governo, para a solução de velhos problemas em que havia enalhado nosso desenvolvimento por falta de iniciativa na obtenção de recursos. (...) Tudo isto o Presidente explicou seguro dos assuntos sobre os quais era interpelado. (...).

«Não esqueçamos que na sabatina a que se expôs, alguns dos arguidores tentaram confundir o arguido, o que não conseguiram, dada a presença de espírito do Presidente e a vivacidade de sua inteligência.»

Maurício Joppert da Silva

(O Globo)

«A entrevista em série e o discurso de improviso, no Alvorada, são tomados nos meios políticos como peças da maior significação na conjuntura, que se assinala pela decisão do Presidente de reanimar o País, motivando-o para grandes dias.»

Carlos Castelo Branco

(Jornal do Brasil)

«O índice da inflação é menos importante do que a tendência da economia. Isto que fora mostrado a Johnson com o auxílio de uma régua, foi ainda mais claramente explicado ao telespectador, com uns poucos gestos e umas poucas palavras. E sem texto escrito.»

Oliveira Bastos

(Correio da Manhã)

POTENCIAL DE FORÇA E IDEALISMO

DISCURSO PROFERIDO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, A 21 DE MAIO DE 1969, AO RECEBER O TÍTULO DE «CIDADÃO SANJOANENSE».

Sanjoanenses.

O diploma que me outorgastes e pelo qual, tão generosamente, me fizestes Cidadão Sanjoanense, é a prova material de que pelo vosso voto e pela vossa confiança me integro na vossa comunidade.

Bem sei não se tratar de uma dessas honrarias convencionais que, depois, se guardam apenas como lembrança de posições importantes porventura ocupadas. Por essa razão, aceito-a com orgulho e contentamento.

Para justificar o vosso gesto, vejo duas séries de motivos: — a primeira presa ao passado — os laços afetivos que me ligam à Cidade; a outra, que é presente, — a homenagem a um Chefe-de-Governo pelo reconhecimento dos seus esforços para bem dirigir a Nação.

Realmente, aqui em São João Del-Rei — já lá se vão muitos anos, mais de 30 — juntamente com minha família, desfrutei dias maravilhosos, mercê da simpatia, da hospitalidade e do calor humano deste povo generoso e bom. A intentona comunista de 1935 encontrou-me, como capitão, comandando um batalhão do nosso magnífico 11.º RI, que estava pronto para atuar em defesa da democracia e da ordem.

Os anos se passaram, porém o mesmo espírito veio encontrar o Regimento com idênticos ideais, tornando-o um dos esteios da Revolução de 64, que teve sua arrancada inicial justamente neste Estado.

E assim como participou do Grande Movimento Democrático, assim também o 11.º RI participa do impulso rumo ao desenvolvimento que, com a cooperação de todos os setores, e com a ajuda de Deus, estamos conseguindo imprimir a este País-Continente.

Sanjoanenses,

Se existem uma terra e uma gente que contam com a simpatia de todos os brasileiros, esta gente e esta terra são exatamente, as de São

João Del-Rei. Esta cidade se caracteriza pelo consórcio do antigo e do moderno, sempre presente em sua cultura e em suas tradições. Ela se destaca, entre outras, pela operosidade e patriotismo de sua população.

Não bastaram as vossas glórias da primeira década do século XVIII, no grande Ciclo do Ouro, quando os vossos ancestrais em *rush* impressionante acorreram aos ricos *placers* do Rio das Mortes e devassaram e colonizaram e integraram, na comunidade luso-brasileira de então, estas glebas que formariam o Grande Estado Montanhês. A cidade entrou, definitivamente, na História Pátria, pela brilhante atuação de seu regimento — o 11º Regimento de Infantaria.

É bem conhecida e hoje foi recordada, por diversas vezes, a participação do Onze na Europa, quando da cruzada que se levantou contra o nazi-facismo que ameaçava escravizar o Mundo. Nessa ocasião, o regimento ajudou a escrever as mais belas páginas da Força Expedicionária na Itália. Tivemo-lo em Monte Castelo e em Castelnuovo cooperando, decisivamente, para esses sucessos das armas brasileiras. Tivemo-lo em Montese, o mais difícil e mortífero combate travado pelos brasileiros na campanha, liderando as operações e obtendo o maior quinhão da glória. Tivemo-lo em Colecchio e em Fornovo di Taro, quando do cerco e da captura da aguerrida 148 DI Alemã. Tivemo-lo sempre, até o final da Guerra, na exploração do êxito e na vigorosa perseguição desenvolvida nas Planícies do Rio Pó. Esses laureis o 11º RI conquistou na Península Itálica e os trouxe, brilhantes e imorredouros, para a vossa nobre São João Del-Rei. Mas eles foram conquistados a troco de muitos sacrifícios e até mesmo da vida de muitos, conforme atesta a longa chamada, nominal, feita por um dos vossos edis, dos que não regressaram à Pátria.

Agora, como naquela época, o Regimento é uma das unidades de elite do Exército que, desde os primeiros momentos da nossa História, foi a grande força que preservou a unidade do País. Exército que participou ativa e ponderavelmente dos grandes episódios da vida brasileira. Exército sempre presente, que jamais se omitiu; que nunca deixou de cumprir com o seu dever. Exército que, juntamente com as demais Forças Armadas, proporciona a segurança que mantém a ordem e a tranquilidade indispensáveis ao nosso progresso.

São as Forças Armadas que trabalham pela grandeza do Brasil, com devotamento, na rudeza do mar, na vigília indormida dos quartéis e nas bravas rotas aéreas de pioneirismo.

Forças Armadas cujos sacrifícios nem sempre são devidamente valorizados; que entendem, patrioticamente, os cortes em suas dotações orçamentárias, por reconhecerem a prioridade que precisa ser dada a outros setores considerados básicos, para mais rápida aceleração do nosso desenvolvimento econômico e social.

Forças Armadas que a despeito desses cortes, precisam, imperiosamente, reestruturar-se, reequipar-se e modernizar-se em face das crescentes responsabilidades no quadro interno, onde uma Guerra Revolucionária desesperada insiste em atuar em prejuízo do Brasil, para tentar esconder o sucesso dos dois governos da Revolução; sucesso que agora sacode todos os setores da vida nacional.

Num mundo em que tudo está mudando, em ritmo jamais igualado; nesta hora de mutações impressionantes, quando as nações em processo de desenvolvimento sentem o desafio da ascensão; quando a violenta explosão demográfica pressiona terrivelmente e o comunismo procura aproveitar todas as brechas e oportunidades torna-se indispensável que as Forças Armadas se identifiquem inteiramente com a Nação. Nesta hora, o dever das Forças Armadas consiste na integração nacional e na colocação de todo o seu potencial de força e de idealismo a serviço da justiça social e do desenvolvimento do País, dentro da democracia e da liberdade.

Em dezembro do ano passado, fizemos uma Revolução dentro da Revolução porque se tornou imprescindível reacender os alevantados propósitos do movimento de 64, porque precisávamos acelerar a moralização dos nossos costumes político-administrativos e levar a cabo, dentro da tradição cristã brasileira, reformas de nossa estrutura sócio-econômica, que forças conhecidas procuravam dificultar.

Assim foi e assim será. A Revolução estará sempre dirigida contra a inação, a subversão e a corrupção, porque estão em jogo a felicidade e o bem-estar de mais de 90 milhões de brasileiros. A nova ordem que foi implantada no País será mantida e permanentemente aperfeiçoada pela própria irreversibilidade do processo revolucionário.

Sanjoanenses,

Meus queridos conterrâneos, como agora tenho o direito de chamar-vos, agradeço, mais uma vez, a honra que me conferistes e, sobretudo, a oportunidade para prestar um testemunho e reafirmar verdades que nunca será demais repetir.

Ao encerrar minhas palavras, chamo a vossa atenção para a grande batalha que o Brasil trava consigo mesmo, e com o momento histórico, para poder alcançar os seus melhores destinos.

Nessa batalha, que é de todos, um papel de mais alta relevância está destinado ao nobre Povo das Alterosas, de que vós, sanjoanenses, sois parte importante e destacada.

CONTRIBUIÇÃO DECISIVA PARA A VALORIZAÇÃO DO HOMEM E DA TERRA

DISCURSO PROFERIDO NO TEATRO MUNICIPAL, RIO DE JANEIRO, A 22 DE MAIO DE 1969, EM SESSÃO SOLENE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, AO RECEBER O TÍTULO DE «PRESIDENTE DE HONRA» E EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO DO MARECHAL AUGUSTO MAGESSI DA CUNHA PEREIRA, PRESIDENTE DA ENTIDADE.

Com a generosidade do amigo e a vigilância do patriota, o Marechal Augusto Magessi encontrou a justificação do gesto da tantas vezes ilustre Sociedade Brasileira de Geografia, concedendo-me o título de seu Presidente de Honra.

De fato, quem se descuidasse da defesa dos limites que delineiam o majestoso perfil geográfico de nosso País estaria, além de tudo, desonrando a memória dos que no passado contribuíram para fixá-lo, quer pela penetração heróica de um território misterioso, quer pelo risco das armas ou pela ação bem inspirada de nossa diplomacia. Mas, é fácil distinguir no contexto do discurso de vosso orador a advertência de que, por outro lado, quem se restringisse a essa nobre missão, descurando a magna tarefa de consolidar e enriquecer internamente o patrimônio de nosso povo, estaria expondo a Pátria ao desrespeito dos nossos vizinhos; ou se revelaria insuficientemente atento aos deveres que nos impõe a circunstância de ocuparmos um dos maiores espaços do globo terrestre. Já provamos ser capazes de corresponder às dimensões físicas, de que fomos dotados, com dimensões íntimas de bravura, energia e previdência.

Ressalvados os episódios em que essas qualidades impeliram o povo brasileiro a alguns lances decisivos, como a Independência, a Abolição e a República, nossa História, entretanto, quase ficou limitada, por muito tempo, à narrativa da epopéia começada na Escola de Sagres e continuada aqui, a partir da Descoberta e da primeira experiência de colonização, por brasileiros que ampliam tenazmente o mapa cabralino e tornaram definitiva a imagem cartográfica de um dos mais extensos territórios contínuos do Mundo.

Estou firmemente convencido de que, no futuro, se creditará à Revolução de 1964 haver iniciado o processo de iluminação da consciência nacional para a necessidade de encarar-se a nossa grandeza geográfica em termos de responsabilidade e, a partir dessa base física — que a um tempo nos orgulhava e atemorizava — construir uma História em que se integrem os elementos de que dispomos para dar à nossa voz autoridade e peso, no conjunto das maiores e mais fortes nações da Terra.

História e Geografia são indissociáveis, na medida em que o homem se apercebe do que lhe foi dado pela Natureza, ou pelas circunstâncias, mostrando-se capaz de comunicar-lhe sua própria grandeza moral.

Estamos dispostos a dar, a qualquer preço, uma contribuição decisiva a esse processo de associação íntima entre a terra e o homem: valorizando o homem pela educação, pela saúde, pela disciplina consciente, pelo trabalho produtivo e pela dignidade de sua condição de ser livre e poderoso; para que a terra que Deus nos deu possa, por sua vez, ser valorizada, engrandecida e respeitada.

A terra que hostiliza o homem, negando-lhe alimento, estabilidade à família, liberdade e bem-estar, tende a ser por ele abandonada, ou nele faz esmorecer a razão de amá-la e até a vontade de defendê-la. Mas, é ao próprio homem, como seu agente principal de transformação, que incumbe a missão de corrigir-lhe os fatores negativos e colocá-la a seu serviço, com recursos cada vez mais amplos da tecnologia e da ciência.

Recebo o título de Presidente de Honra desta Sociedade como uma das homenagens mais gratas que possa receber o Chefe-de-Estado. A difusão dos conhecimentos geográficos é um dos pressupostos da obra que estamos realizando e cujo sentido mais profundo, e mais geral, inclui primordialmente a integração do povo em seu *habitat*, pela cuidadosa inter-relação de lugares e núcleos populacionais.

Sendo isto o que distingue o caráter da Geografia, da natureza das outras Ciências Sociais, posso dizer que a Presidência da República se confunde, de certa maneira, com a Presidência desta Sociedade, no limite em que ambas se empenham em tornar o homem apto a encarar o contorno de nosso perfil geográfico, a diversidade de nossas regiões naturais, as riquezas de nosso subsolo, a densidade e variedade de nossas florestas, a extensão de nossos rios e a vastidão de nossos domínios marítimos — como características do seu mundo particular. Conhecer-las com precisão é amá-las com paixão serena — essa paixão serena que nos leva a defender o objetivo amado sem deixar de reconhecer a necessidade de corrigi-lo, melhorá-lo, torná-lo mais digno de si mesmo e de nosso próprio culto.

Em termos de relação entre o Estado e a comunidade nacional organizada, tal espécie de paixão traduz-se, em última análise, por pa-

triotismo, que se objetiva por alta soma de deveres, através dos quais se unem, sob o mesmo compromisso sagrado, todos os cidadãos, os que eventualmente governam e os que compõem a Nação, como a grande força que faz os governos e os inspira a bem servi-la, em cada um dos estágios de sua evolução histórica.

A partir de 1964, quando se implantou o primeiro governo revolucionário, o Estado passou a considerar atentamente as condições da alarmante desigualdade em que se desenvolviam lentamente, ou simplesmente existiam, as diferentes regiões brasileiras. E sua ação minuciosamente programada, para reparar distorções que começavam a ser aceitas pelo povo como resultado de uma fatalidade inadmissível, determinou mudanças no próprio Estado, em sua estrutura interna e também em suas relações com a comunidade.

Associam-se neste passo Geografia e Ciências Políticas, para nos ajudar a ver com maior clareza as raízes profundas de nossas crises e para visualizar com serenidade e otimismo as soluções a que chegaremos em futuro próximo.

Estamos integrando a Amazônia — tarefa para ser completada por algumas gerações — e já modificamos substancialmente a fisionomia do Nordeste, apagando-lhe os traços de tragédia que alimentaram os romancistas da notável geração de 1930; aceleramos a ampliação da capacidade instalada de energia elétrica, abrindo de chofre largas perspectivas à industrialização; estamos interligando regiões a estados por um sistema moderno de comunicações, novo e poderoso fator de desenvolvimento, integração e segurança nacional; trabalhamos a sanear largos segmentos do nosso território, até pouco abandonados às endemias; começamos a eletrificação rural em grande escala; encetamos a utilização dos nossos rios como vias navegáveis e intensificamos a abertura de rodovias novas, que encurtam espaços físicos e modificam o comportamento psicológico de populações antes condenadas ao imobilismo e à solidão; recuperamos pela irrigação velhas terras exaustas, iniciamos a reforma agrária e estamos sustentando, mais rapidamente do que seria de esperar, a migração interna de cidadãos que se deslocavam, em condições para nós constrangedoras, à busca de segurança e de trabalho.

Esse conjunto de impactos, simultaneamente produzidos em pontas diferentes do nosso vasto território, conduz-nos a procurar, paralelamente, com paciência e pertinência prudente, novos tipos de estrutura institucional que nos permitam completar o grande salto de enganoso bucolismo do começo do século para o estágio mais avançado do desenvolvimento industrial e tecnológico de nossa Era — guardando nossas tradições e protegendo nossa incoercível vocação para a liberdade.

Recebo, pois, o título de Presidente de Honra desta ilustre Sociedade com a consciência de que ele não pertence ao homem que vos fa-

la, mas, como sugeriu brilhantemente o Marechal Magessi, ao condutor de um sistema responsável perante a História e cuja missão mais alta é, de fato, conciliá-la com a Geografia.

O povo brasileiro tem tudo para provar ao Mundo ser absolutamente digno das dimensões continentais deste incomparável País.

Muito obrigado.

SEGURANÇA E ESTABILIDADE PARA O PROGRESSO DO BRASIL

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, NA VILA MILITAR, RIO DE JANEIRO, NO QUARTEL DO REGIMENTO ESCOLA DE INFANTARIA, A 24 DE MAIO DE 1969, QUANDO ALI ERA COMEMORADO O «DIA DA INFANTARIA».

Agradecendo, o Presidente Costa e Silva começou por dizer que sua visita à Vila Militar representava uma volta ao seu meio, às suas origens, em busca de uma renovação de ânimo.

A saudação que acabara de ouvir — continuou — mostrava, em síntese, um relatório da Batalha de Tuiuti e a importância das Forças Armadas.

No terreno pantanoso e terrível, encontram-se as armas dominantes na época: a Infantaria de Sampaio, o tenaz cearense, reagindo e respondendo ao fogo que, de surpresa, procurava destruir as forças aliadas, Mallet comunicando ao comandante-em-chefe: «Aqui eles não passarão», a cavalaria de Andrade Neves, a engenharia de Bittencourt e, pairando por sobre esse quadro, a figura legendária de Osório, reacendendo nos combatentes brasileiros, no ardor da peleja, o entusiasmo e a confiança.

A vitória resultou dessa união, da coesão das forças em luta contra um adversário tenaz.

«O mesmo ocorrera na Revolução de 1964, lembrada pelo orador que o saudara — continuou o Presidente — quando um chefe poderia contar com a unidade das Forças Armadas. A propósito, citou as atividades desenvolvidas nessa ocasião pelo chefe de seu Estado-Maior assumindo responsabilidades, transmitindo ordens, delegando funções a generais como Aragão, Cintra, Muricy, Costa, Aguiar, Garcia e outros, todos cumprindo decididamente, com patriotismo e com risco de vida, as missões recebidas. Por sua parte, companheiros da Marinha e a Aeronáutica, firmes, trabalhando e pelejando pela conquista da vitória. Isto é união, isto é coesão» — disse o Presidente ⁽¹⁾

Isto, em 1964 e todos sabem — prosseguiu — que as Forças Armadas até hoje têm cumprido denodadamente, honestamente, com seu dever, mantendo-se unidas em torno de seus chefes.

Ontem Castello Branco, hoje o orador que vos fala, que tem a honra de merecer a confiança dessas mesmas Forças Armadas.

Enfatizou o Presidente. «Jamais desmerecerei dessa honra, meus Senhores. Havemos de chegar ao término da conquista dos objetivos revolucionários sempre coesos, porque, quer queiram quer não, aqueles que pretendem lançar a desunião dentro das Forças Armadas, por ambições personalistas ou por distorções de idéias, jamais conseguirão abalar essa união».

Referindo-se à reunião de governadores em 1964, com a presença de 10 ou 12 chefes de executivos e alguns deputados, entre os quais Juarez Távora e Costa Cavalcante, e testemunha pelo General Sizenno Sarmento, agradeceu a honra do oferecimento que então lhe foi formulado para assumir a Chefia do Governo. Relembrou o Presidente a sua resposta, na ocasião: «Ficaremos de fora, com as Forças Armadas unidas e coesas, para que a Revolução não se dissolva em dois meses, como costuma acontecer, porque em 30 e 45 foi assim, e não aceitaremos mais essa situação. Faz-se agora uma revolução de fato e as Forças Armadas ficarão vigilantes, para que essa revolução não se destrua em poucos meses».

A luta — continuou o orador — foi grande dentro da área política, mas nunca da área militar, e por isso a Revolução é conservada até hoje. «São sete anos de Revolução, que se prolongarão, certamente até o fim de meu governo, porque, enquanto o Governo conservar e contar com a compreensão e patriotismo, com a decisão firme das Forças Armadas, levará avante a Revolução, dentro dos princípios que ela estabeleceu, dentro do programa traçado, quer dizer, restabelecendo uma democracia decente nesse País. E, para isso, já estamos abrindo as portas para a área política, que, indiscutivelmente deve assumir a responsabilidade, como nós assumimos até agora, na condução dos destinos deste país. Se enveredarmos por caminhos errados, como já asseverei em outras ocasiões, faremos nova revolução dentro da Revolução.

É preciso, portanto, afirmou o Presidente da República — que se saiba que as portas estão abertas para os brasileiros de responsabilidade, para ajudar a conduzir este País ao seu alto destino, que é um destino de glória, é um destino de progresso e de desenvolvimento, que há de construir uma estrutura tal que proporcione àqueles que vierem em sucessão, dentro dos princípios revolucionários, conduzir este país ao futuro.

Longe da vaidade de produzir obras espetaculares, o Governo está empenhado em estabelecer uma base, uma estrutura tanto econômica como política, para que o País possa prosseguir avante, em seu destino certo».

Concluiu o Presidente Costa e Silva afirmando que saía revigorado, entusiasmado e certo de prosseguir na senda do trabalho, tranqüilo, honesto, garantindo para o Brasil, amanhã e sempre, a segurança e a estabilidade necessárias para seu progresso, quer político, quer militar, quer social, quer econômico.

NOTAS ELUCIDATIVAS

- 1) — *Aragão* — General-de-Divisão Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão.
- *Cintra* — General-de-Divisão José Pinheiro de Ulhôa Cintra
- *Muricy* — General-de-Divisão Antônio Carlos da Silva Muricy
- *Costa* — General-de-Brigada João Costa
- *Aguiar* — General-de-Brigada Rafael de Souza Aguiar
- *Garcia* — General-de-Brigada José Horácio da Cunha Garcia.

PAZ E TRANQUILIDADE PARA O TRABALHO

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, EM URUBUPUNGÁ, ESTADO DE SÃO PAULO, A 19 DE JUNHO DE 1969, AO INAUGURAR AS TRÊS PRIMEIRAS TURBINAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE JUPIÁ. (RESUMO FORNECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL).

Há um ano atrás, o Presidente da República esteve neste local, apreciando o trabalho que vinha se realizando, e o chefe dos engenheiros, um jovem de 40 anos, apresentando a sua equipe de trabalho ao Presidente da República, disse:

Presidente,

Pedimos a Vossa Excelência somente uma coisa. «É que nos dê tranquilidade e paz para trabalhar».

E o Presidente da República naquela ocasião declarou: «isso eu garanto aos Senhores. Os Senhores terão paz e tranquilidade para trabalhar em benefício do Brasil grande, que todos estão aqui realizando e hão de levar avante. E por isso, na ordem política, Senhores, o Presidente da República, procurando cumprir essa promessa, que não é só a um jovem engenheiro, mas a todo Brasil, tem tomado como princípio as necessárias providências para que a paz seja garantida neste País, a tranquilidade para o homem, que quer trabalhar e produzir, e levar este País a seus altos destinos. E tem encontrado uma cooperação eficiente da parte do Governo de São Paulo, como disse o Governador, que concorre, assim, com quase noventa por cento na realização dessa obra, encontrando da parte do Governo Federal o apoio decidido, porque o que o Brasil precisa é isso. Atentem para essa obra. Atentem para essas realizações, porque devemos atingir, em definitivo, o mais alto grau de rendimento dentro da década que se aproxima, para que o Brasil entre no concerto das grandes nações do Mundo. Por isso temos que começar agora, garantindo, como vimos garantindo sempre dentro destes cinco anos de Revolução, aquilo de que mais e melhor o Brasil precisa, que é paz e tranquilidade para o trabalho, estímulo para o trabalho. Isto a Revolução tem dado e dará, se Deus quiser, para o futuro».

VIGOR, DINAMISMO E ESTABILIDADE ÀS INSTITUIÇÕES

DISCURSO PROFERIDO EM RIBEIRÃO PRETO, A 19 DE JUNHO DE 1969, AO RECEBER O TÍTULO DE «CIDADÃO HONORÁRIO», OUTORGADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DAQUELA CIDADE PAULISTA.

Cidadão Honorário de Ribeirão Preto, por honrosa decisão dos representantes do povo deste Município, sinto-me à vontade para falar-vos em tão inesperada e dignificante condição. Há duas coisas que identificam o homem com sua terra; o amor que lhe vota e, como decorrência direta, o esforço que faz para melhorá-la.

Consulto minha consciência de brasileiro e sondo as profundidades psicológicas em que mergulham minhas raízes de família; e sem muita dificuldade justifico a ponta irresistível de orgulho que me tocou o espírito ao tomar conhecimento da vossa decisão. Gaúcho de Taquari, pequena cidade em que recolhi as primeiras lições de comportamento diante da realidade de nosso País, as contingências profissionais fizeram-me passar em São Paulo alguns dos anos mais importantes de minha vida, numa faixa de tempo em que a maturidade se completa ao impacto do meio ambiente e dele recebe os retoques definitivos, capazes de estratificar idéias até aí hesitantes e de cristalizar sentimentos que nos vão conduzir inelutavelmente pelo resto da existência.

Tendo vivido já a experiência desconcertante de outras regiões, em algumas das quais se poderia quase palpar, materialmente, a imagem de um Brasil imobilizado pela pobreza e possuído pelo desânimo de longos anos perdidos em sua contemplação, confirmei entre os paulistas a íntima certeza de que os brasileiros saíram da estagnação e do conformismo para levar a todos os quadrantes o espírito de progresso que aqui senti animando os indivíduos e transformando as cidades.

Aprendi a amar a terra paulista, pelo que ela representava de antecipação providencial ao futuro do Brasil. Elevado à mais alta Magistratura do País, estou certo, hoje, de que daí provêm as energias que

reúno para conduzir o esforço nacional, que a partir de 1964 mobiliza os brasileiros para vencer as desigualdades regionais e dotar nossas instituições de uma infra-estrutura econômico-social capaz de dar-lhes vigor, dinamismo e estabilidade.

Ora, quem ama São Paulo há de amar esta Cidade, reduto do espírito pioneiro do grande Estado, cuja opulência de certo modo teve aqui o seu mais ativo e providente centro de irradiação, desde que para cá se transferiu a cultura do café «Bourbon», introduzido pelo sábio Luiz Pereira Barreto, que se antecipara em Resende, com pesquisas pacíficas e bem sucedidas, à aplicação dos recursos da ciência nas atividades da Agricultura. As grandes fazendas que em consequência foram organizadas, atraindo pela fertilidade surpreendente de suas terras famílias inteiras que se deslocaram de localidades vizinhas, revelaram desde logo uma larga disponibilidade de homens de ampla visão administrativa, dentre os quais não se poderia deixar de destacar Henrique Dumont, pai de uma das maiores glórias do Brasil, uma das figuras que iriam enriquecer o patrimônio da Humanidade, abrindo-lhe uma nova era: Alberto Santos Dumont.

É verdadeiramente emocionante abrir-se hoje o livro pertinazmente escrito por um cidadão inglês. Peter Wykeham, que nada tinha a ver com o nosso País e se apaixonou pelo gênio do brasileiro Alberto, lá encontrando o nome de Ribeirão Preto intimamente ligado a uma das mais fascinantes aventuras do espírito humano. Lá não se estampa somente, como sugere no título o escritor, «O Retrato de uma Obsessão», mas a imagem viril de todo um povo que nasceu para grandes feitos e para um grande lugar na História. O pai do homem que deu asas à Humanidade, como proclamou a manchete de um jornal parisiense, encarnara aqui o espírito de vanguarda de São Paulo, construindo em sua propriedade — a Fazenda Dumont — uma estrada de ferro, casas de máquinas, depósitos para a sua extraordinária produção de café, áreas de secagem, pátios de manobras e casas de colonos. E mais: previu o fim do trabalho servil e antecipou-se à abolição, mandando vir da Europa, à sua custa, famílias italianas, para substituir os escravos por europeus assalariados.

Por uma dessas coincidências felizes e expressivas, São Sebastião do Ribeirão Preto alcançou a categoria de cidade no mesmo ano em que o Brasil, já havendo apagado a nódoa da Escravidão, avançou para superar o regime monárquico e consagrar, com a República, o princípio dignificante do auto-governo e da liberdade, ao qual permaneceremos fiéis e no qual nos inspiraremos sempre para atingir a escala de grandeza que nos foi indicada por Deus e por nossos antepassados.

A mesma providência revelada por Henrique Dumont continuou orientando os ribeirepretanos, que não dormiram sobre os louros conquistados com o café e diversificaram a tempo sua economia, introduzindo-lhe a pecuária, multiplicando o número dos produtos

agrícolas e logo chegando ao estágio industrial, em que se equipara aos centros mais adiantados do Brasil. Ao mesmo tempo, construiu-se uma importante rede de ensino, que abrange todos os níveis e atrai, com sua notável Faculdade de Medicina, moços de outros pontos do Estado e do País.

Não procuro fazer História — o que seria inócuo diante de vós, que tão bem conheceis a crônica de vossa cidade — mas indico esses poucos elementos para justificar o orgulho com que recebo o título que vossa generosidade me outorgou.

Agora já posso referir-me a Ribeirão Preto não apenas como «a vossa», mas como «a nossa cidade». E quero retribuir tão alta homenagem com palavras de um paulista insigne: «Eu desta glória só fico contente, porque minha terra amei e minha gente.

RIO GRANDE DO SUL NA RETOMADA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL

DISCURSO PROFERIDO EM PORTO ALEGRE, NA SEDE DA SOCIEDADE LEOPOLDINA-JUVENIL, A 3 DE JULHO DE 1969, EM RESPOSTA À SAUDAÇÃO DO SR. PLÍNIO KROEFF, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL, E AGRADECENDO GRANDE HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DO ESTADO (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA, ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E 53 SINDICATOS FILIADOS).

Emprestemos a esta reunião, sem qualquer prejuízo das relações de cordialidade entre o Chefe-de-Estado e as classes produtoras do País, um sentido mais severo que o de pura homenagem dos homens que dirigem as atividades industriais do Rio Grande do Sul ao gaúcho em cujos ombros recaiu, há pouco mais de dois anos, a responsabilidade de governar o Brasil.

Pessoalmente, inclino-me a encará-la como ato aberto de tomada de contas, no qual se empenham — mutuamente comprometidos com o processo de desenvolvimento deste Estado e de toda a Nação — os setores público e privado de nossa economia.

De 1964 até aqui, muita coisa mudou no Brasil, inclusive a concepção do Governo, que não mais se encara como fonte generosa e gratuita de honrarias individuais, senão como volumosa soma de encargos, a que deve o governante corresponder com humildade, trabalho e desprendimento.

Em reuniões como esta, dado que também mudou a mentalidade das classes empresariais, devemos indagar-nos reciprocamente o que fizemos para alterar o quadro geral de insuficiências em que nos movimentávamos antes da Revolução, procurando cada qual inculpar os outros pelo agravamento dos problemas do País, como se a todos não incumbisse, cada um em sua esfera de ação, a tarefa de resolvê-los.

O Santo Padre advertiu recentemente, em uma de suas sínteses admiráveis, que não se pode salvar o Mundo ficando fora dele. Ne-

nhum de nós tem o direito de exigir a salvação do Brasil, colocando-se à margem do esforço gigantesco de seu povo para escapar à falsa fatalidade da pobreza. Cumpre-nos antes, afirmarmo-nos pela energia criadora, que lhe destina um lugar de relevo no mundo moderno.

Vosso orador acaba de demonstrar o empenho dos industriais gaúchos para responder objetivamente ao apelo de integração que se encontra subentendido na própria ação do Governo Federal. Se nossa missão, posta em termos de programa a ser rigorosamente cumprido, consiste em eliminar as disparidades regionais, para dar homogeneidade, consistência e vigor ao processo econômico nacional, a vossa pode ser traduzida pela consciência de que o trabalho de cada região e de cada unidade federada será tanto mais válido quanto resultar do levantamento específico de suas necessidades, tendo em vista seu ajustamento ao contexto da política geral do País.

De nossa parte, no que respeita ao Rio Grande e à sua indústria, cabe demonstrar que a instalação do Governo Federal neste Estado não é puramente simbólica, muito menos uma incursão sentimental no antigo e querido cenário de minha infância e juventude.

Apesar da exigüidade do tempo decorrido, pois aqui estivemos em abril do ano passado, os frutos da ação governamental podem ser exibidos em volume apreciável.

Ao encerrar-se o exercício de 1968, já havia sido aplicados quase 129 milhões de cruzeiros novos no setor dos transportes, com a implantação de 157 quilômetros de rodovias e a pavimentação de outros tantos, mais a construção de 3 mil metros de pontes. Construíram-se no ramo ferroviário, os trechos Montenegro-Roca Sales e Roca Sales-Lages, implementando-se a construção do trecho Cerro Largo-Santo Angelo.

Paralelamente aos trabalhos de modernização dos portos e, de regularização dos Rios Jacuí e Taquari, 128 milhões de cruzeiros novos estão aplicados no setor de energia. Entrou em operação a termelétrica de Alegrete e encontram-se em andamento — para não mencionar obras significativas menores, como as de distribuição e eletrificação rural — os trabalhos de ampliação da termelétrica de Charqueadas e de construção das Hidrelétricas de Passo Real e Passo Fundo.

Ao mesmo tempo que se concluía a primeira etapa da Refinaria Alberto Pasqualini e o terminal marítimo de Tramandaí, inaugurava-se o Tronco Sul de microondas, construído no meu governo, achando-se em tráfego comercial o circuito Porto Alegre — Curitiba — São Paulo — Rio de Janeiro.

Ainda no corrente ano, deverá entrar em funcionamento o sistema de discagem direta, entre Porto Alegre e São Paulo abrindo-se, destarte, novas perspectivas para o Rio Grande, no terreno vital das comunicações.

Mais de 13 milhões de cruzeiros novos já foram investidos no setor de saúde e saneamento, com inversões simultâneas em programas consideráveis nos domínios da educação, da reforma agrária e da habitação popular.

Implantam-se indústrias, como a de aços finos e celulose, e o governo estará atento às justas reivindicações da economia agropecuária.

Estamos apenas a meio caminho da ação programada para o Rio Grande do Sul, que em breve entrará na fase da plena e intensa retomada da expansão industrial. Bem sabeis que vos compete aumentar a escala de vossas empresas, modernizando-as para dar aos vossos produtos condições reais de enfrentar a crescente competição no mercado externo. O esforço que estamos empreendendo para aumentar as exportações de manufaturados ser-nos-á cada vez mais importante para assegurar a manutenção da taxa de crescimento do produto interno bruto acima de 6 por cento ao ano.

Confio na capacidade dos industriais do Rio Grande do Sul e estou certo de que algumas deficiências, agora notadas, serão rapidamente vencidas. No ramo da produção de calçados, por exemplo, que é um dos nossos orgulhos, sei que pensais em promover a criação de empresas maiores e de consórcios para a venda no Exterior, dimensionando a vossa indústria pela escala de grandeza do processo geral de desenvolvimento do Brasil.

O ideal de um Brasil, só, integrado por Estados e regiões de economia equilibrada e estável não é mais o sonho tímido de um povo cansado de esperar. Nossa Revolução transformou-o num programa que já se encontra em plena execução e reclama de todos nós o mesmo sentimento de responsabilidade e uma cota igual de sacrifício.

Agradeço a vossa homenagem com este apelo: continuemos a trabalhar, pois o País e o Rio Grande nos impõem essa responsabilidade e valem qualquer sacrifício.

BRASIL E PORTUGAL UNIDOS NA DEFESA DOS VALORES COMUNS

Saudação ao Professor Doutor Marcello Caetano

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO ITAMARATY, EM
BRASÍLIA, A 8 DE JULHO DE 1969, DE SAUDAÇÃO AO
PROFESSOR DOUTOR MARCELLO CAETANO, PRESIDENTE
DO CONSELHO DE MINISTROS DE PORTUGAL, EM VISITA
OFICIAL AO BRASIL.

Senhor Presidente:

Extremamente fácil e, ao mesmo tempo, algo dificultoso, é exprimir diante de Vossa Excelência a alegria com a qual o recebe e hospeda o Brasil, em momento de significação transcendente para ambos os nossos países.

Foi Vossa Excelência, aliás, quem primeiro indicou a dualidade desta experiência do espírito, quando, pouco antes de deixar Lisboa para vir ao nosso encontro, declarou «esgotadas as palavras, na retórica das mensagens e saudações trocadas entre os dois povos», embora fôssem inexauríveis os sentimentos.

Facilimo seria dizer-lhe agora o que se encontra a seus olhos, desde que Vossa Excelência tocou o primeiro ponto do nosso território até chegar a esta cidade, na qual percebe que antecipamos contato com nosso futuro. O júbilo inocultável das ruas, à sua passagem, como que nos impõe, por cortesia, silenciar sobre o seu íntimo sentido, para não lhe furtarmos a oportunidade da pura fruição direta das emoções coletivas, traduzíveis pelas fórmulas tomadas aos lugares-comuns da amizade luso-brasileira.

Já não é tão simples dar expressão precisa ao outro tipo de emoção provocada pela sua presença: a emoção de receber a visita, do Primeiro Chefe-de-Governo português que, praticamente em toda a nossa História de nação soberana, vem dar-nos, em nível próprio, demonstração da objetividade com que devemos considerar aqueles velhos e inexauríveis sentimentos que nos unem como povos. Falar do passado

— sobretudo do nosso passado — é cômodo; mas visualizar o futuro é tanto mais difícil quanto mais responsabilmente concebermos como um dever a tarefa de sua visualização.

Aqui me permitirá Vossa Excelência que não aceite como esgotadas as palavras destinadas a dar continuidade à nossa Mensagem fraterna. Chefes-de-Governo, cumpre-nos conferir-lhes adequação às circunstâncias e à altura institucional do nosso diálogo, que, neste lugar e neste momento, há-de começar a corresponder ao imenso e rico lastro sentimental que lhe prepararam, através de quatro séculos, dois povos cuja História está vincada pelos mesmos traços de energia, paciência, piedade cristã, otimismo e vontade de realizar.

A presença de Vossa Excelência no Brasil encerra longo período de nossas relações e abre novo capítulo a ser escrito com sinceridade, prudência, largueza de vistas e compreensão mútua de nossas peculiaridades nacionais, para que a amizade frutifique na medida de sua profundidade. A missão de governar, sendo, como é, um instrumento ativo da História, confunde-se em certa escala com a missão de intérprete da própria História, que se distingue pela capacidade que tenha de a compreender, além da faculdade de conhecê-la. Saber — observa em um de seus livros notável ensaísta norte-americano — saber não exige muito: exige apenas memória e tempo. Compreender exige mais, porque requer habilidade intelectual, adestramento, vivida consciência do que se está fazendo, experiência e, principalmente, perspectiva. No plano do Governo, quando se dispõe a renovar o complexo social de seu país, sem comprometer a continuidade de sua revolução, muito menos as tradições que a informam e inspiram, revela-se Vossa Excelência na plena posse das condições essenciais para compreender a gravidade e a importância da missão histórica que lhe confiou o destino e que o trouxe agora ao Brasil, com a integral solidariedade do ínclito Presidente Américo Thomaz, no instante exato em que nossas duas nações estão a reclamar de nós que não esbanjemos o tesouro precioso, por elas acumulado ao longo de muitos anos de sofrimento e esperança.

Cabe-nos, Senhor Presidente, longe de considerar esgotadas as palavras do entendimento luso-brasileiro, fazê-las acompanhar de obras e fatos, segundo a lição do maior orador sacro de nossa língua, para quem «nossa alma se rende mais pelos olhos que pelos ouvidos». Sem embargo do exemplo solitário de Jonas, que por efeito de um sermão converteu o mais poderoso rei do seu tempo, foi na união da palavra de Deus com sua obra mais sublime — o envio de seu filho à terra — que consistiu a eficácia da salvação do Mundo. Portugal não teria, neste lado do Atlântico, convertido tantas almas para o Cristianismo, se à palavra dos seus missionários não juntasse, contemporaneamente, sua admirável obra colonial.

Vossa Excelência aqui está para dar validade e vigor novo à nossa mensagem, com a obra de reformulação oportuna de nossas relações, na qual sua presença no Brasil, e em Brasília, constitui o começo mais seguro e auspicioso.

A amizade luso-brasileira, elevada à dignidade oficial de um tratado de consultas, avançou também oficialmente para o instrumento de que se muniu em 1966 o Primeiro Governo Revolucionário do Brasil, para preparar o alargamento de nosso intercâmbio econômico, de modo a nos beneficiarmos reciprocamente, com a proteção do nosso processo de desenvolvimento.

Diz-nos a rapidez com que Vossa Excelência acolheu o convite para a implantação do marco indestrutível desta visita, que Portugal contribuirá efetivamente, com trabalho constante e compreensão exata do nosso papel no mundo moderno, para imprimir ao generoso sentimento de fraternidade, que entrelaça nossos povos, o sentido dinâmico de que não soubemos dotá-lo até agora.

Senhor Presidente,

Quero terminar com a recordação de fato histórico, altamente simbólico da transcendência da amizade luso-brasileira. A Revolução Republicana de 1910 foi, por coincidência, deflagrada em meio da visita oficial que a Portugal fazia nosso Presidente eleito, Marechal Hermes da Fonseca, sem que nada se alterasse em relação a ele, a não ser alguns pormenores do protocolo. Tendo recebido as boas-vindas da monarquia, tocou à República apresentar-lhe as despedidas, na mesma atmosfera popular de cordialidade.

Assim evoluem nossas relações, e assim continuarão a evoluir, independentemente de circunstâncias e vicissitudes pelas quais possa, eventualmente, passar cada um dos dois países. Parafraseando Salazar — a quem rendo a homenagem de minha admiração e cujas palavras Vossa Excelência evocou em um de seus discursos mais recentes — afirmo que brasileiros e portugueses nunca serão demais para continuar a tradição de nossa amizade e manter Portugal e o Brasil unidos na defesa do que lhes é comum.

O que nos é comum, Senhor Presidente, jamais será tão pouco que não justifique nossa União.

PAZ E TRANQUILIDADE PARA PRODUIR E PROSPERAR

DISCURSO PROFERIDO DE IMPROVISO, NO PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, RIO DE JANEIRO, A 10 DE JULHO DE 1969, POR OCASIÃO DE VISITA DE CORTESIA DOS REPRESENTANTES DAS CLASSES PRODUTORAS E EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO DO SR. RUI GOMES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO E DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL. (RESUMO FORNECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL).

Falando de improviso, o Presidente Costa e Silva regozijou-se com a presença dos representantes das classes empresariais, o que representava uma expressão de solidariedade sincera e desprovida de quaisquer interesses políticos ou pessoais. O objetivo da Revolução — disse o Chefe do Governo — é levar o País para a frente, prevalecendo os legítimos interesses da Nação.

Afirmou ainda que o seu governo, desde o início, sempre se voltou para os homens de trabalho, responsáveis pelo desenvolvimento nacional. Salientou que, como filho de um modesto comerciante, que por herança deixara apenas a educação dos seus, conhecia os problemas imensos que atingem aquela atividade. O comerciante — continuou o Presidente — cria, muitas vezes, uma imagem de riquezas, quando apenas a manipula.

A certa altura do seu improviso, o Presidente Costa e Silva observou que estamos saindo de um regime de exceção, adotado exclusivamente em defesa da Revolução Democrática de 31 de Março. Disse que o propósito do Governo é o de dar ao Brasil, através das classes produtoras, a necessária tranquilidade para produzir e prosperar, já que para isto estamos plenamente capacitados. Somos um povo que tem amor ao trabalho — frisou — e neste aspecto podemos considerar-nos altamente desenvolvidos.

E concluiu o Presidente Costa e Silva, dizendo que ilustres visitantes que aqui têm vindo, ao retornarem às suas pátrias, não escondem o seu entusiasmo e admiração pelo nosso desenvolvimento, pelas nossas realizações e pela nossa capacidade de trabalho.

EM HOMENAGEM AO DIA DA PÁTRIA

MENSAGEM DIRIGIDA AO POVO BRASILEIRO, A 6 DE SETEMBRO DE 1969, EM HOMENAGEM AO «DIA DA PÁTRIA» E PELA PASSAGEM DA DATA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

Ao distribuir o texto da «Mensagem à Nação Brasileira», do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, na véspera do Dia da Independência, a Agência Nacional fez preceder o texto do importante pronunciamento da seguinte nota explicativa:

Neste ano, quando as comemorações da Semana da Pátria estão alcançando, em todo o Território Nacional, um vulto jamais atingido, o Excelentíssimo Senhor Presidente Costa e Silva dirige uma mensagem a toda a Nação Brasileira, pela passagem do Dia da Independência.

Repetindo o que tem sido feito em outras oportunidades, o Presidente havia recomendado aos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a leitura, em todas as organizações militares, da mensagem que preparara para tal fim.»

A essa nota da Agência Nacional, seguia-se a íntegra da mensagem presidencial, que é a seguinte:

Numerosas vezes me tenho dirigido à Nação, desde que assumi a Chefia do Governo, seja em dias de celebração nacional, seja para prestar-lhe contas de minhas decisões, buscando sempre colher suas inspirações para o desempenho de minha função. Dar-me-ei, pois, por bem recompensado se o povo brasileiro, na sua conhecida sensibilidade, ver nos rumos que segue o País a efetivação de suas expectativas e a resposta a seus anseios.

A mensagem de hoje, quando se festeja mais um aniversário da Independência política, é uma mensagem de júbilo incontido, por ver essa independência tornada cada vez mais positiva, mercê do desenvolvimento econômico e social, que não se detém e que, na aceleração, que vem ganhando, levará ainda mais depressa o Brasil aos seus gloriosos destinos. Esse júbilo deve ser de todos os brasileiros, para os

quais cria, na altitude em que se situa, uma alternativa de união que transcende à condição social, à profissão, ao credo religioso ou à concepção política.

Encareço a meus concidadãos meditar sobre o que se tem feito pelo Brasil nos últimos tempos, procurando, nessa meditação, resposta a suas dúvidas, nos fatos e nos números, que haverão de falar por si mesmos.

O crescimento econômico do País atinge as taxas mais altas dos últimos anos; mantém-se a ordem interna e assegura-se, por meios suasórios, tranqüilidade consciente na área trabalhista; corrigem-se as disparidades regionais com a integração da Amazônia e o desenvolvimento do Nordeste; reaparelham-se os portos e a marinha mercante; constroem-se e pavimentam-se estradas em extensões superiores a qualquer previsão; trabalha-se para triplicar em 1970 o potencial energético instalado que se encontrou em 1964; a produção da Petrobrás e a tonelagem da Frota Nacional de Petroleiros ultrapassam o dobro de 1964; executa-se audacioso programa de telecomunicações, um dos mais extensos do Mundo; moderniza-se a agricultura; incrementa-se o comércio exterior; a política habitacional dá resultados surpreendentes, caminhando-se para a média de mil casas por dia; as Forças Armadas participam da batalha do desenvolvimento em todos os quadrantes do País; expande-se incessantemente a rede educacional de todos os níveis; o Plano Nacional de Saúde oferece os benefícios da assistência médica e hospitalar a um número cada vez maior de brasileiros, independentemente de condição financeira ou categoria profissional.

Na ordem externa, a diplomacia da prosperidade caracteriza a nossa atual política, que, sem as enfadonhas alegações de uma autonomia que não tinha antes de 1964, constitui a própria afirmação da Independência que hoje celebramos, na medida em que serve exclusivamente aos interesses do Brasil.

A tudo isso e mais ao combate à inflação, com base no equilíbrio orçamentário, na verdade cambial e na rigorosa arrecadação tributária, deve-se o clima de sadio e racional otimismo em que vivemos e que é indispensável à arrancada definitiva para o desenvolvimento.

Concito os brasileiros a que, em homenagem ao Dia da Pátria, se empenhem, com crescente fê, na luta do Brasil pela consolidação de seu futuro e, por fim, a que na sua exaltação cívica tenham um instante de recolhimento religioso, durante o qual rendam graças a Deus pela afirmação de dignidade humana que a independência assegura, rogando ao Todo-Poderoso pelo progresso, o desenvolvimento e a paz social no Brasil.

